



Anais da Assembléia

Nº 161

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 16 DE DEZEMBRO DE 1981

ANO VII

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 148ª SESSÃO ORDINÁRIA

(CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)

REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 1981

(QUARTA-FEIRA)

Sala das Sessões, em 16 de dezembro de 1981.

(a) EDILSON ALENCAR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, data vênua, seja consignado na ata da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo passamento do jovem SÉRGIO AUGUSTO PERES DA SILVA, brutalmente assassinado no final da semana passada, na cidade de Londrina.

Requer, outrossim, a manifestação de profundo repúdio e apreensão por parte desta Casa, aos atos de violência que marcam a vida londrinense, nos últimos tempos, cujo clima de intranquilidade é atribuído pela população à ação criminosa de muitos integrantes da Polícia.

Requer ainda, sejam tomadas as seguintes providências por esta Casa:

1) — envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Segurança Pública, Coronel HAROLDO FERREIRA DIAS e Excelentíssimo Sr. Diretor da Polícia Civil, Promotor Público, Dr. LUIZ CHEMIN GUIMARÃES, expressando a preocupação da Assembléia Legislativa do Paraná, pela contínua incidência de atos de violência em Londrina, solicitando dessas autoridades medidas saneadoras no corpo policial que serve àquela cidade, e por extensão, todo o Estado e mais especialmente, que seja procedida uma total reestruturação do mecanismo policial no interior para que fatos lamentáveis como o registrado em Londrina, não mais se repitam, para sossego e tranquilidade da família e da sociedade paranaenses;

2) — que seja dada ciência à família do inditoso jovem, SÉRGIO AUGUSTO PERES DA SILVA, do apoio desta Casa e de sua total solidariedade à sua dor.

Sala das Sessões, em 16 de dezembro de 1981.

(a) VALDUGA

JUSTIFICATIVA:

Sabemos todos nós que este requerimento, e mesmo todas as manifestações desta Casa, não devolverão a vida ao jovem Sérgio Augusto Peres da Silva. Manda, entretanto, o profundo sentimento de solidariedade humana que detém esta Casa, que nos associemos à dor da família enlutada, e mais do que isso, que façamos nosso protesto, não a via da execução pública nem tampouco o libelo contundente que desacredita a autoridade, mas um voto de esperança e de confiança em que os problemas que hoje assoberbam na vida social do Paraná, sejam solucionados de forma a dignificar e enaltecer a nossa consciência de homens preocupados com a sagrada pessoa humana.

O lamentável fato ocorrido no final da semana passada, em Londrina, no qual perdeu a vida Sérgio Augusto Peres da Silva, assassinado a sangue frio, de forma cruel e covarde, revela uma situação grave que vem inchando ao longo dos anos, exigindo de todos, antes da crítica ditada pela emoção, análise e profunda reflexão.

Emerge do drama que a cidade vive hoje mais agudamente, o indicativo de que a punição pura e simples do homicida não será solução compatível com a realidade de Londrina e do Norte do Paraná. O problema de segurança em Londrina, como em todo o Norte do Paraná e outras regiões, assumiu proporções assustadoras, face, naturalmente, as próprias condições em que se processou o desenvolvimento dessas áreas. O Norte do Paraná, tem experimentado, desde o ciclo do café, desde o seu des-

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Jurandir Messias e José Domingos.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Sampaio, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Quielse Crisóstomo, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tércio Albuquerque, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes, Paulo Camargo e Túlio Zanchet (50); achando-se ausentes os Srs. Deputados Nilso Sguarezi, Carlos Zanlorenzi, Deni Schwartz, José Domingos Scarpellini, Pinto Dias, Renato Bernardi, Tadeu Lúcio Machado e Trajano Bastos (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. JOÃO FAGUNDES DE ABREU, ocorrido no dia 01 do corrente, na cidade de Terra Roxa.

O falecido pertencia a família tradicional da cidade, e seu desaparecimento deixou transtornado parentes e amigos, bem como a população, que via em João Fagundes um exemplo de trabalho e dedicação, sendo respeitoso pela sua conduta exemplar de bom cidadão e chefe de família. O seu passamento deixou grande vácuo na vida da cidade, e dele ficará agora apenas os bons exemplos e boas ações praticadas em vida.

O falecido deixou viúva a Sra. Aparecida Nunes de Abreu e os filhos Áurea e Venício, bem como o pai, Pedro de Abreu e irmãos, Jessé de Abreu, Jairo de Abreu, Josias de Abreu e Lígia de Abreu.

Da decisão deste Poder, requer seja dada ciência a seus familiares, nas pessoas acima enlutadas e residentes em Terra Roxa, Paraná.

bravamento, dadas as suas características e sua dinâmica de crescimento, intensa movimentação migratória, constituindo-se em todo o Estado na região de maior população flutuante do Brasil.

Nesse sentido, é oportuno observar que, no setor da segurança, Londrina sempre esteve muito carente de recursos técnicos e humanos. Uma discriminação injustificável, como percebemos que Curitiba sempre mereceu tratamento diferenciado, contando desde há muitos anos com delegacias especializadas, distritos policiais em vários bairros, módulos de atendimento domiciliar e outros.

Londrina sempre foi uma cidade de alto índice de crescimento demográfico e quem quer que ali aporte, observará a insuficiência do mecanismo policial, dotado de uma delegacia mal instalada e equipada, ausência de distritos e delegacias especializadas, de módulos e de pessoal em número compatível com sua população, sempre crescente.

Julgamos inconcebível esse estado de coisas. Em Londrina os distritos policiais funcionando no mesmo prédio da Delegacia Regional, desempenham apenas papel cartorial, sem maiores reflexos na contenção do crime, nas áreas de maior afluxo populacional, como seus inúmeros bairros.

A solução para o problema da criminalidade em Londrina, está exatamente na necessidade de uma total reestruturação física e numa ampliação de todos os equipamentos policiais.

Urge a tomada de providências que viabilizem, de imediato, esta reestruturação, criando em Londrina distritos policiais que funcionem, efetivamente, em pontos estratégicos, nos bairros e nos locais mais afastados; criação de delegacias especializadas e, especialmente, de um órgão superior com autoridade bastante para gerir o mecanismo policial, como uma sub-diretoria da Polícia Civil ou — quem sabe? — uma Superintendência Policial, capaz de disciplinar e coordenar a ação da Polícia em todos os seus prismas.

Essa necessidade, que não é apenas de Londrina, reflete hoje uma realidade nas comunidades maiores do Paraná, como Maringá, Paranavaí, Cascavel, Ponta Grossa e tantas outras.

Reflete, sobretudo, a urgência da tomada de posição por parte do Governo, já que, por suas conotações sociais e físico-técnicas, insere-se no contexto das soluções administrativas para o alcance do clima de tranquilidade e confiança que a sociedade paranaense e londrinense merece para continuar promovendo o desenvolvimento do Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Sr. Engenheiro, JOSÉ ROBERTO PEGORARO, MD. Diretor-Presidente da COHAPAR, solicitando uma revisão no atual plano de prestações para compra da casa própria do Núcleo Habitacional, de Toledo.

Sala das Sessões, em 16 de dezembro de 1981.

(a) EGON PUDELL

JUSTIFICATIVA:

A nossa solicitação prende-se ao fato da COHAPAR não estar atendendo ao plano de prestações e pagamento inicial não estarem compatíveis com o salário do trabalhador a que a COHAPAR se propôs.

Atualmente, o baixo poder aquisitivo do trabalhador impossibilita-o ao acesso dos benefícios da casa própria.

A classe trabalhadora de Toledo espera confiante na ação do Sr. Diretor-Presidente da COHAPAR, para a mais breve solução de tão angustiante problema.

Pelo exposto acima, é que solicitamos a essa régia Casa, a aprovação do presente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Ilustríssimo Sr. Diretor-Presidente da SANEPAR, Engenheiro INGO HENRIQUE HUBERT, para solicitar àquela Companhia, que se digne determinar medidas urgentes para a melhoria da qualidade da água utilizada pelos usuários do serviço de abastecimento mantido em Toledo, pela SANEPAR.

Sala das Sessões, em 16 de dezembro de 1982.

(a) EGON PUDELL

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista que a água servida à população é de duvidosa salubridade, bem como o elevado teor de cloro empregado, leva os usuários a ficarem apreensivos, não podendo usufruir dela com tranquilidade, é que encaremos a aprovação desta reivindicação da população toledana.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER o envio de expediente aos Ilustríssimos Srs. Dr. LUIZ NORBERTO SILVA RATTO, M.D. Superintendente do Banco do Brasil S/A, no Paraná, e Dr. OSWALDO ROBERTO COLIN, M.D. Presidente do Banco do Brasil S/A, em Brasília.

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de ofício às autoridades acima referidas na súmula, solicitando seja autorizada a criação de um Posto Avançado de Crédito Rural do Banco do Brasil, no Distrito de LUZ MARINA, Município de Toledo.

Sala das Sessões, em 16 de dezembro de 1981.

(a) EGON PUDELL

JUSTIFICATIVA:

O município participa ativamente na agricultura, na pecuária e na indústria de nosso Estado, e Luz Marina contribui diretamente para esse desenvolvimento nos setores acima referidos, merecendo, portanto, que esse distrito seja contemplado com um Posto Avançado de Crédito Rural.

Pelo exposto acima é que solicitamos a aprovação do presente solicitado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, solicitando do mesmo a remessa de mensagem incluído no presente período de sessões extraordinárias, para efeito de apreciação e votação, o projeto de lei de nossa autoria, que visa tornar proibido o fornecimento, a qualquer título, de Carteira de Agente Reservado ou documento afim, na área de Segurança Pública.

A urgência e a necessidade da apreciação da referida matéria, ainda neste período, se justifica diante da gravidade dos fatos, ocorridos em Londrina, no dia 11 p.p., quando um "alcagüete" (segundo informações) ou um policial militar (segundo testemunha), matou a sangue frio, de maneira covarde, a tiros de arma de fogo, o menor SÉRGIO AUGUSTO PERES DA SILVA, filho de família conceituadíssima naquela cidade.

Sala das Sessões, em 16 de dezembro de 1981.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER manifestação do Plenário, para solicitar da Secretaria de Segurança Pública, esclarecimentos sobre o incidente ocorrido com o motorista, ANTÉRIO MOZENA, de Coronel Vivida, que teve seu revólver marca TAURUS n.º 882369, calibre 38, apreendido pelo policial AGENOR, que montava guarda na guarita de Salto Segredo, no Município de Guarapuava, quando transportava em seu caminhão Mercedes Benz 1113, tijolos para as obras daquela usina.

Outrossim, qual o destino que foi dado ao revólver apreendido e onde o mesmo se encontra.

Sala das Sessões, em 16 de dezembro de 1981.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

O motorista profissional, ao ingressar no canteiro de obras da Usina de Salto Segredo, transportando tijolos para a obra, teve que deixar na guarita da entrada, o revólver que levava no porta-luvas de seu caminhão Mercedes Benz, e que constituía a arma de defesa de seu patrimônio e pessoal.

Com evasivas de que a arma seria devolvida na saída, acabou ficando para outro dia, e deste, para quando o Sr. Antério comparecesse acompanhado de advogado.

Tudo indica porém, que a autoridade policial daquela obra, vem cometendo arbitrariedades com os motoristas que obrigatoriamente devem por ali passar e tem seus veículos revistados.

Objetiva pois a informação, denunciar também esta prática condenável.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER preferência de votação ao Projeto de Lei 166/81, constante da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 16 de dezembro de 1981.

(a) NELTON FRIEDRICH

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado David Cheriegate, inscrito.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos retomando de nossa cidade de Cascavel, onde tivemos a grande satisfação de participar de um dos maiores acontecimentos do ano de 1981, na região Oeste do Estado do Paraná.

Estivemos ontem ao lado de todas as entidades de representação de classe da nossa cidade, ao lado de mais de dois mil agricultores da Região Oeste, que participaram ontem, no auditório da Cooperativa de Cascavel, do décimo primeiro aniversário daquela cooperativa e também, assinatura de convênio que propiciará à nossa cooperativa, a construção de uma das maiores indústrias de moagem de grãos de todo o Estado do Paraná.

E nós queremos, nesta oportunidade, registrar este acontecimento, que fecha o ano de 1981 com chave de ouro na história do nosso município.

Essa indústria que foi um trabalho que pela primeira vez reuniu toda a comunidade de Cascavel, Corbélia, Catanduvas, Capitão Leônidas Marques e também o Município de Céu Azul.

Uma união de todas essas lideranças agrícolas, que trouxeram ao Governador Ney Braga esta reivindicação.

Reivindicação que aquela região fazia há mais de dez anos, porque a região Oeste jamais aceitou, sendo ela a maior produtora de grãos do Estado e uma das maiores de todo o

nosso País, não possuir uma indústria de aproveitamento desta grande produção agrícola, dentro da nossa região.

E, graças ao esforço, graças à capacidade, graças à tenacidade e graças, principalmente, ao prestígio que nosso Governador conta junto ao Governo Federal, a região Oeste do Paraná foi ontem presenteada com esta que é, realmente, uma das maiores conquistas de toda a história da região Oeste.

Completando esta festa magnífica que Cascavel foi palco na tarde de ontem, o Governador Ney Braga recebeu, talvez, uma das maiores homenagens de sua vida de homem público, porque a diretoria da COPAVEL, e também a assembléia dos associados de nossa cooperativa, resolveram, por unanimidade, dar o nome do Governador ao novo complexo industrial da COPAVEL. Complexo industrial este que será, talvez, o maior complexo industrial do Estado do Paraná.

E nós, mesmo com uma curta carreira política, entendemos quando o nosso Governador, ao final daquela solenidade, chegou às lágrimas, porque entendemos o que representa uma homenagem justa e sincera como esta que recebeu ontem em nossa cidade de Cascavel.

Homenagem que brotou com a maior espontaneidade possível dos associados e dos agricultores da região Oeste do Paraná.

Este é um registro que fazemos nesta Assembléia Legislativa, e acreditamos que, nesta oportunidade, todos os agricultores desse município agradecem, pela nossa voz, o trabalho, o empenho e até o sacrifício do Governador Ney Braga, que deu à nossa região um sonho acalentado há mais de dez anos.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

Ausente, concedo a palavra ao nobre Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O objetivo de estarmos aqui na tribuna, é para recolocarmos as coisas nos seus devidos lugares.

Acontece que, hoje, os jornais publicaram uma declaração do Líder do PDS, nesta Casa, dizendo que a Bancada da Oposição, ou das Oposições, têm condições de fazer funcionar a Casa, ou dar condições de desenvolvimento aos trabalhos, e quem, em razão do não comparecimento dos Deputados das Oposições, não tem sido possível ou permitido o desenvolvimento dos trabalhos.

Acontece, Sr. Presidente, que nós estranhemos esta colocação, porque o que se tem constatado, diariamente, neste período de convocação extraordinária, é o comparecimento, pelo menos, de mais de 50 por cento dos membros das Bancadas de Oposição, enquanto que, praticamente, dois ou 3 ou 5 por cento dos Deputados da Situação.

Mas é preciso que se coloque a coisa noutro aspecto. se não tem funcionado a Casa nestes dias, é porque logo, já na aprovação da ata, tem sido pedido, justamente pelo Líder do PDS, a verificação de votação, e aí não temos número suficiente para aprovar sequer a ata, e conseqüentemente, os trabalhos ficam interrompidos e a sessão é encerrada.

De sorte, Sr. Presidente, que não queremos que as coisas sejam colocadas nestes termos, para que os fatos não cheguem perante o povo distorcidos. Por isso, queremos fazer aqui este registro, para que a Casa, lá fora, não tenha uma imagem diferente da realidade, do nosso comportamento aqui.

Na verdade, se todos os membros das Bancadas de Oposição não têm comparecido diariamente às sessões, é verdade que mais de 50 por cento o tem feito. E se, pelo menos 50 por cento da bancada governista comparecesse às sessões plenárias, daríamos condições perfeitamente, para o andamento dos

trabalhos, e o que é mais importante, para decidir, porque é sabido que nós, aqui, poderemos decidir quando existe a maioria de membros da Casa presente, e dessa maioria, se retira a maioria para decidir sobre as matérias em pauta.

Este era o registro que queríamos fazer, Sr. Presidente. Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Encerrado o Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Face a impossibilidade de concluir, na data de ontem, voltamos à tribuna para exatamente fazer a defesa de uma idéia que, por várias vezes, tem sido articulada no Oeste do Paraná.

Por três vezes a Associação Comercial e Industrial de Toledo, bem como a coordenação das Associações Comerciais do Oeste do Paraná, encaminharam ao Governo do Estado, via Assembléia Legislativa ou através de encaminhamento direto, pedido para que seja implantada na região e em todo o Estado, um programa de desenvolvimento industrial integrado.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não sabemos quais as razões, mas ficou evidente que não temos obtido a devida atenção, e agora há pouco, quando ouvíamos louvas ao Governo do Estado, que tenho certeza absoluta, se fosse feita uma votação para a escolha do nome do complexo industrial da cooperativa de Cascavel, a votação direta e secreta jamais daria o nome do General Ney Braga àquela iniciativa.

Até porque, a prova está aí, há poucos dias víamos mais uma reunião, mais uma assembléia das Associações Comerciais de toda a região, e diziam do descontentamento por parte do Governo do Estado para com os projetos de industrialização da região, que até se manifesta na ausência de homens do Oeste na administração do Estado do Paraná.

Portanto, me parece que isso até tem um significativo, porque a classe empresarial já tomou esse tipo de iniciativa e assim se manifestou no último mês de outubro em São Miguel do Oeste, numa reunião de toda a região, é óbvio que são outras as razões que fazem com que de repente venha se batizar um parque industrial em iniciação, com o nome do Governador do Estado.

Mas continuo, Sr. Presidente, nesse raciocínio, porque o Plano de Desenvolvimento Integrado que se pretende implantar no Paraná, tem como razão simples a existência de um projeto fazendo com que nas regiões, como no exemplo do Oeste do Paraná, haja a retenção de 10 por cento de todo o ICM arrecadado naquela região.

Nesse quantum de 10 por cento formaria um fundo de industrialização regional e os estudos que temos em mãos, provam que todos os investimentos feitos a nível oficial, a título de ICM, no primeiro após esses investimentos, o ICM que o Estado obteria seria de 43 por cento do total do investimento feito a nível de arrecadação de ICM.

E, portanto, com menos de três anos, todo e qualquer investimento feito através de um Plano de Desenvolvimento Industrial Integrado, seria, obteria melhor, dizendo o retorno para os cofres do Estado a nível de ICM.

Por esta razão, é que estranhemos quando de repente ouvimos aqui, porque o BNCC, através de outros órgãos, também passa a repassar aquilo que é uma briga antiga, devido ao potencial agropecuário da região, e se fazem louvas as mais estranhas.

Por que, Sr. Presidente, Srs. Deputados? Um programa como este que é uma decisão unânime, um desejo de todas as Associações Comerciais e que já foi também manifestada a decisão em torno desta questão de Câmara de Vereadores, de Deputados Estaduais, das mais diferentes representações da comuni-

dade oesteana, e até agora nem o BADEP, nem Secretaria de Indústria e Comércio nem Governo do Estado ousaram ao menos responder condignamente o estudo porposto.

E, por esta razão, na última Plenária das Associações Comerciais de todo o Oeste, decidiram mandar pela terceira e última vez, a proposta da criação deste Fundo Especial, chamado Programa de Desenvolvimento Industrial Integrado do Paraná.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, poderemos aqui alinhar outras justificativas, e fico até com o exemplo do meu Município, Toledo.

Diz o trabalho recentemente publicado sobre a industrialização inevitável, como medida para evitar o colapso econômico da região:

“TOLEDO E SUA INDUSTRIALIZAÇÃO INEVITÁVEL (Relatório de uma visita)

1. PANORAMA GERAL

Toledo nasceu através de uma Companhia Colonizadora, a MARIPAR — Madeireira do Rio Paraná, que, há coisa de trinta anos, trouxe migrantes gaúchos e catarinenses para o oeste do Paraná. As terras colonizadas pela MARIPAR foram compradas a ingleses, daí o nome original e em desuso de Britânia.

Sob o aspecto econômico, a ocupação foi baseada na indústria madeireira e a via de escoamento da produção era o Rio Paraná.

Nos últimos anos, a febre da soja atingiu a região e o município tomou-se rapidamente um dos mais importantes produtores brasileiros de soja, trigo, milho, além da suíno e avicultura.

O viajante se impressiona com Toledo. A riqueza é testemunhada pelos campos cultivados a perder de vista.

No entanto, a atual estrutura econômica da comunidade aponta para um futuro não muito desejável. Os dados do problema são os seguintes: a planura do terreno, e o tipo de cultivo predominante (soja, trigo, milho), favorecem a agricultura extensiva.

Este tipo de cultivo, por sua vez, é um processo de produção dependente das economias da escala. Daí a necessidade de grandes propriedades. Quanto mais terra, melhor, até um certo limite.

Com grandes fazendas, é possível reduzir a um mínimo o custo fixo de implantação de equipamentos agrícolas. E este fato acelera a concentração da terra.

Em Toledo, o número de propriedades agrícolas diminui ano a ano. A disputa dos grandes proprietários e mesmo de não proprietários pelas terras férteis da região, causa grande especulação em torno do preço do alqueire que, hoje, estaria custando em torno de um milhão de cruzeiros.

Ora, a crescente mecanização da agricultura, libera mão-de-obra que, impossibilitada de se instalar em minifúndios, por causa dos preços, migra para as grandes cidades (Cascavel, Foz do Iguaçu ou Curitiba), ou se torna bóia-fria, isto é, o trabalhador sazonal das grandes fazendas. Os pequenos proprietários, por sua vez, mudam-se para o Mato Grosso (onde adquiriram terras), para aproveitar as altas ofertas feitas para suas terras na região. Além disso, dificilmente poderiam competir com propriedades altamente mecanizadas.

Os setores onde há maior sobrevivência de pequenos e médios proprietários, é da suinocultura (aliás, de altíssimo padrão técnico), da avicultura, apesar da dependência exagerada com relação à FRIGOBRA (SADIA), a maior empresa instalada no município.

A dinâmica apresentada, como um todo, causa diminuição populacional. Não há atração de trabalhadores, muito pelo contrário.

Os números falam por si:

ANO	POP. MUNICÍPIO
70	64 878
75	100 356
80	82 513

A produção agropecuária local é predominantemente co-operativada.

Em outras regiões do oeste paranaense, as cooperativas têm, aos poucos, assumido funções estranhas à sua finalidade inicial, como, por exemplo, a instalação de supermercados.

Esse processo PODE vir a acontecer em Toledo, por uma razão simples: a cooperativa zela pelo bem-estar de seus coope-rados.

Na medida em que toda a sociedade local gira em torno da avicultura, as cooperativas tendem normalmente a se verti-calizar, porque a organização já intermedia as finanças do sócio.

Muitos serviços podem facilmente ser incluídos nos "cus-tos operacionais", em nítido benefício dos próprios cooperados. Como consequência disso, o comércio e o setor de serviços in-dependente tende a se esvaziar, sobretudo porque o pequeno cliente ou foi embora ou tornou-se subempregado (bóia-fria) ou faz compras com mais comodidade na cooperativa.

A concentração da propriedade acompanha sempre a concentração de renda. O grande proprietário não costuma morar na região. Muda-se para a capital do Estado e profissio-naliza a direção da grande fazenda. Contudo, a renda dispo-nível na comunidade é muito grande. Podemos avaliá-la através dos números da produção agrícola.

MILHO (safra 81) — 2.509.766 sacas

SOJA (safra 81) — 3.857.000 sacas

TRIGO (safra 81) — 61.992 ton. (aprox. 1.053.864 sacas)

SUÍNOS (Censo Agrop. 80) — 179.862 animais

AVES (Censo Agrop. 80) — 2.624.997 animais

BOVINOS (Censo Agrop. 80) — 56.083 animais

Fonte: Censo Agropecuário 80 (IGBE); fontes oficiais

As quantidades de dinheiro poupadas, seguindo a tendên-cia de concentração da terra, concentram-se cada vez mais na mão de poucos que tendem a remeter a poupança para fora do município: terras no Mato Grosso, consumo ostensivo de produ-tos industrializados, especulação imobiliária em Curitiba e bal-neários, etc.

Em linhas gerais, a se manter a atual tendência, a comu-nidade encontra-se possivelmente na cota de um colapso de ge-ração de renda, já que a atual concentração (como qualquer outra concentração) inibe o crescimento econômico local.

Toledo é, hoje, muito mais pobre que seus grandes pro-dutores agrícolas. E a tendência só tende a se agravar.

A compreensão deste problema levou alguns toledenses liderados pela ACIT — Associação Comercial e Industrial de Toledo, a pensar em soluções alternativas para resolver a crise. Tudo indica que a solução consensual está na administração.

A própria ACIT já encaminhou ao Governo do Estado do Paraná, um projeto criando o PRODESIN — Programa para Desenvolvimento Industrial Integrado do Estado do Paraná. A industrialização, no caso toledense, teria o grande mérito de criar uma fonte alternativa de geração de renda, sobretudo con-siderando o enorme potencial de poupança ociosa no muni-cípio.

Um grupo de empresários, em dezembro de 80, ciente do problema, criou um empreendimento novo, capitalizado comu-nitariamente, a INCOPESA LTDA — Indústria e Comércio de Peles. A INCOPESA começou a operar comercialmente, em novembro deste ano.

Um exemplo concreto já se mostra capaz de mobilizar as lideranças locais para pensar mais adiante e criar um sistema

de capitalização de empresas que seja efetivamente capaz de dar emprego à população subempregada; ativar o comércio local, invadido por filiais; concentrar a poupança em instituições financeiras locais, visando a criação futura de um banco comunitário, capaz de atuar prioritariamente em função dos interesses locais.

A ACIT, em vista destes objetivos, realizou entre 3 e 5 de novembro, um seminário no Clube do Comércio. Foram convidados os integrantes da equipe da "Experiência Joinville" que foram representados por Rubens Portugal e José Monir Nasser.

No último dia, os participantes toledanos, reunidos em grupos, elaboraram soluções para a questão principal: "Como manter a poupança de Toledo em Toledo".

Os resultados podem ser resumidos aproximadamente assim:

IDÉIA 1

— "Através da conscientização comunitária, criar condi-ções para que a população aplique (como no exemplo da INCO-PESA) suas poupanças na própria comunidade. Haveria um órgão capaz de dar liquidez aos papéis transacionados. Este órgão seria um banco comunitário ou uma distribuidora. A par disto, haveria um órgão técnico capaz de orientar e assistir ge-rencial e tecnologicamente as empresas locais.

— Instalar os trabalhadores das empresas em pequenas chácaras ao redor da cidade, de modo a diminuir o custo de sua alimentação, elevando assim a renda real do operariado local"

IDÉIA 2

— "Fazer uma campanha de conscientização da população local para as vantagens da retenção da poupança no próprio município".

IDÉIA 3

— "Fortalecer as empresas existentes (INCOPESA, RI-CALPLASTIC, FIBRASA, Malharia Cisne, empresas semente-ras).

— Criar empreendimentos novos, sobretudo na área agro-pecuária (fábrica de leite em pó e laticínios, beneficiamento de milho, mandioca e ração, extração de óleo de soja, abate-douro de coelhos para aproveitamento de carne e pele, fábrica de biscoitos, calçados, embalagens para sementes, etc).

— construção de um hotel.

— A captação de recursos para tais empreendimentos deve ser feita através de uma empresa de participação e investimen-tos (inicialmente de capital fechado) com intensões de abertura dentro de dois anos. Com capital inicial de sessenta milhões de cruzeiros, compraria debêntures conversíveis de empresas novas, com prazo de dois anos, rendendo juros de seis por cento ao ano, e correção monetária exigível em 31/março e 31/se-tembro. Vencido o prazo da debênture, a empresa credora poderá salvar sua dívida com ações ou não".

IDÉIA 4

— "Conscientizar a população de seu potencial, infor-mando-a (através da imprensa, escola ...) sobre os reais números de seu potencial. Mostrar o perigo do esvaziamento, dando o exemplo de Marechal Cândido Rondon e Palotina.

— Dar condições concretas de aplicação, como a INCO-PESA, cujo capital inicial de 75 milhões, hoje vale 200. Além disso, gera 150 empregos e abre grandes perspectivas. Deveria-se abrir o capital de empresas como a INCOPESA e levantar pequenas empresas locais com possibilidades.

— Criar uma distribuidora com capital local.

— Criar incentivos de imposto de renda para aplicação em ações.

— Apoio aos projetos já estudados pelo CEAG; calçados,

pincéis, embalagens plásticas, hotelaria, confecções, cunicultura, etc.

- Reativar comércio local, atacadistas e magazines.
- Criar uma Companhia de Participação local".

IDÉIA 5

- "Motivar as empresas existentes para a necessidade de crescimento.
- Criar um centro comercial e um hotel".

IDÉIA 6

- "União e conscientização da população, tanto empreendedora como investidora.
- Desenvolver pequenas indústrias locais, um hotel, um centro comercial.
- Criar escolas técnicas.
- Criar uma distribuidora de valores e um banco comunitário.
- Aumentar a participação da comunidade na administração estadual e federal".

IDÉIA 7

- "Explorar o potencial das seguintes áreas:
 - alimentícia: massas/piscicultura/conservas
 - couro: calçados e derivados
 - limpeza: sabões e detergentes
 - turismo: hotel/turismo regional
 - agricultura: fertilizantes/rações
 - madeira: ind. móveis/urnas funerárias/central de compras
 - comércio
 - ferrosos: metalurgia (IMACO) e fundição (IGNES)
- Criar uma distribuidora para injetar capital nas empresas nascentes".

IDÉIA 8

- "Criar uma companhia de participações que invista em empresas novas, fechadas, e ofereça uma espécie de papel que garanta uma rentabilidade mínima, ficando variável acima de certo teto".

IDÉIA 9

- "Criar um instituto de pesquisas econômicas, capaz de contribuir para a tecnologia agropecuária local, dando a ela condições de evitar crises conjunturais ou patologias específicas dos produtos".

COMENTÁRIOS E SUGESTÕES

Julgando por comparação à experiência de criação de um mercado comunitário em Joinville, podemos dizer que a comunidade toledana tem condições muito favoráveis para a criação de um mercado comunitário de ações local. Estão presentes os seguintes ingredientes básicos:

- alta capacidade de poupança;
- população urbana (43.943 habitantes) em condições ideais de tamanho. É possível visitar os líderes, sem burocracia ou demora.
- grande número de oportunidades de negócios.
- espírito empreendedor e capacidade de absorver lideranças jovens.

Contudo, o caso de Toledo possui certas peculiaridades:

- a). somente é nascida em Toledo a segunda geração de migrantes;
- b). o número de empreendimentos maduros é muito pequeno;

Para a solução do primeiro problema, é preciso que as lideranças locais assumam a tarefa de fazer o "toledano gostar de Toledo". Isto se consegue com seminários, cursos, palestras,

simpósios sobre a história da cidade, etc.

Enfim, todos os meios de comunicação devem ser utilizados para massificar informações sobre a comunidade, sua história, seus problemas, suas potencialidades, suas perspectivas, etc.

O objetivo deste trabalho será alcançado a partir do momento em que PARTE REPRESENTATIVA DA POPULAÇÃO esteja sensibilizado para o problema.

A motivação, contudo, NUNCA deve deixar de incluir aspectos sobre rentabilidade, pois somente patriotismo não é suficiente para convencer as pessoas a investir dinheiro.

Toledo, por causa do pequeno número de empresas, deveria se especializar sobretudo na criação de empresas novas. A exemplo da INCOPESA, cumpre às lideranças dar início a empreendimentos, assumir os riscos maiores e tornar as empresas públicas quando as etapas de maior risco tiverem sido vencidas. A INCOPESA é o exemplo ideal do empreendimento toledano.

A fim de dar liquidez às ações das empresas comunitárias, é preciso que a comunidade crie uma distribuidora de valores mobiliários, capaz de efetuar análise de viabilidade, análise financeira, administração do departamento de acionistas, cálculos de valor técnico e negócios.

Além disso, algumas empresas abertas para a comunidade poderiam pagar os dividendos nas épocas do ano mais desfavoráveis financeiramente, quando o caixa atinge os níveis mais baixos.

Operacionalmente, e tendo cuidado para tornar as coisas mais fáceis, porque o início deve ser cauteloso, sugiro as seguintes providências:

1. Criação imediata, dentro da ACIT, de uma Comissão Permanente de Implantação do Mercado Comunitário de Ações, formada por cinco pessoas: um financista/economista/contador, um administrador, um advogado, um educador e um provável responsável pela operação da distribuidora.

2. Criação imediata de um programa de rádio periódico (diário, semanal...), para não deixar o assunto "morrer".

3. Criação de um programa didático de seis meses, a ser aplicado na comunidade o mais rápido possível.

4. Iniciar negociações para aquisição de uma carta patente de uma distribuidora de valores.

5. Preparar abertura de capital da INCOPESA.

6. Detectar outras oportunidades de investimento.

Joinville, 10 de novembro de 1981.

(a) JOSÉ MONIR NASSER".

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Abro um parêntesis para reprisar aqui o que já dizíamos em outra ocasião: Palotina talvez seja o exemplo mais característico. E que, na verdade, é uma verdadeira bofetada na política econômica do Governo Federal e também, por via de consequência, no seu agente mais próximo, que é o Governo do Estado do Paraná.

Em 1979, o Município de Palotina viu-se na contingência de fechar 17 escolas rurais porque não tinha mais alunos. E o decreto do Prefeito Municipal previa, no Artigo segundo, que o resultado da demolição poderia ser utilizado pela comunidade. Treze das escolas demolidas, não tinham mais comunicações para receber o material da demolição.

Este é o Estado do Paraná do Sr. Ney Braga, porque é o Estado do Paraná do modelo econômico que existe no País.

Este é o Estado que se faz louvas, porque, na verdade, há

aqueles que não querem culpar o Governo do Estado, mas, nós não temos diferenças porque entendemos que o daqui, é mero agente do Governo maior que está em Brasília, concentrando, colocando em prática um modelo econômico que concentra a propriedade, que concentra, por via de consequência, a renda, e que cria um País de duas categorias: os oprimidos e os opressores, os vargüilizados e os que se beneficiam, e aí, o Governo do Estado tem a grande responsabilidade, porque são as comunidades que fazem os estudos, que trazem aqui um programa de desenvolvimento industrial integrado para gerar, através das pequenas empresas, novos empregos, a captação da poupança localizada, com experiências que temos no mundo inteiro, com experiências que foram já aqui referenciadas como por exemplo, da posta em prática pela própria Itália, dentro de um plano — El Piccolo Isbello — acabando com os grandes conglomerados e proliferando as pequenas e micro-empresas em todos os quadrantes, para, daí, solidificar um pouco a própria situação econômica do País; aqui no Brasil, não, e aqui no Paraná, idem, obviamente.

Está aí o BADEP, BRDE, o Banco do Estado, a privilegiar quase sempre os mesmos grupos, atendendo os mesmos interesses que, em três anos de retenção de 10 por cento de ICM da região, o Estado teria o retorno, multiplicado; nós ficamos há três anos esperando resposta sobre este estudo?

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, há poucos dias, tivemos até um trabalho do economista e articulista Joelmir Betting, fazendo uma análise até, do Estado de Santa Catarina, onde até os problemas sociais não são tão visíveis e os anseios populares não estão tão agravados porque lá estão proliferadas as micro-empresas, lá estão proliferadas as soluções das micro-empresas ainda não no ideal, porque obviamente estamos falando dentro do sistema capitalista e, portanto, dentro dele é que surge essa proposta, não é ainda a proposta que acreditamos a ideal, mas é, ao menos, uma medida para minorar a contradição visível e o agravamento que hoje se tem entre os desníveis regionais e os desníveis entre aqueles que tudo têm, e a esmagadora maioria que nada possui.

O Sr. David Cherigate — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento).

Estamos ouvindo atentamente o seu pronunciamento, Deputado Nelson Friedrich, e só estranhamos quando Vossa Excelência referiu-se ao complexo industrial da COPAVEL, e quando Vossa Excelência citou aqui, que foi feito um repasse, pelo BNCC...

O SR. NELTON FRIEDRICH — Uma das formas, há várias outras.

O Sr. David Cherigate — ... porque nós temos sentido e temos acompanhado o trabalho de tantas cooperativas do Paraná, sequiosas por conseguir recursos para construir, para edificar os seus complexos industriais.

E eu gostaria, talvez tentando corrigir um pouco uma injustiça que Vossa Excelência faz ao nosso Governador, porque esta luta da Cooperativa de Cascavel, que congrega seis municípios da região Oeste do Paraná, talvez tenha sido uma das lutas mais incansáveis de toda a história da Região Oeste do Paraná, eu me recordo que, há mais de 10, 12, talvez 15 anos, que aquela cooperativa se debate diante da dificuldade de carrear recursos para construir seu complexo industrial, e agora, uma nova aurora nasce para aquela região, e esses recursos, que foram conseguidos, o foram única e exclusivamente pelo prestígio que o Governador Ney Braga tem junto às autoridades do Governo Federal.

Foi um trabalho incansável, um trabalho que reuniu toda a comunidade daqueles municípios, através de Rotarys, de Lions da Associação Comercial, da CACIOPAR, da Sociedade Rural Oeste do Paraná, até das pequenas comunidades, dos pequenos municípios que se empenharam e que tiveram, na pessoa do

nosso Governador, o grande capitão desta luta, e foi graças ao empenho, graças ao esforço e principalmente, graças ao prestígio do Governador Ney Braga — que ele não conseguiu durante um ou dois anos, mas durante vários anos, ocupando posições de destaque, sendo talvez na história do Paraná, o homem que mais representou este Estado na esfera federal.

Foi então, graças a esse esforço, que Cascavel ontem pôde festejar — E não digo só Cascavel, mas todos os municípios, até os novos Municípios de Cafelândia, Três Barras e o futuro Município de Braganey, quer dizer, foi uma luta de toda essa região e uma vitória também de toda a região.

Talvez por esse fato que nós sentimos, ontem, que ouvimos inclusive o agricultor, amigo nosso de Três Barras, membro do Diretório do PMDB de Três Barras, que agradecia ao Governador, um agricultor dos mais humildes, um proprietário de cinco ou seis alqueires de Três Barras, e eu quero dizer, novamente, que é um dos componentes do Diretório do PMDB de Três Barras, esse homem chegou até às lágrimas no seu discurso para agradecer ao Governador Ney Braga.

Todos sabem, e ninguém vai tirar essa verdade da região Oeste do Paraná, que foi graças ao empenho do Governador Ney Braga, que Cascavel e a região Oeste puderam receber esses recursos para poder edificar aquele complexo industrial.

E foi talvez uma homenagem que brotou espontaneamente dos agricultores, porque eles resolveram, numa reunião que antecedeu a assinatura do convênio, dar o nome do Governador Ney Braga àquele complexo industrial, e foi uma homenagem espontânea, porque não houve participação política nenhuma, e inclusive esse agricultor que fez o discurso em homenagem ao Governador, e que digo novamente é membro do Diretório do seu Partido em Três Barras, ele foi um dos homens que votou para que aquele complexo industrial recebesse o nome de Ney Braga, porque eles sentiram o empenho do Governador, que foi a Brasília, por quatro ou cinco vezes, lutar para que esse benefício fosse conquistado.

Foram junto com o Governador Ney Braga a Brasília, acompanharam o trabalho do Governador, e essa homenagem, quer Vossa Excelência queira ou não, foi uma homenagem espontânea, e Vossa Excelência pode consultar esse agricultor, o Conrad, lá de Três Barras, para que ele possa também trazer a Vossa Excelência a verdade que brotou na voz do agricultor e que brotou na voz do pequeno agricultor da região Oeste do Paraná.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o seu aparte, e ele vai me ensinar fugir um pouco ao que vínhamos dizendo, mas está no contexto maior.

É possível que até esse companheiro de Partido, de Três Barras, tenha realmente ido até às lágrimas, mas não há dúvida que é possível que ele esteja também pairando em erro, porque neste Estado do Paraná, Sr. Presidente, Srs. Deputados, onde nós temos uma das maiores corrupções da História de qualquer País, que é a corrupção do direito à informação, em que, face a um exagerado trabalho da propaganda governamental...

O Sr. David Cherigate — Esse agricultor, Conrad, esteve junto com o Governador e com as lideranças cooperativistas lá em Brasília, e não lhe foi negada nenhuma informação, em momento algum.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Estou dizendo, informação a nível de Estado, porque um Governo que em 1981 gasta do Orçamento do Estado 174 milhões de cruzeiros para que na governadoria tenha verbas com o objetivo de promover a comunicação social e que para 82 prevê no mesmo orçamento, mais de 670 milhões de cruzeiros, mais de dois milhões por dia estão previstos no ano que vem, para gastar em comunicação social. Qualquer município, até de Toledo - contra a vontade do povo -

coloca o estádio de futebol com o nome do General Ney Braga.

Aliás, a propósito disso, Sr. Presidente, estou habituado a ver esse tipo de coisa.

O General Stroessner, vai na cidade de General Stroessner, inaugurar o aeroporto do General Stroessner.

Sr. Presidente, o "prestígio" do General Ney Braga é tão grande, que desde a época em que ainda a Cooperativa Central Iguaçu pretendia implantar uma unidade industrial de leite em pó, porque a produção da região é de 60 por cento a mais do que o consumo regional, até hoje não consegue a industrialização, porque na época já não foi pedido pelo órgão competente a carta autorizativa para promover essa unidade de industrialização de leite em pó. E o "prestígio" de Ney Braga é grande.

É tão grande que no orçamento do Estado do Paraná, as três universidades estaduais consomem mais de 20 por cento do orçamento da parte da educação. E o atual Governador foi Ministro da Educação e não federalizou as universidades.

É tão grande o "prestígio" do Governador Ney Braga, que o General Costa Cavalcanti chega no Estado, arrasa com a moral do Estado e o Governador Ney Braga se cala. O General Costa Cavalcanti bate continência para as autoridades maiores e obriga o Governador daqui bater continências para ele.

É tão grande o "prestígio" do Governador Ney Braga, que Itaipu inunda cem mil hectares das melhores terras do mundo só tendo equiparáveis como em outras regiões do mundo, como na Ucrânia, e no entanto, chega o General Costa Cavalcanti aqui no nosso Estado, nas barbas do Governador Ney Braga e brinca com o Estado do Paraná e não acontece nada. Porque o "grande prestígio" do General Ney Braga.

O Estado do Paraná tem nove juntas de Conciliação e Julgamento, a do Rio Grande do Sul tem 36 e viva o "prestígio" do Governador do Estado do Paraná.

Santa Catarina têm 27 agências de previdência social - o Paraná têm 16. E viva o "prestígio" do "grande" Governador Ney Braga.

O Estado do Paraná não consegue moer o trigo que produz para alimentar o povo, porque a SUNAB não dá cotas para industrializar. E viva o "prestígio" do General Ney Braga.

Sr. Presidente, os suinocultores vão à rua pedindo o mínimo de respeito. E o Governo do Estado do Paraná acata as decisões superiores e manda a sua polícia reprimir o movimento. E viva o "democrata e prestigiado" Governador Ney Braga.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Há tantas coisas que precisamos dizer aqui para chegar a conclusão, muito evidente, que não é o prestígio do Governador do Estado do Paraná, que está por trás de um trabalho desses. É sim, uma região que produz 37 por cento do trigo nacional, que produz 49 por cento da soja do Brasil. Uma das regiões de maior riqueza deste País.

Eu nunca vi, Sr. Presidente, num modelo capitalista, um banco dar empréstimos ou instalar uma agência se não tiver a certeza do retorno lucrativista. É aí que está a questão - é um investimento com caso pensado e calculado, obviamente.

Então, não vamos atrás de prestígio deste ou daquele, porque se nós tivermos que analisar o "prestígio" do Governador do Estado do Paraná, não precisaríamos dizer mais nada.

Qual é o Ministro do Paraná que hoje tem vez e voz ou que seja Ministro na União? Qual é o homem de expressão que tem o Estado do Paraná no primeiro escalão administrativo deste País?

O SR. JOSÉ TAVARES - (Pela Ordem) Apenas para que Vossa

Excelência saiba, Sr. Presidente, o nobre Líder terá mais dez minutos do Horário da Liderança de nosso Partido e os restantes para o Deputado Fiori Luiz.

Muito obrigado.

O Sr. David Cheriegate - Vossa Excelência me permite um

aparte?

O SR. PRESIDENTE - (João Mansur) Continua com a palavra o nobre Deputado Nilton Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH - Tenho antes um aparte do Deputado Darcy Deitos, e gostaria, antes de conceder, porque me obrigaram a sair do meu raciocínio do pronunciamento, onde estava defendendo uma idéia da implantação de um programa de desenvolvimento integrado no Paraná, exatamente para se multiplicar as micro-empresas, que são as únicas que poderão dar saída, numa visão até neocapitalista, para não dizer dentro de outro sistema econômico.

82 por cento dos empregos gerados no Brasil, são gerados nas pequenas empresas, e no entanto, este País investe, aplica e estimula os conglomerados.

Pois bem, Sr. Presidente, mas este raciocínio acabou se desvirtuando, mas é oportuno, porque num final de ano precisamos realmente avaliar, para depois melhor avaliar a situação política do Estado do Paraná. E o nosso conceito de prestígio do Governo Ney Braga, é realmente o conceito de que este Estado, politicamente, está falido, sob a ótica oficial. Oficialmente, a situação política de prestígio do Paraná, faliu.

Um Estado que não consegue ter um representante de seu Estado no corpo diretivo da Nação, no corpo Ministerial do País, vem dizer que tem grande prestígio?

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não vamos ser ingênuos de "tapar o sol com a peneira" e querer iludir o cidadão de Três Barras, que até na emoção pode estar sendo envolvido por um ato praticado. Tem o meu respeito, com toda a sinceridade, porque pode estar equivocado, porque o que disse antes eu repito aqui, antes de dar o aparte ao Deputado Darcy Deitos, num Estado em que a verba que mais cresceu de 81 para 82 é a de comunicação social. Ora, ninguém suporta mais a propaganda no rádio e televisão do Governo Ney Braga, em 81, quando ele gastou só 170 milhões de cruzeiros na previsão orçamentária, da verba de comunicação social da governadoria.

Imagine, Sr. Presidente, quem vai suportar ligar o aparelho de televisão, o rádio, ou ler o jornal em 82, quando esta verba pulou para 670 milhões de cruzeiros, exatamente quase o mesmo valor que todo o Poder Legislativo gastou no ano passado?

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, por aí se estende a prática publicitária de um Governo que, na verdade, pratica um estilo estranho, e muitas vezes não sabido, de corrupção; que é a corrupção ao direito à verdadeira informação.

Deputado Darcy Deitos.

O Sr. Darcy Deitos - Nobre Deputado Nilton Friedrich., Líder da nossa Bancada, quero cumprimentá-lo pelas colocações que faz desta tribuna, na tarde de hoje.

Suas críticas são em cima de fatos concretos, em cima de que ninguém poderá dizer que se está inventando coisas, porque os fatos estão aí, a imprensa testemunhou.

Bem me lembro do ano passado, quando Vossa Excelência passou por cima do problema da suinocultura, quando em vez de defensor maior do povo deste Estado, ir lá dialogar com os suinocultores, teve que submeter à força, através da Quinta Região Militar deste Estado que aqui comanda, e as tropas foram lá para desalojar os suinocultores que faziam o seu protesto pacífico.

Mas, gostaria de me ater a este meu aparte, especificamente em cima de seu projeto, porque, sem dúvida alguma, este seu projeto é uma resposta até a alguns setores do Partido Situacionista de que a Oposição nesta Casa tão somente critica e não mostra caminhos.

Está aí um projeto de sua autoria, que está sendo reapresentado e que nós também somos subscritores, porque já tínhamos

mos dialogado anteriormente com Vossa Excelência, que achamos o assunto de suma importância. Ele, além de mostrar um caminho, é uma proposta.

E, no meu entendimento, ele é até parte de uma pequena reforma tributária que vai devolver autonomia aos lesados, aos esmagados, aos sugados municípios paranaenses.

Porque, o atual sistema político implantado, com a atual política tributária, sugou os municípios. E o que dizer, principalmente do Estado do Paraná, que é um Estado essencialmente agrícola, onde a sua região, como a minha, sofreu um esvaziamento espantoso com este modelo agrícola implantado para atender o mercado externo e não para atender a fome do povo brasileiro?

Houve este esvaziamento, e esse seu projeto, chamado PRODESIM, destinando dez por cento da arrecadação do ICM depois de tirar os vinte destinados à parte dos municípios.

Só para que Vossa Excelência tenha idéia, se isso fosse implantado em 1981, seriam destinados perto de cinco bilhões de cruzeiros a esse projeto, levando algum recurso aos municípios, para que eles pudessem lá, segurar os homens que estão à procura de trabalho e às vezes vêm inchar a grande Curitiba, ou vão inchar a grande Maringá, a grande Londrina ou a grande Cascavel.

Então eu cumprimento Vossa Excelência, o projeto é de suma importância, e faz parte, no meu entendimento, de uma pequena reforma tributária, que quer queiram quer não, os detentores do poder, haveremos de conseguí-la, fazendo maioria congressual nas eleições de 82.

Eu agradeço.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço e concluo até em cima do final do seu aparte.

A solução realmente é política. Porque em se propondo, e a proposta não é pessoal, é um trabalho muito extensivo, profundo, cauteloso, de associações comerciais do Oeste do Paraná, capitaneado caso pela Associação da minha cidade, que há três anos vem encaminhando à Secretaria da Indústria e Comércio, ao Governador do Estado, ao BADEP, este projeto.

E o que se pretende é isto: reter-se parcela do que o Estado arrecada, para se fazer o fundo de industrialização, em cima de micro-empresas, dentro do ciclo produtivo que existe; onde há no caso de Toledo e o exemplo está aqui, foi inaugurada em novembro uma indústria, gerando mais de 150 empregos, única e exclusivamente com capital local, poupança localizada e com uma observação fundamental; é que exatamente parte no processo produtivo industrial, em cima de um setor que dá continuidade ao que já existe.

Há produção de suínos, de bovinos, há, portanto, frigoríficos, e o couro que era levado de maneira quase que gratuita para São Paulo e Rio Grande do Sul, com esta indústria de peles far-se-á industrialização no lugar, em seguida, partir-se-á para uma industrialização de calçados, a industrialização de pinéis e afins.

Mas, uma coisa leva a outra. Mas é em cima da proposta de pequenas iniciativas, de proliferar e multiplicar as micro-empresas, esta é a solução que vemos agora e aqui. Porque, os grandes conglomerados, têm provado na prática que não existem.

Sr. Presidente, ontem provávamos aqui que o Governo do Brasil, o tesouro da União, arrecadou, em 1980, 960 bilhões de cruzeiros; no entanto, gastou 745 bilhões para dar de presente aos empresários e principalmente, aos grandes empresários. Esta é a questão básica, Sr. Presidente, é que o Governo tem a sangria dentro dele mesmo.

Ora, 960 bilhões e gastar 745, dando de presente, a título de subsídio, aos empresários. Para onde nós vamos?

O Sr. Darcy Deitos — As financeiras também, eminente Deputado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Óbvio, que isto tudo está no contexto.

Como eu tenho apenas um minuto, quero deixar aqui uma posição clara.

O Regimento Interno desta Casa e a Constituição, quando o Governo tem interesse, são atropelados.

Espero que não venham taxar este projeto de inconstitucional, porque, acima de tudo, é um desejo de justiça, porque nós queremos distribuir a renda, e aí é o caminho único para a justiça social no Paraná e no Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Se alguém tinha dúvida sobre a atuação meramente política da Secretaria chefiada pelo Sr. Saul Raiz, agora tenho a impressão que a mesma se desvaneceu.

Quero denunciar, desta tribuna, Sr. Presidente, a Secretaria dos Municípios de estar coagindo os Prefeitos do PMDB de implantar o "seu titular" como candidato pedessista ao Governo do Estado, nas eleições do próximo ano.

O auxílio monetário dado por aquela Pasta, dividido em três parcelas, teve a primeira delas entregue diretamente aos prefeitos beneficiados.

As duas parcelas seguintes, sofreram um atraso na sua destinação, sendo somente agora paga, mas com uma agravante.

Para os municípios onde o Executivo possui na frente um prefeito da Oposição, o dinheiro foi liberado para o Presidente do Diretório do PDS local. Diretório Municipal do Partido Democrático Social, o PDS.

Com isso, o Presidente do Diretório local do PDS, é que decidirá, como essa importância será aplicada, fiando neste caso, o prefeito municipal como mero executor das suas decisões.

Com isso, o Presidente do Diretório do PDS, onde o PMDB é governo, passa a ser uma espécie de Para-Prefeito; uma eminência parda que controlará a administração municipal, dos bastidores.

Obras necessárias à comunidade, e tenho a certeza agora serão prejudicadas pelas edificações eleitoreiras, como praças, canchas de esportes, calçadas, etc.

Vamos apresentar brevemente um requerimento aqui nesta Casa, pedindo informações ao Executivo, de como estão sendo aplicadas as verbas daquela Pasta, inclusive a quem a mesma está sendo entregue.

O PMDB possui treze prefeituras no Estado do Paraná. E recebemos a denúncia de quatro Prefeitos do PMDB. Denúncias com provas.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. FIORI LUIZ — Um instante, nobre Deputado.

Há muitas dúvidas, Sr. Presidente, a serem dirimidas sobre a atuação do Secretário Saul Raiz à frente da Secretaria dos Municípios, pois a nosso ver, quem usa do dinheiro público para auto-promoção, quem utiliza dólares, que transformam o País numa nação cada vez mais dependente, não pode sair à disputa de um Governo estadual.

O que este homem está fazendo é reprovável, altamente condenável, e é apenas a atuação de um Secretário de Estado.

Imaginemos então, amanhã, Saul Raiz na Governança do Estado.

Concedo aparte ao nobre Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel — Acho que Vossa Excelência está lançando Saul Raiz para candidato a Governador. Porque,

por enquanto, o nosso Partido não tem candidato a Governador.

Saul Raiz está simplesmente transferindo uma verba para que seja aplicada nas comunas, para que o dinheiro, o dólar, o cruzeiro, o rublo, seja aplicado em benefício das comunas.

Vossa Excelência diz muito bem. Saul Raiz, em dez meses de Governo, aplicou dinheiro nos quase trezentos municípios do Paraná.

E eu só dizia a Vossa Excelência, Deputado Fiori Luiz, que há uma grande injustiça por parte dos Prefeitos de Vossa Excelência, ou seu Partido, porque a verba, os cheques destinados, foram destinados ... (desligam-se os microfones).

O SR. FIORI LUIZ — O povo fará o julgamento, nobre Deputado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Mesa consulta a Liderança do PTB, se deseja fazer uso do seu horário.

Com a palavra, o Sr. Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu não desejava, no dia de hoje, ocupar a tribuna.

Todavia, em função do acontecido ontem, no Congresso Nacional; em função do posicionamento de alguns Deputados da Oposição, e nesta Casa também, de que o meu Partido, o PTB, teria ontem votado com o Partido do Governo, no que diz respeito à Mensagem Presidencial que tratava e trata dos ilegíveis, algumas críticas nos bastidores foram colocadas com relação às atitudes tomadas ontem, do Deputado Paulo Pimentel, do Deputado Vilela Magalhães, lá no Congresso Nacional, e estranho que alguns - nos bastidores e corredores - façam críticas e digam o que disseram, não da tribuna deste Poder, mas no diz-que-diz e no escondido.

Mas é mais estranhável ainda, que aqueles que se referem a atitude por nós tomada ontem, a Bancada principalmente do PMDB, aliada ao Partido Popular, votaram logo em seguida, não contra o projeto do Governo, mas favoravelmente, o que se constituiu na unanimidade ontem dos Deputados presentes e dos Senadores no Congresso Nacional.

E é de se estranhar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que não se venha a esta tribuna para colocar o posicionamento político.

Por isso, vim hoje aqui para dizer de que, quem muito quer, nada leva; quem quer tudo às vezes nada leva também, e não podemos deixar que bons brasileiros - e cito exemplo deste Estado, como Alencar Furtado, deixá-lo fora do pleito do ano que vem, em detrimento de alguns bons brasileiros também, mas que terão que esperar a sua oportunidade, até quando?

E se amanhã, Sr. Presidente, Srs. Deputados, criticarem também a posição do meu Partido com relação à criação do Estado de Rondônia, devo dizer a Vossas Excelências que pior é ter somente o interventor que lá está; melhor será ter um interventor, mas com uma Assembléia Legislativa.

E, dos 420 Deputados Federais, apenas um, insiste que se faça eleição para governador. Sempre primei pela democracia.

Desde moço, primei para que o povo sempre tivesse participação em todos os atos, porém devemos entender que estes anos de caminhada, deste 64 para cá, não foram fáceis.

Alguns, na Oposição hoje, chegaram há pouco, não como nós, que desde os idos de 64, menino ainda, consegui, com o esforço de todos e com a participação de cada um, chegar onde chegamos, tendo a condição de dizer o que dizemos.

Razão pela qual, Sr. Presidente, Srs. Deputados, devemos dizer que, se alguém quizer recrutar, que venha a esta tribuna e que diga a sua posição, aqui.

Obrigado, Sr. Presidente - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa concede, em nome da Liderança do PDS, cinco minutos ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Primeiramente, quero agradecer ao Deputado Fiori Luiz por estar lançando candidato ao nosso Partido. Talvez no dele, já esteja lançado.

Mas no nosso, quem vai lançar, dentro da ética democrática, é a Convenção.

Mas, devo dizer ao Deputado Fiori Luiz, que Saul Raiz talvez seja uma pedrinha no sapato da Oposição. Porque a pesquisa não resolve, o que resolve é o voto na urna.

Tivemos, em Joaquim Távora, na semana passada, uma consagração de 27 Prefeitos da micro-região do Norte Pioneiro, e de outros que não pertenciam àquela região. E, naquela oportunidade, Saul Raiz foi ovacionado, porque Sua Excelência mostrou à Oposição que o problema é trabalho. Não basta demagogia. E os cheques estão indo também para os Prefeitos da Oposição, que talvez não saibam aplicá-lo como devem ser aplicados.

Então, o problema é o seguinte: o Deputado Fiori Luiz diz o que quer e o que não quer; a verdade e a inverdade, e nós ficamos muitas vezes pensando, se respeitamos a sua posição de Deputado, dejovem afoito, de homem talvez orientado não sei por quem, talvez por esse tal de MR-8, que não conhecemos, não sei qual a finalidade do nobre Deputado de vir aqui dizer que o Sr. Saul Raiz não tem pago aos Prefeitos da Oposição.

Mas, o dinheiro do povo está sendo aplicado em benefício do próprio povo, Deputado Fiori Luiz. E gostaríamos de dizer a Vossa Excelência, que Saul Raiz, quer queira Vossa Excelência ou não, em dez meses de administração em sua Pasta, trouxe dólares para serem aplicados nas pequenas comunas, para que o homem seja fixado em seu "habitat".

Os Prefeitos receberam dinheiro que deverá ser aplicado em suas comunas.

Agora, pediria ao Deputado Fiori Luiz que olhe com carinho, queria Vossa Excelência que Saul Raiz desse dinheiro para os Prefeitos da Oposição, e o nosso pessoal não participasse?

Agora, os cheques vão direto para as Prefeituras Municipais, porque, dinheiro dos homens de mãos limpas, dinheiro do povo, há de ser aplicado em benefício do próprio povo.

É isso que eu queria dizer a Vossa Excelência, dentro da ética, da amizade e da admiração que tenho por Vossa Excelência.

Agora, não venha aqui Vossa Excelência procurar deturpar os fatos, porque Saul Raiz, se Vossa Excelência lançá-lo como candidato, talvez consigamos fazê-lo Governador que, há de, por certo, trazer dinheiro do Exterior para ser aplicado no Brasil.

Obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Srs. Deputados.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere.

O Sr. 1º Secretário procederá a chamada dos Srs. Deputados. (É feita a chamada).

Responderam à chamada nominal 46 Srs. Deputados. Há "quorum" para prosseguimento da sessão e consequente votação.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente, solicitando preferência de votação ao Projeto de Lei 166/81. — Rejeitado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela Ordem) Sr. Presidente, já que se trata de um projeto que me parece de bom alvitre, aprovação da Casa com urgência, que é do Ministério Público, pedimos a Vossa Excelência a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(É feita a verificação).

17 Srs. Deputados aprovam; 29 Srs. Deputados rejeitam. Rejeitado.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 91/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição nº 96/81 (Mens. Govern. nº 106/81), que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio e os Municípios de ALTO PARANÁ, BARRAÇÃO, GUAIRAÇÁ, PATO BRANCO e TAMBOARA, objetivando a aplicação de recursos financeiros em obras de infra-estrutura na área industrial. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 93/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição nº 94/81, (Mens. Govern. nº 104/81), que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios de PONTA GROSSA e WENCESLAU BRAZ, objetivando ação conjunta entre órgãos do Estado e municípios, nas atividades de controle e planejamento do trânsito, conforme dispõe o Art. 37 do Regulamento do Código Nacional de Trânsito. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 94/81, oriundo de parecer aprovado por unanimidade da C.C.J. à ex-Proposição nº 93/81, (Mens. Govern. nº 103/81), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e os Municípios de CAMPO LARGO e GOIOERÊ, visando a construção de prédios destinados às repartições policiais nos citados municípios. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 95/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição nº 89/81, (Mens. Govern. nº 97/81), que aprova Convênios celebrados em 15 de setembro de 1981, entre o Estado do Paraná e os Municípios de GUAPOREMA, MARILUZ, PARAISO DO NORTE e SANTA IZABEL DO IVAÍ (02), objetivando a aplicação de recursos financeiros em obras de controle da erosão nos referidos municípios. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 96/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição nº 88/81, (Mens. Govern. nº 96/81), que aprova os termos aditivos datados de 15 de agosto de 1981, a Convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os Municípios relacionados, objetivando a aplicação de recursos financeiros em obras de controle da erosão urbana. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 97/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição nº 101/81, (Mens. Govern. nº 110/81), que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Município de FÊNIX, objetivando a execução de obras de controle da erosão

urbana. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 98/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição nº 102/81, (Mens. Govern. nº 111/81), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de SANTA MARIANA, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 99/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição nº 103/81, (Mens. Govern. nº 112/81), que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando ação conjunta com vistas à execução do Programa Especial para Manutenção da Rede Aeroportuária — PROAEROPORTO, no exercício de 1981. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 100/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição nº 104/81, (Mens. Govern. nº 113/81), que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado e os Municípios que especifica, objetivando ação conjunta com vistas à execução do "Programa Especial para Manutenção da Rede Aeroportuária - PROAEROPORTO", no exercício de 1981. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 101/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição nº 105/81, (Mens. Govern. nº 115/81), que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras de controle da erosão urbana. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 102/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição nº 106/81, (Mens. Govern. nº 116/81), que aprova Convênios celebrados em 20 de outubro de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e os Municípios de NOVA ESPERANÇA e SANTO INÁCIO, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras de controle da erosão urbana, nos referidos municípios. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 106/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição nº 110/81 (Mens. Govern. nº 125/81), que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os Municípios de ITAMBÉ, JAGUAPITÁ, MARILÂNDIA DO SUL, MARUMBI e SÃO TOMÉ, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, nas sedes dos referidos municípios. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 107/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição nº 111/81, (Mens. Govern. nº 126/81), que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e os Municípios de CASTRO e MARMELEIRO, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras de infra-estrutura, na área industrial. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 108/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição nº 112/81, (Mens. Govern. nº 124/81), que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os Municípios de

PRIMEIRO DE MAIO e UBIATÁ, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana. - **Aprovado, artigo por artigo**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 109/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição nº 113/81, (Mens. Govern. nº 123/81), que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Município de **PORECATU**, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras de controle da erosão urbana, no referido município. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 110/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição nº 114/81, (Mens. Govern. nº 122/81), que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Município de **CRUZEIRO DO OESTE**, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras de controle da erosão urbana no referido município. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 111/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição nº 115/81, (Mens. Govern. nº 121/81), que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Município de **CRUZ MACHADO**, objetivando aplicação de equipamento do Orfanato São José. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 112/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição nº 116/81, (Mens. Govern. nº 120/81), que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração e o Município de **PIÊN**, objetivando a aquisição de ônibus para transporte de escolares. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 113/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição nº 117/81, (Mens. Govern. nº 119/81), que aprova convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração, e os Municípios de **ADRIANÓPOLIS**, **GUARAUQUEÇA** e **MATINHOS**, objetivando a aplicação de recursos em obras públicas nos citados municípios. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 114/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição nº 118/81 (Mens. Govern. nº 118/81), que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de **RIBEIRÃO DO PINHAL**, objetivando ação conjunta com vistas à execução do Programa Especial para Manutenção da Rede Aeroportuária — **PROAEROPORTO**, para o exercício de 1.981. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 116/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição nº 90/81, (Mens. Govern. nº 98/81), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado, em data de 04/12/79, através do Departamento de Trânsito e o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, objetivando atribuir ao **DETRAN** a fiscalização de regularidade de veículos em relação às infrações cometidas em rodovias federais. - **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 160/81, de autoria do Poder Executivo, (Mens. Govern. nº 127/81), que autoriza o Poder Executivo a dar fiança, nos empréstimos que virem a ser contraídos pelo Banco do Estado do Paraná S/A com o Banco Nacional da Habitação, para serem aplicados através

da Companhia de Saneamento do Paraná — **SANEPAR**. Pareceres Favoráveis da C.C.J., e C.F., por maioria. - **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 160/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a dar fiança aos empréstimos contraídos ou que venham a ser contraídos pelo Banco do Estado do Paraná S/A, com o Banco Nacional de Habitação, para serem aplicados através da Companhia de Saneamento do Paraná — **SANEPAR**, até o máximo de 7.000.000 (sete milhões) de UPCs, correspondentes, nesta data, a Cr\$ 8.675.730.000,00 (oito bilhões, seiscentos e setenta e cinco milhões e setecentos e trinta mil cruzeiros), destinados à execução de obras do sistema de abastecimento de água e esgoto em município do Estado, e a conferir ao Banco Nacional de Habitação os poderes para levantar, junto ao Governo Federal, as parcelas do Fundo de Participação dos Estados, que lhe couberem, na forma da legislação em vigor, e na sua insuficiência ou extinção, levantar junto aos órgãos do Governo Estadual e Bancos, os recursos provenientes de impostos estaduais, bem como, saldos dos depósitos bancários, suficientes para responder débito corrigido e demais encargos contratuais decorrentes dos empréstimos concedidos pelo Banco Nacional de Habitação ao Banco do Estado do Paraná S/A.

Parágrafo único — Os poderes previstos neste artigo só poderão ser usados pelo Banco Nacional da Habitação, na hipótese de o Banco do Estado do Paraná S/A ou o Governo do Estado não terem efetuado, no vencimento, o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimos celebrados com o Banco Nacional da Habitação.

Art. 2º — Fica ainda o Poder Executivo autorizado a contrair empréstimos destinados a suplementar a integralização do Fundo de Água e Esgotos — **FAE/PR**, e a integralização do capital da Companhia de Saneamento do Paraná — **SANEPAR**, até o máximo de 100% (cem por cento) do valor previsto no artigo primeiro, bem como, garanti-los na forma ali estabelecida.

Art. 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) **PODER EXECUTIVO**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 160/81

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo de Mensagem Governamental, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a dar fiança, nos empréstimos que vierem a ser contraídos pelo Banco Nacional de Habitação, para serem aplicados através da Companhia de Saneamento do Paraná — **SANEPAR**.

Analizando-se o projeto sob o aspecto legal e constitucional, temos que nos termos constitucionais, tal matéria, quanto a sua competência e iniciativa, está disciplinada nos Arts. 21 item VIII, letra d, artigo 25, parágrafo primeiro, letra a, e art. 35 da Constituição Estadual, não havendo qualquer impedimento que possa obstar sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo Chefe do Poder Executivo na mensagem que acompanha o ante-projeto, esclarece com detalhes a autorização pleiteada; cabe porém, esclarecer que a expansão que a **SANEPAR** vem imprimindo no setor de saneamento em nosso Estado, é deveras impressionante, conforme os percentuais que são apresentados e do conhecimento público, por aquela empresa estatal.

O Estado do Paraná, através da **SANEPAR**, é citado como um dos Estados brasileiros cuja produtividade é digna de citações em relação às demais similares brasileiras.

A autorização ora pleiteada, virá dotar aquela empresa de lastro financeiro para que a mesma continue a desenvolver o seu programa de expansão da rede de saneamento em nosso Estado.

Deixando-se a análise do seu aspecto financeiro para a Comissão de Finanças, que por certo o apreciará, temos que sob o aspecto legal e constitucional, o Projeto está em condições de ser aprovado por esta Casa, opinando-se favoravelmente. É o Parecer.

Sala das Comissões, em 04 de dezembro de 1981.

(a) AIRTON CORDEIRO — Presidente e Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 160/81

PARECER:

De autoria do Poder Executivo, o presente projeto de lei vem a esta Casa, sob a forma de Mensagem Governamental, visando obter junto deste Poder, para prestar, o Executivo, fiança nos empréstimos obtidos pelo Banco do Estado do Paraná S/A, junto ao Banco Nacional de Habitação, cujo montante será aplicado através a SANEPAR.

Medidas de igual natureza foram objeto de deliberação desta Assembléia Legislativa, que outorgou limites de responsabilidade em fiança, pelas Leis nºs 6317 e 7428.

Ocorre que ditos limites foram atingidos e necessário se faz a renovação da autorização, a fim de que o Estado possa continuar participando do PLANASA.

De outra parte, o articulado do projeto prevê especificamente a responsabilidade do Estado, e vincula adequadamente a aplicação do valor total do empréstimo.

Assim, do aspecto financeiro, nada há que possa obstaculizar a pretensão, mesmo porque, a garantia oferecida pelo Estado, é somente solidária, não havendo necessidade de rubrica orçamentária que a embase, vez que, no caso, inexistente a previsão de descaixe.

Somos, portanto, favoráveis à aprovação do pretendido.

Sala das Comissões, em 04 de dezembro de 1981.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente

GABRIEL MANOEL — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 161/81, de autoria do Poder Executivo, (Mens. Govern. nº 129/81), que revoga os incisos IX e X do Art. 3º, da Lei nº 6364, de 29 de dezembro de 1972, (Lei Orgânica do ICM). Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 161/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Ficam revogados os incisos IX e X do Art. 3º, da Lei nº 6364, de 29 de dezembro de 1972, com as alterações introduzidas pelo Art. 1º, da Lei nº 6551, de 07 de junho de 1974.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) PODER EXECUTIVO

Ofício 1165/81 — GAB Curitiba, 16 de novembro de 1981.
Senhor Governador.

1. Pelo presente, encaminho a Vossa Excelência anteprojeto de lei que objetiva ajustar a legislação tributária estadual ao mecanismo de redução na base de cálculos do ICM nas saídas de bens usados, tais como de máquinas, aparelhos, veículos, motores, móveis e vestuário, previsto no incluso Convênio ICM 15/81, de 23/10/81, ratificado no plano estadual pelo Decreto 4401, de 05/11/81.

2. A Lei Orgânica do ICM (incisos IX e X do Art. 3º, da Lei 6364, de 29/12/72, com a alteração introduzida pelo Art. 1º da Lei nº 6551, de 07/06/74), restringe o benefício da redução na base de cálculo apenas nas saídas de veículos, máquinas e aparelhos usados.

3. De outro lado, fixa base de cálculo não prevista nas

normas gerais de direito tributário (art. 18, § 1º, da Constituição), relativas ao ICM, consubstanciadas nos Decretos-Leis 406, de 31/12/68, e 834, de 09/09/69.

4. As bases de cálculo factíveis no âmbito legislativo estadual, são, evidentemente, as previstas na legislação nacional (aludidos decretos, decretos-leis ou leis complementares que lhes alterarem) e quaisquer reduções que as diferenciem devem ser veiculadas através de CONVÊNIOS, nos termos da Lei Complementar Federal 24, de 07/01/75, que veio regulamentar o § 6º do Art. 23, da Constituição.

5. Estando o Convênio que institua, reduza ou que revogue o benefício fiscal (a redução na base de cálculo, funcionando como isenção parcial do ICM está, expressamente mencionada no Inciso I do Art. 1º da Lei Complementar Federal 24/75), integrado à legislação estadual, a sua implementação ocorrerá, nos termos do Inciso II do Art. 52 da Constituição do Paraná, combinado com o § 1º do Art. 42 da Lei de Regência do ICM, através de Instrução da Secretaria das Finanças.

6. Nessa ordem de entendimento, tendo o citado Convênio 15/81 diminuído a redução nas bases de cálculo do ICM, aplicáveis nas saídas dos mencionados bens usados, de 90 para 80%, além de ampliar o campo de atuação de base impositiva reduzida, vimos propor a Vossa Excelência o encaminhamento de mensagem ao Poder Legislativo Estadual, revogando os incisos IX e X do referido Art. 3º, da Lei 6364/72.

7. A medida tem caráter de urgência, a fim de que, já a partir de 01 de janeiro de 1982, possa a Secretaria das Finanças implementar, adequadamente, o benefício fiscal previsto no Convênio ICM 15/81.

Valho-me do ensejo para reiterar a Vossa Excelência, protestos de elevada consideração.

(a) EDSON NEVES GUIMARÃES

Secretário de Estado das Finanças

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 161/81

PARECER:

Proveniente da Mensagem Governamental 129/81, objetiva o presente plano de lei, revogar os incisos IX e X do Art. 3º, da Lei nº 6364, de 29 de dezembro de 1972, (Lei Orgânica do ICM).

A competência da iniciativa é realmente do Poder Executivo, sendo que o interesse público da matéria vem amplamente demonstrado na exposição de motivos.

Inexistem óbices de ordem constitucional ou regimental à normal tramitação do projeto pelos demais órgãos desta Casa.

Em tais circunstâncias, nosso parecer é Favorável à sua Aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 04 de dezembro de 1981.

(a) AIRTON CORDEIRO — Presidente e Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 161/81

PARECER:

Com o presente projeto de lei, intenciona o Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, alterar a legislação específica que rege o Imposto de Circulação de Mercadorias, de número 6364/72 (Lei Orgânica do ICM), revogando expressamente o incisos IX e X do Artigo 3º.

A iniciativa prende-se à argumentação sólida da bem lançada exposição de motivos do Sr. Secretário das Finanças, anexada ao presente processo, às folhas 4 a 6.

Infer-se do memorial, o benefício a ser recebido pelo consumidor, com a efetiva diminuição nas bases de cálculos do ICM aplicáveis nas saídas de bens utilizados e demais mercadorias abrangidas pela revogação.

Certo está o consumidor, a quem o imposto é sistematicamente repassado, será beneficentemente atingido pela medida, que de modo geral, virá minorar os problemas financeiros do adquirente e, via de consequência, gerar possibilidades mais amplas em diversas outras esferas comunitárias e sociais.

Desta forma, há que ser louvada a atitude, o que se faz, impondo-se parecer favorável à aprovação deste Plano.

Sala das Comissões, em 04 de dezembro de 1981.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente

GABRIEL MANOEL — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 164/81, de autoria do Poder Executivo, (Mens. Govern. nº 131/81), que cria a Carteira da Previdência Complementar dos Servidores do Poder Judiciário, instituir o valor de Referência de Custas, e altera dispositivos da Lei nº 6149, de 09 de dezembro de 1970, bem como adota outras providências. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., na forma do SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade.

PROJETO DE LEI Nº 164/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

CAPÍTULO I

DA CARTEIRA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR FINALIDADES E FILIAÇÃO

Art. 1º — Fica criada a Carteira de Previdência Complementar dos Servidores do Poder Judiciário, remunerados ou não pelos cofres públicos, com autonomia financeira e patrimônio próprio, sob a administração do Instituto de Previdência do Estado — IPE, e regida por esta lei.

Art. 2º — São finalidades da Carteira:

- I — Complementar as aposentadorias atuais e futuras de seus filiados;
- II — Complementar as pensões atuais e futuras dos herdeiros ou beneficiários instituídos pelos filiados;
- III — Conceder auxílios diversos na forma e condições estabelecidas em regulamento;
- IV — Conceder recursos para execução de programas de relevante interesse dos servidores do Poder Judiciário, vinculados ao exercício de suas funções.

Art. 3º — São filiados automáticos da Carteira instituída pela presente lei os serventuários da Justiça não remunerados pelos cofres públicos, já inscritos na Carteira de Pensões dos Serventuários da Justiça, nos termos da Lei nº 4975, de 02 de dezembro de 1964, e compulsórios, os que vierem a ser nomeados, nas mesmas condições, após a publicação desta lei.

Parágrafo único. É facultada a inscrição dos servidores do Poder Judiciário, remunerados pelos cofres públicos, com idênticos direitos e vantagens dos filiados automáticos e compulsórios, desde que atendidas as mesmas obrigações a estes impostos.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DA CARTEIRA

Art. 4º — A Carteira será constituída das seguintes unidades deliberativa e executiva:

- I — Conselho de Previdência Complementar (CONPREVI);
- II — Departamento de Aposentadoria Complementar (DAC);
- III — Departamento de Pensão Complementar (DPC);
- IV — Departamento de Programas Especiais (DPE);
- V — Departamento de Auxílios (DAU).

Art. 5º — O CONPREVI será constituído por SEIS conselheiros efetivos, dois conselheiros suplentes, com mandato de dois (02) anos e um presidente, que será nomeado pelo

Chefe do Poder Executivo à vista de lista tríplice organizada e encaminhada pelo Chefe do Poder Judiciário.

Art. 6º — Os conselheiros efetivos e seus suplentes serão nomeados pelo Governador do Estado, incumbindo ao Presidente do Tribunal de Justiça a indicação de três nomes para o exercício do mandato efetivo e um suplente, e ao Secretário de Estado dos Negócios da Justiça, a indicação dos demais.

Parágrafo único. Será permitida a recondução dos conselheiros apenas por mais um mandato.

CAPÍTULO III

COMPETÊNCIA E ATRIBUIÇÕES DAS UNIDADES DELIBERATIVA E EXECUTIVA

Art. 7º — Compete ao CONPREVI:

- a) elaborar e alterar o seu Regimento Interno;
- b) decidir sobre os planos de complementação de benefícios e concessões de auxílios;
- c) decidir sobre a liberação de recursos solicitados para a execução dos programas a que se refere o inciso IV do Art. 2º;
- d) autorizar a aquisição, alienação ou oneração a qualquer título, do patrimônio da Carteira;
- e) referendar a admissão e dispensa de funcionários que devam compor o quadro de pessoal da Carteira;
- f) julgar os recursos referentes à aplicação de sanções previstas nesta lei;
- g) responder às consultas que lhe forem formuladas pelos filiados, na forma prevista pelo seu Regimento Interno;
- h) desempenhar as demais funções que lhe forem conferidas no regulamento desta lei.

Parágrafo único. As decisões sobre as matérias referidas nas alíneas “c” e “d”, serão tomadas por maioria absoluta.

Art. 8º — Aos Departamentos de Aposentadoria Complementar (DAC), de Pensões Complementares (DPC), de Programas Especiais (DPE) e Departamento de Auxílios (DAU), compete a elaboração dos planos de programas a que se referem o Art. 2º e seus incisos, além das demais atribuições que lhe forem cometidas por regulamento.

Art. 9º — Ao Presidente do CONPREVI, compete:

- a) representar judicial e extrajudicialmente a Carteira de Previdência Complementar dos Servidores do Poder Judiciário;
- b) presidir as sessões do CONPREVI e convocar as extraordinárias;
- c) admitir e dispensar “ad referendum” do CONPREVI, funcionários que devam compor o quadro de pessoal;
- d) autorizar a realização das despesas até o limite de 100 V.R.C. (Cem Valores de referência de Custas);
- e) delegar atribuições, salvo as constantes das alíneas “a” e “d”.

Parágrafo único — O Presidente do CONPREVI não terá direito a voto, salvo o de qualidade.

CAPÍTULO IV

DAS FONTES DE RECEITA E SUA APLICAÇÃO

Art. 10 — A receita da Carteira é constituída:

I — Pelos recursos oriundos da dedução de 5% (cinco por cento) das custas devidas pelos atos praticados e registrados nas serventias do foro extra-judicial discriminados nas Tabelas anexas a esta lei;

II — Pelos recursos oriundos da totalidade das custas devidas por atos das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada, bem como de 5% (cinco por cento) das que forem devidas por atos praticados pelos respectivos Secretários;

III — Pelos recursos oriundos da dedução de 5% (cinco por cento) das custas devidas às serventias do foro judicial, discriminadas nas Tabelas anexas a esta Lei;

IV — De multas, juros e correção monetária decorrentes

de infrações a esta lei;

V — Do produto das aplicações da receita disponível;

VI — Pelas doações, subvenções, participações e eventuais repasses ou transferências de recursos pelo Poder Público ou por terceiros.

Art. 11 — A receita da Carteira terá a seguinte destinação, após fixado o valor das despesas administrativas:

I — Pagamento de complementações de aposentadorias e pensões, bem como dos auxílios diversos, com os recursos originados nas deduções previstas no art. 10, item I;

II — Execução dos programas especiais aludidos no Art. 2º, item IV, com os recursos originados pelas deduções previstas no Art. 10, incisos II e III;

III — Aplicações deliberadas pelo CONPREVI com os saldos de receita disponíveis, observado o disposto no parágrafo único do Art. 7º

Parágrafo único — É nulo de pleno direito qualquer ato ou decisão que dê à receita da Carteira destinação em desacordo com o disposto neste artigo.

CAPÍTULO V

DO SISTEMA DE ARRECADAÇÃO

Art. 12 — Os titulares das serventias de foro extra-judicial ou seus eventuais substitutos, depositarão, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao vencido, em conta da Carteira de Previdência Complementar dos Servidores do Poder Judiciário e em agência do Banco do Estado do Paraná S/A, o total das deduções a que se refere o Art. 10, inciso I.

Art. 13 — Os titulares das serventias do foro judicial e os Secretários do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Alçada depositarão, dentro do prazo de 72 (setenta e duas) horas, a contar do recebimento das custas, em agência do Banco do Estado do Paraná S/A, em conta da Carteira de Previdência Complementar dos Servidores do Poder Judiciário, o total das deduções a que se refere o Artigo 10, incisos II e III.

§ 1º — Nas localidades onde não houver agência, posto ou correspondente do Banco do Estado do Paraná S/A, os recolhimentos a que se referem os Artigos 12 e 13, serão feitos na forma que vier a ser disposta em regulamento.

§ 2º — Os recolhimentos efetuados fora do prazo estão sujeitos à multa compulsória de 10% (dez por cento), 20% (vinte por cento) e 30% (trinta por cento) se feitos após 30 (trinta), 60 (sessenta) ou 90 (noventa) dias, respectivamente, das datas estipuladas nesta lei, além de juros de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária calculada com base nos índices de reajustamento das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional — ORTN.

§ 3º — Ultrapassado o prazo de 90 (noventa) dias, sem que tenha sido feito o recolhimento devido, o fato será comunicado ao Corregedor da Justiça, a quem incumbirá determinar as providências cabíveis.

§ 4º — O pagamento da multa não impede o posterior pedido de sua restituição, que deverá ser dirigido ao CONPREVI, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recolhimento, sob pena de caducidade.

Art. 14 — Os responsáveis pelas deduções consignadas no Art. 10, inciso I, II, e III, encaminharão, mensalmente, ao Juiz Corregedor da Comarca a que pertencerem, um relatório de suas atividades em três vias, na forma e prazos estabelecidos em regulamento.

Parágrafo único. O Juiz Corregedor da Comarca arquivará uma das cópias recebidas e remeterá uma ao Corregedor da Justiça e outra ao Instituto de Previdência do Estado.

CAPÍTULO VI

DO VALOR DE REFERÊNCIA DE CUSTAS

Art. 15 — A partir da publicação desta lei, os valores

básicos e os de incidência de custas serão calculados de conformidade com um "VALOR DE REFERÊNCIA DE CUSTAS (V.R.C.)"

Art. 16 — O módulo unitário do Valor de Referência de Custas estabelecido para vigorar a partir desta lei, é de Cr\$... 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Art. 17 — Nas Tabelas de Custas, os valores serão expressos em unidades ou frações do Valor de Referência de Custas e serão reajustados sempre que houver modificação no seu módulo unitário, sem que o reajustamento tenha caráter retroativo.

Art. 18 — Todo adiantamento em dinheiro feito às Serventias, pelas partes ou seus procuradores, também deverá ser expresso em V.R.C., ficando o depósito automaticamente corrigido, em seu valor, somente para efeito de pagamento das custas.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica nas ações em que o Juiz determinar a correção do depósito de custas, na forma da Lei Federal nº 6899, de 09 de abril de 1981, nem nas ações onde ocorrer desistência ou acordo entre as partes.

Art. 19 — É obrigatória a afixação, em local visível da Serventia, de tabuleta indicando o valor do V.R.C., com letras e algarismos em tamanho não inferior a 5,00 cm (cinco centímetros).

§ 1º — É obrigatória também, a afixação em toda Serventia, da Tabela de Custas, na parte referente aos atos nela praticados, com valores expressos em V.R.C. e cruzeiros, na conformidade das instruções expedidas pela Corregedoria.

§ 2º — No rodapé das Tabelas deverá haver indicação precisa quanto ao nome do Juiz competente para receber reclamações relacionadas com a cobrança de custas e o local onde será encontrado.

Art. 20 — O Valor de Referência de Custas será reajustado semestralmente, tendo como teto o valor da variação no período das ORTN, segundo Provimento da Corregedoria da Justiça.

Art. 21 — Na confecção de novas tabelas, em consequência de reajustes, no valor das custas, poderão ser desprezadas as frações de até Cr\$ 10,00 (dez cruzeiros), a critério do Corregedor.

Art. 22 — Sempre que houver alteração do V.R.C., poderá o Corregedor da Justiça conservar ou reativar valores básicos das Tabelas Progressivas vigentes anteriormente, adaptando-os ao V.R.C., já corrigido, com a finalidade de conservar o equilíbrio objetivado por esta lei, segundo exposição de motivo justificativo da medida.

CAPÍTULO VII

DAS ALTERAÇÕES DA LEI Nº 6149/70

Art. 23 — A Lei nº 6149, de 09 de setembro de 1970, passa a vigorar com as seguintes alterações:

— O artigo 5º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art 5º — Nos Tribunais de Justiça e de Alçada, as custas serão contadas por funcionários da Seção competente, e as respectivas contas visadas pelo Secretário".

— O artigo 9º, acrescido de três parágrafos, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 9º — As custas, nos feitos judiciais, serão pagas ao respectivo escrivão, que certificará o preparo nos autos e fornecerá recibo, mencionando sempre o seu valor correspondente em V.R.C. (Valor de Referência de Custas).

§ 1º — As custas das Tabelas VII e XVI, dos Contadores, item I, do Anexo desta Lei e as do Distribuidor, serão pagas no ato da distribuição e, quando se tratar de arrolamento ou inventário, acrescidas do valor

mínimo constante do item III da Tabela dos Contadores, o qual será complementado ao final, se for o caso.

§ 2º — As demais custas devidas ao Contador, e as do Partidor, serão pagas por ocasião da realização dos atos.

§ 3º — Quando, no ato da distribuição, não for possível estimar-se o valor exato do feito ajuizado ou se este vier a ser alterado no curso do processo, o Distribuidor perceberá a diferença verificada em suas custas na primeira conta elaborada”.

— O artigo 13, passa a vigorar com a seguinte redação, acrescido de três parágrafos:

“Art. 13 — As custas devidas à Ordem dos Advogados e às Associações, serão recolhidas mensalmente, incumbindo ao Distribuidor ou titular da Serventia, que as houver recebido, fazê-las encaminhar às respectivas entidades.

§ 1º — Os valores da Tabela VIII, do Anexo desta lei, itens I a IV, passam a corresponder a 0,003 V.R.C., atualmente, Cr\$ 15,00 (quinze cruzeiros).

§ 2º — A parcela do item IV a que se refere o parágrafo anterior, à Carteira de Pensões dos Serventuários da Justiça, na forma da Lei nº 7499/81, será devida à Associação Beneficente dos Servidores do Poder Judiciário.

§ 3º — As custas da Tabela VIII, itens I a IV, serão devidas por feito distribuído e por quaisquer feitos ou atos registrados ou lançados em livros notoriais e de registros”.

— O “caput” do Artigo 16, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 16 — As custas reguladas por leis federais serão pagas conforme provimento da Corregedoria da Justiça”.

— A alínea “i” do artigo 21, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 21 —

1) Os processos de arrecadação de herança jacente e bens vagos de valor inferior a dois (02) Valores de Referência de Custas (V.R.C.)”

— O artigo 22, mantido o seu parágrafo, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 22 — Nos executivos de valor inferior a 1 V.R.C. (um Valor de Referência de Custas), serão devidas pela metade as custas respectivas, exceto a do Distribuidor e do Contador Judicial”.

— Os parágrafos 2º e 3º, do Artigo 28, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 28 —

§ 2º — As penas do presente artigo serão aplicadas pelo Juiz ou Corregedor, ou pelo Relator do processo de quaisquer das Câmaras dos Tribunais de Justiça ou de Alçada, ou ainda pelos Presidentes desses Tribunais, em relação aos seus funcionários.

§ 3º — Quando a penalidade for imposta pelo Juiz, será o fato comunicado ao Conselho da Magistratura, por intermédio do Presidente do Tribunal, e ao Corregedor. Nos demais casos, a comunicação será feita à Corregedoria da Justiça, que se incumbirá das notificações necessárias ou da publicidade do ato, se for o caso”.

— O artigo 30, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 30 — As penalidades constantes dos artigos 30, 144, 147, 150 e 688 do Código de Processo Civil, bem como outras da mesma natureza previstas na legislação vigente, serão aplicadas sem prejuízo das previstas neste Regimento e da abertura da compe-

tente ação penal, quando cabível”.

— No artigo 31, as expressões “na Lei de Organização Judiciária”, contidas em seu final, ficam substituídas pelas expressões “no Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado”.

— No artigo 32, as expressões “Corregedor Geral da Justiça” e “Conselho Superior da Magistratura”, ficam substituídas, respectivamente, por “Corregedor da Justiça” e “Conselho da Magistratura”.

— O artigo 37 passa a vigorar com a seguinte redação, conservado o seu parágrafo único:

“Art. 37 — A estimação do valor da causa, para efeito do cômputo das custas proporcionais, far-se-á, em regra geral, da conformidade com o disposto na Seção II, do Capítulo VI do Título V, do Livro I, do Código de Processo Civil”.

— O artigo 41 fica acrescido de parágrafo único, com a seguinte redação:

“Art. 41 —

Parágrafo único. Nos recibos deverão constar, além de seu valor em cruzeiros, também o correspondente em V.R.C. (Valor de Referência de Custas)”.

— O artigo 43, transformado o seu parágrafo único em parágrafo 2º, e acrescido de mais um parágrafo, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 43 — Os Escrivães do Cível, das Varas da Fazenda Pública, de Família e Registros Públicos, poderão exigir da parte autora ou requerente, a título de garantia das primeiras diligências a serem efetuadas e das despesas com material de expediente do cartório, depósito inicial de quantia não excedente da metade de suas custas calculadas, salvo concordância expressa da parte interessada, quando o depósito em V.R.C., poderá atingir até o valor total do cálculo, ficando responsáveis pelo preparo das parcelas devidas ao contador e ao partidor.

§ 1º — Tratando-se de cartas precatórias, rogatórias ou de ordem, o interessado deverá fazê-las acompanhar de ordem de pagamento ou cheque bancário à ordem do Juiz Diretor do Fórum da Comarca deprecada, caso não deposite no Juízo deprecante importância estimada para as custas.

§ 2º — Todos os depósitos efetuados serão certificados nos autos, inclusive em V.R.C., bem como os abonos de despesas com diligências e respectivos comprovantes, para serem oportunamente abatidos pelo contador, o qual deverá considerar, para efeito de cálculo, o valor atualizado do Valor de Referência de Custas”.

— O artigo 44, incluído mais um parágrafo, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 44 — Para os atos que se houverem de praticar fora do auditório ou cartório, quem tiver requerido ou promovido a diligência fornecerá condução aos Juizes, representantes do Ministério Público, serventuários, auxiliares ou servidores da Justiça.

§ 1º — As despesas de condução e hospedagem às pessoas integrantes do Juízo poderão ser satisfeitas de imediato pela própria parte interessada na realização da diligência.

§ 2º — Quando não lhes sejam proporcionadas a condução e hospedagem nos termos deste artigo, o Juiz poderá determinar o depósito prévio de quantia equivalente ao valor das diárias normalmente pagas para deslocamento assemelhado.

§ 3º — Nas cidades, vilas e povoações, ou nos itinerários servidos por linhas regulares de transporte coletivo, nenhum serventuário, auxiliar ou servidor da Justiça

poderá utilizar-se de outro meio de condução, às expensas das partes, salvo se as condições de tempo não o permitirem, a urgência na execução do serviço o requerer, ou a parte interessada autorizar expressamente, à sua custa, o uso de veículos privativos”.

— O artigo 45, fica acrescido de parágrafo único, com a seguinte redação:

“Art. 45. —

Parágrafo único. A Corregedoria da Justiça expedirá normas disciplinando o disposto neste artigo”.

— O artigo 47 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 47 — Os dispositivos dos Códigos de Processo Civil ou Penal e as Leis Federais que se referem às matérias tratadas neste Regimento, bem como o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado e os Regimentos Internos dos Tribunais de Justiça e de Alçada do Estado, aplicam-se subsidiária ou supletivamente”.

— O artigo 49, acrescido de parágrafo único, passa a vigorar com a seguinte redação, suprimidos os seus atuais parágrafos:

“Art. 49 — As Tabelas constantes do Anexo desta lei serão atualizadas semestralmente, tendo como teto a variação nominal das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN), no período, por ato do Corregedor da Justiça.

Parágrafo único. O Tribunal de Justiça, através de proposta da Corregedoria e ato do Presidente, poderá, a partir do exercício de 1982, editar normas para a padronização dos impressos e carimbos a serem usados nas Serventias de foro judicial e extra-judicial do Estado”.

Art. 24 — As Tabelas que acompanharão a Lei nº 6149, de 09 de setembro de 1970, excluídas as custas dos Juizes de Direito e Substitutos, e mantida a de número VIII, com as alterações procedidas pela Lei nº 7499, de 01 de outubro de 1981, e pelo artigo 34 desta lei, passam a vigorar na forma do anexo desta lei.

Art. 25 — O pagamento de condução e diligência dos oficiais de Justiça será atribuído e regulamentado através de Portarias dos Juizes Diretores de Forum, ouvidos os demais Juizes de Direito da Comarca.

CAPÍTULO VIII

DA COMPLEMENTAÇÃO DAS APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA

Art. 26 — Dentro de 120 (cento e vinte) dias, contados da formação do CONPREVI, o IPE deverá fornecer os dados necessários para o enquadramento dos filiados.

Art. 27 — A fixação da complementação das aposentadorias e pensões dos filiados automáticos (art. 30), será feita

com base nos valores que os mesmos estiverem percebendo, a esses títulos, em 31 de dezembro de 1981.

Art. 28 — A complementação das aposentadorias e pensões de que trata esta lei, será procedida após 06 (seis) meses de funcionamento da Carteira, com base em regime de repartição, segundo plano aprovado pelo CONPREVI, louvado obrigatoriamente em cálculos atuariais.

Art. 29 — A soma dos valores correspondentes a aposentadorias e pensões e suas complementações, não poderá exceder, respectivamente, a 40 V.R.C. (Quarenta Valores de Referências de Custas), observado o critério previsto no artigo 28.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 30 — As deduções de que tratam o Artigo 10 e seus incisos I, II e III, serão de 10% (dez por cento) até a data do primeiro reajuste semestral relativo ao exercício de 1983.

Parágrafo único. O CONPREVI, à vista de demonstração de suficiência das receitas, poderá reduzir de seis (06) meses o regime estabelecido neste artigo.

Art. 31 — Sempre que o valor das custas de uma Tabela for considerado insuficiente para a manutenção de uma categoria de serventia, ou excessivo para ser suportado pelas partes, poderá ser determinada a sua alteração, por ato do Órgão Especial do Tribunal de Justiça, mediante justificativa do Corregedor.

Art. 32 — As contribuições decorrentes de reconhecimentos de firmas e autenticações, bem como certidões expedidas nas serventias, somente serão devidas após a implantação de sistema apropriado na forma que for disposta pelo Decreto Judiciário.

Art. 33 — O Instituto de Previdência do Estado, tendo em vista o desempenho dos encargos que lhe serão atribuídos pelo art. 4º desta lei, proporá a criação do quadro de pessoal necessário à sua execução, a ser contratado após a homologação de sua proposta ao Conselho Previdenciário.

Art. 34 — O Presidente do CONPREVI, nos seus impedimentos ou afastamentos, será substituído por Conselheiro efetivo, na forma que vier disposta em regulamento.

Art. 35 — Os benefícios e auxílios decorrentes desta lei, ficam sujeitos à comprovação de regularidade de situação pelo filiado, em relação a suas obrigações definidas na Lei nº 4975.

Art. 36 — Os casos omissos referentes à aplicação da Lei 6149/70, com suas posteriores modificações, serão resolvidos pela Corregedoria da Justiça.

Art. 37 — A presente lei será regulamentada por Decreto do Chefe do Poder Executivo, dentro de 30 (trinta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 38 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TABELA I
ATOS DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA E DE ALÇADA
SECRETARIAS

I – Quaisquer recursos interpostos junto ao Tribunal de Justiça ou de Alçada e para Tribunal Superior	0,200 VRC	(Cr\$ 1.000,00)
II – Reclamações, Correições Parciais e Conflitos de Competência	0,200 VRC	(Cr\$ 1.000,00)
III – Mandado de Segurança		
a) um requerente	0,200 VRC	(Cr\$ 1.000,00)
b) por requerente que exceder	0,200 VRC	(Cr\$ 1.000,00)
IV – Ação Rescisória – 4% sobre o valor da causa:		
- mínimo de 0,100 VRC – Cr\$ 500,00		
- máximo de 0,400 VRC – Cr\$ 2.000,00		
V – Desercão	0,200 VRC	(Cr\$ 1.000,00)
VI – Alvarás, Offícios, Editais e Translados:		
a) por uma folha	0,030 VRC	(Cr\$ 150,00)
b) por folha que exceder	0,020 VRC	(Cr\$ 100,00)
VII – Carta Precatória, Carta de Ordem, Carta Rogatória e Carta de Sentença	0,100 VRC	(Cr\$ 500,00)

Obs.: A este valor será acrescentado o montante necessário para o porte postal devido para a devolução.

NOTAS:

1. Nos demais processos originários e nos casos omissos, cobrar-se-ão as mesmas custas fixadas para a Primeira Instância.
2. As custas previstas nos itens I, II, III e V, serão pagas antecipadamente.
3. As custas previstas nos itens IV, VI e VII, deverão ser pagas ao final do feito ou na entrega do documento.
4. A arrecadação total será destinada à Carteira de Previdência Complementar dos Servidores da Justiça.

TABELA II
DOS ATOS DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA E DE ALÇADA
SECRETÁRIOS

	Total	À C.P.C.	Ao Secretário
I — Certidões:			
a) pela primeira folha	0,030 VRC (Cr\$ 150,00)	Cr\$ 15,00	Cr\$ 135,00
b) por folha que exceder	0,020 VRC (Cr\$ 100,00)	Cr\$ 10,00	Cr\$ 90,00
II — Registro de diplomas de bacharéis ou cartas de doutores em direito	0,040 VRC (Cr\$ 200,00)	Cr\$ 20,00	Cr\$ 180,00
III — Autenticação de xerocópias e fotocópias extraídas de processos arquivados ou em andamento na Secretaria	0,005 VRC (Cr\$ 25,00)	Cr\$ 2,50	Cr\$ 22,50

TABELA III
SECRETÁRIO DA PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DA CORREGEDORIA DA JUSTIÇA

I — Certidões:			
a) pela primeira folha	0,030 VRC (Cr\$ 150,00)	Cr\$ 15,00	Cr\$ 135,00
b) por folha que exceder	0,020 VRC (Cr\$ 100,00)	Cr\$ 10,00	Cr\$ 90,00
II — Autenticação de xerocópias e fotocópias extraídas de processos arquivados ou em andamento na Secretaria	0,005 VRC (Cr\$ 25,00)	Cr\$ 2,50	Cr\$ 22,50

TABELA VI
JUÍZES DE PAZ

	Total	À C.P.C.	Ao Juiz
I - Pela arrecadação provisória de bens de defunto, de ausente ou vagos	2%	0,2%	1,8%

Nota 1

As despesas de conservação e guarda de bens arrecadados serão pagas à parte.

Nota 2

Pela diligência de casamento, 50% (cinquenta por cento) da diferença das alíquotas "c" e "a" do item III da Tabela dos Oficiais do Registro Civil

0,300 VRC (Cr\$ 1.500,00) Cr\$ 150,00 Cr\$ 1.350,00

TABELA VII
ATOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

	À C.P.C.	Ao Titular
I -- Em Superior Instância:		
a) Aos procuradores da Justiça pela intervenção em qualquer Processo Cível ou Criminal sujeito a custas	0,004 VRC	(Cr\$ 20,00)
II -- a) Aos Promotores Públicos ou Substitutos, pela sua intervenção em qualquer processo de natureza criminal sujeito a custas	0,004 VRC	(Cr\$ 20,00)
b) Pelo Parecer sobre Estatutos de Fundação	0,004 VRC	(Cr\$ 20,00)
c) Pela intervenção nos processos de concurso para provimento de serventia da Justiça, inclusive exame de habilitação de cada candidato	0,004 VRC	(Cr\$ 20,00)
d) Pela intervenção no processo de habilitação para casamento	0,004 VRC	(Cr\$ 20,00)
III -- Aos Curadores, as mesmas custas taxadas para os Promotores Públicos		
IV -- Diligências aos Promotores e Curadores, as mesmas verbas fixadas para os Juízes de Direito		

TABELA IX
ATOS DOS ESCRIVÃES DO CÍVEL, DE FAMÍLIA E DA FAZENDA

	Total	Contr. à C.P.C.	à Serventia
I — Arrecadação de herança jacente e bens de ausentes	0,200 VRC (Cr\$ 1.000,00)	Cr\$ 100,00	Cr\$ 900,00
II — Alvarás:			
- até 2.000 VRC (Cr\$ 10.000,00)	0,030 VRC (Cr\$ 150,00)	Cr\$ 15,00	Cr\$ 135,00
- acima de 2.000 VRC (Cr\$ 10.000,00) até 20.000 VRC (Cr\$ 100.000,00)	0,060 VRC (Cr\$ 300,00)	Cr\$ 30,00	Cr\$ 270,00
Nota: o item supra não é progressivo.			
III — Arrolamentos e Inventários:			
As custas serão cobradas sobre o valor do monte-mór, na seguinte tabela progressiva:			
a) até 10,00 VRC (Cr\$ 50.000,00)	5%	0,5%	4,5%
b) acima de 10,00 VRC até 50,00 VRC (Cr\$ 250.000,00)	3%	0,3%	2,7%
c) acima de 50,00 VRC (Cr\$ 250.000,00) até 250,00 VRC (Cr\$ 1.250.000,00)	2%	0,2%	1,8%
d) acima de 250,00 VRC até 600,00 VRC (Cr\$ 3.000.000,00)	1%	0,1%	0,9%
e) acima de 600,00 VRC até 1.000,00 VRC (Cr\$ 5.000.000,00)	0,5%	0,05%	0,45%
f) acima de 1.000,00 VRC até 2.000,00 VRC (Cr\$ 10.000.000,00)	0,25%	0,025%	0,225%
Nota: Limite máximo: 13,70 VRC (Cr\$ 68.500,00).			
Nota 2: O cálculo para a cobrança de custas desta tabela é progressivo.			
Nota 3: Pelos formais de partilha, 10% (dez por cento).			
Nota 4: Nas renovações de inventário por morte de cônjuge ou herdeiros, após o cálculo de liquidação, as custas serão acrescidas de 10%.			

	Total	Cont. à C.P.C.	à Serventia
IV - Busca em processos, livros de cartório ou papéis arquivados, qualquer que seja o número, relativos ao mesmo imóvel, ação, assunto ou nome: cada dez (10) anos	0,010 VRC (Cr\$ 50,00)	Cr\$ 5,00	Cr\$ 45,00
V - Certidões extraídas de autos, livros ou documentos: primeira folha por folha que exceder	0,030 VRC (Cr\$ 150,00) 0,020 VRC (Cr\$ 100,00)	Cr\$ 15,00 Cr\$ 10,00)	Cr\$ 135,00 Cr\$ 90,00
VI - Conferência de reprodução, cópia ou via de qualquer papel com o original; conferência e conserto de traslado ou pública forma, cada	0,005 VRC (Cr\$ 25,00)	Cr\$ 2,50	Cr\$ 22,50
VII - Cartas Precatórias: a) recebidas, pelo respectivo cumprimento, quando para notificação, intimação ou citação Mais diligência, condução e porte postal devido pela devolução. b) recebidas, pelo respectivo cumprimento, para avaliação de bens ou pagamento de impostos, expedidas em processos de inventário ou arrolamentos e para cobrança de impostos ou taxas, em processos de títulos executivos extrajudiciais: metade das custas taxadas no item III ou XIX, respectivamente. c) expedidas, as custas do item VI desta Tabela, mais diligência, condução e porte postal de remessa, quando houver.	0,100 VRC (Cr\$ 500,00)	Cr\$ 50,00 10% 10% Cr\$ 50,00	Cr\$ 450,00 90% 10% Cr\$ 450,00
VIII - Cartas de Sentença e Rogatórias	0,100 VRC (Cr\$ 500,00)		
IX - Cartas de adjudicação, remissão, arrematação e requisitória de pagamento: as custas serão cobradas na base de 1% (um por cento) sobre o valor das mesmas, com o mínimo de e o máximo do item III.	0,100 VRC (Cr\$ 500,00)	Cr\$ 50,00	Cr\$ 450,00
X - Separação Consensual: a) não havendo bens a inventariar b) havendo bens a inventariar, pela homologação de partilha, mais a metade das custas previstas no item III,	0,400 VRC (Cr\$ 2.000,00)	Cr\$ 200,00 10%	Cr\$ 1.800,00 90%

	Total	Contr. à C.P.C.	à Serventia
XI - Divórcios:			
a) consensual, sem bens a inventariar	0,400 VRC (Cr\$ 2.000,00)	Cr\$ 200,00	Cr\$ 1.800,00
b) conversões, sem bens a inventariar	0,400 VRC (Cr\$ 2.000,00)	Cr\$ 200,00	Cr\$ 1.800,00
c) havendo bens a inventariar, mais a metade das custas previstas no item III.		10%	
XII - Diligência e condução, cada	0,020 VRC (Cr\$ 100,00)	Cr\$ 10,00	Cr\$ 90,00
XIII - Desentranhamentos: por documento	0,005 VRC (Cr\$ 25,00)	Cr\$ 2,50	Cr\$ 22,50
XIV - Falências e Concordatas:			
a) processos de falências e concordatas, as mesmas custas taxadas no item XIX, calculadas sobre o valor do ativo apurado.		10%	90%
b) declaração de habilitação de crédito, no prazo, pelo processamento até final: 20% do item XIX.		10%	90%
c) habilitação de crédito retardatário e pedido de restituição, pelo processamento até final: 25% do item XIX	0,040 VRC (Cr\$ 200,00)	Cr\$ 20,00	Cr\$ 180,00
d) impugnação de crédito			
e) extinção de obrigações: custas calculadas na base de 1% sobre o valor dos créditos reconhecidos, sendo o mínimo de e o máximo de	0,050 VRC (Cr\$ 250,00) 0,500 VRC (Cr\$ 2.500,00)	Cr\$ 25,00 Cr\$ 250,00	Cr\$ 225,00 Cr\$ 2.250,00
XV - Mandados de Segurança:			
a) sem valor determinado ou inestimável	0,100 VRC (Cr\$ 500,00)	Cr\$ 50,00	Cr\$ 450,00
b) com valor determinado: metade do taxado no item XIX, sendo o mínimo de 0,100 VRC (Cr\$ 500,00)		10%	90%
c) por assistente ou litisconsorte que ingressar no curso do processo	0,020 VRC (Cr\$ 100,00)	Cr\$ 10,00	Cr\$ 90,00
XVI - Ofícios em geral, editais e avisos: primeira folha por folha que exceder mais diligência, condução e porte postal, quando houver.	0,030 VRC (Cr\$ 150,00) 0,020 VRC (Cr\$ 100,00)	Cr\$ 15,00 Cr\$ 10,00	Cr\$ 135,00 Cr\$ 90,00
XVII - Processos administrativos, justificações, protestos, notificações, e interpelações	0,100 VRC (Cr\$ 500,00)	Cr\$ 50,00	Cr\$ 450,00

	Total	Contr. a C.P.C.	à Serventia
XVIII -- Processos de procedimento especial, de jurisdição voluntária:			
a) sem valor declarado;	0,100 VRC (Cr\$ 500,00)	Cr\$ 50,00	Cr\$ 450,00
b) com valor declarado, quando não comportarem contestação: metade das custas taxadas no item XIX;		10%	90%
c) valor declarado, quando comportarem contestação: as custas taxadas no item XIX.		10%	90%
XIX -- Processos de Conhecimento: procedimento ordinário ou sumário; processos de Execução em Geral; Processos Cautelares; procedimento específico; Processos de procedimento especial: jurisdição contenciosa:			
a) até 1,000 VRC (Cr\$ 5.000,00)	10%	1,0%	9,0%
b) acima de 1,000 VRC até 5,000 VRC (Cr\$ 25.000,00) mais	8%	0,8%	7,2%
c) acima de 5,000 VRC até 10,00 VRC (Cr\$ 50.000,00), mais	3%	0,3%	2,7%
d) acima de 10,00 VRC até 40,00 VRC (Cr\$ 200.000,00), mais	2%	0,2%	1,8%
e) acima de 40,00 VRC até 100,0 VRC (Cr\$ 500.000,00), mais	1%	0,1%	0,9%
f) acima de 100,0 VRC até 200,0 VRC (Cr\$ 1.000.000,00), mais	0,5%	0,05%	0,45%
g) acima de 200,0 VRC até 692,0 VRC (Cr\$ 3.460.000,00), mais	0,25%	0,025%	0,225%
Limite: 3,5 VRC (Cr\$ 17.500,00)			

Nota 1: O cálculo para cobrança das custas desta Tabela é progressivo.

Nota 2: Nos executivos fiscais, antes de decorrido o prazo para embargos à penhora, as mesmas custas do item acima, reduzidas da metade.

Nota 3: A Tabela deste item aplica-se à Separação Judicial Litigiosa e Divórcio.

Nota 4: Nas ações de despejo por falta de pagamento de aluguel, havendo purgação à mora, as mesmas custas da Tabela acima, reduzidas da metade do seu valor.

Nota 5: Nos processos de acidente do trabalho, quando houver acordo homologado pelo Juiz, as custas serão cobradas na base de 1,5% sobre o valor da indenização.

Nota 6: As custas desta Tabela (XIX) referem-se a todos os atos e termos do processo, excluídas as precatórias para prova e execução, alvarás, ofícios, cartas de sentença, formais de partilha e editais que não sejam de citação inicial.

	Total	Contr. à C.P.C.	à Serventia
XX — Recursos e Exceções:			
a) em autos apartados	0,050 VRC (Cr\$ 250,00)	Cr\$ 25,00	Cr\$ 225,00
b) nos próprios autos, cada um	0,040 VRC (Cr\$ 200,00)	Cr\$ 20,00	Cr\$ 180,00
XXI — Restauração de autos:			
As mesmas custas que seriam devidas nos processos extraviados, observadas as penalidades aplicáveis a quem deu causa ao fato.			
XXII — Pela autuação do processo em geral	0,010 VRC (Cr\$ 50,00)	Cr\$ 5,00	Cr\$ 45,00

TABELA X

ATOS DOS ESCRIVÃES DO CRIME

	Total	Contr. à C.P.C.	À Serventia
I - Questões Prejudiciais:			
Exceções, Conflitos de Jurisdição, Medidas Assecuratórias, Incidentes de Falsidade, Perícias em Geral, Reconhecimento de Pessoas e de Coisas, Buscas e Apreensões, Interdição de Direitos e Medidas de Segurança			
Fiança.....	0,100 VRC (Cr\$ 500,00)	Cr\$ 50,00	Cr\$ 450,00
II - Restauração de autos extraviados ou destruídos	0,060 VRC (Cr\$ 300,00)	Cr\$ 30,00	Cr\$ 270,00
III - Processos ou espécie:	0,100 VRC (Cr\$ 500,00)	Cr\$ 50,00	Cr\$ 450,00
a) Que obedecem ao rito do Livro II, Título I, Capítulos I e III, do Código de Processo Penal	0,100 VRC (Cr\$ 500,00)	Cr\$ 50,00	Cr\$ 450,00
b) Que obedecem ao rito do Livro II, Título I, Capítulo II, do mesmo Código	0,100 VRC (Cr\$ 500,00)	Cr\$ 50,00	Cr\$ 450,00
-- até a pronúncia, inclusive	0,100 VRC (Cr\$ 500,00)	Cr\$ 50,00	Cr\$ 450,00
-- da pronúncia até julgamento	0,100 VRC (Cr\$ 500,00)	Cr\$ 50,00	Cr\$ 450,00
c) Que obedecem ao rito do Livro II, Título II, Capítulo V, do referido Código	0,050 VRC (Cr\$ 250,00)	Cr\$ 25,00	Cr\$ 225,00
IV - Recursos:			
a) Embargos de Terceiro em sequestro	0,050 VRC (Cr\$ 250,00)	Cr\$ 25,00	Cr\$ 225,00
b) em sentido estrito, apelação e protestos por novo júri ...	0,050 VRC (Cr\$ 250,00)	Cr\$ 25,00	Cr\$ 225,00
V - Incidentes de Execução:			
-- Livramento condicional, inclusive revogação e reabilitação....	0,050 VRC (Cr\$ 250,00)	Cr\$ 25,00	Cr\$ 225,00
VI - Certidões:			
a) primeira folha	0,030 VRC (Cr\$ 150,00)	Cr\$ 15,00	Cr\$ 135,00
b) por folha que exceder	0,020 VRC (Cr\$ 100,00)	Cr\$ 10,00	Cr\$ 90,00
VII - Buscas:			
cada dez (10) anos ou fração	0,010 VRC (Cr\$ 50,00)	Cr\$ 5,00	Cr\$ 45,00

TABELA XI
ATOS DOS TABELIÃES

	Total	Contr. à C.P.C.	À Serventia
I - Reconhecimento de firma:			
a) cada uma (1)	0,005 VRC (Cr\$ 25,00)	Cr\$ 2,50	Cr\$ 22,50
b) nos papéis destinados à matrícula escolar, respeitadas as isenções legais, cada firma	0,002 VRC (Cr\$ 10,00)	Cr\$ 1,00	Cr\$ 9,00
II - Autenticações de papéis, documentos e fotocópias: por ato	0,005 VRC (Cr\$ 25,00)	Cr\$ 2,50	Cr\$ 22,50
III - Procurações:			
a) "ad judícia"	0,050 VRC (Cr\$ 250,00)	Cr\$ 25,00	Cr\$ 225,00
b) outras	0,080 VRC (Cr\$ 400,00)	Cr\$ 40,00	Cr\$ 360,00
c) por outorgantes que acrescer	0,004 VRC (Cr\$ 20,00)	Cr\$ 2,00	Cr\$ 18,00
d) "em casa própria", metade das custas do item IV desta Tabela		10%	90%
IV - Escrituras:			
a) sem valor declarado	0,200 VRC (Cr\$ 1.000,00)	Cr\$ 100,00	Cr\$ 900,00
b) até 5,000 VRC (Cr\$ 25.000,00)	0,400 VRC (Cr\$ 2.000,00)	Cr\$ 200,00	Cr\$ 1.800,00
c) mais de 5,000 VRC até 10,00 VRC (Cr\$ 50.000,00)	0,600 VRC (Cr\$ 3.000,00)	Cr\$ 300,00	Cr\$ 2.700,00
d) mais de 10,00 VRC até 20,00 VRC (Cr\$ 100.000,00)	0,800 VRC (Cr\$ 4.000,00)	Cr\$ 400,00	Cr\$ 3.600,00
e) mais de 20,00 VRC até 50,00 VRC (Cr\$ 250.000,00)	1,000 VRC (Cr\$ 5.000,00)	Cr\$ 500,00	Cr\$ 4.500,00
f) mais de 50,00 VRC até 100,0 VRC (Cr\$ 500.000,00)	1,200 VRC (Cr\$ 6.000,00)	Cr\$ 600,00	Cr\$ 5.400,00
g) mais de 100,0 VRC até 300,0 VRC (Cr\$ 1.500.000,00)	1,400 VRC (Cr\$ 7.000,00)	Cr\$ 700,00	Cr\$ 6.300,00
h) mais de 300,0 VRC até 600,0 VRC (Cr\$ 3.000.000,00)	1,600 VRC (Cr\$ 8.000,00)	Cr\$ 800,00	Cr\$ 7.200,00
i) acima de 600,0 VRC (Cr\$ 3.000.000,00) mais 0,050 VRC (Cr\$ 250,00) por parcela de 100,0 VRC (Cr\$ 500.000,00) até o máximo de 3,000 VRC (Cr\$ 15.000,00)		10%	90%

Nota 1: É vedada a cobrança progressiva das custas desta Tabela.

Nota 2: Limite mínimo desta Tabela: 0,200 VRC.

Limite máximo desta Tabela: 3,000 VRC.

	Total	Contr. à C.P.C.	À Serventia
V - Testamentos:			
a) Público	0,600 VRC (Cr\$ 3.000,00)	Cr\$ 300,00	Cr\$ 2.700,00
b) Aprovação de testamento cerrado	0,400 VRC (Cr\$ 2.000,00)	Cr\$ 200,00	Cr\$ 1.800,00
c) Revogação	0,400 VRC (Cr\$ 2.000,00)	Cr\$ 200,00	Cr\$ 1.800,00
VI - Constituição de Condomínio e Divisão amigável - por unidade, mais	0,400 VRC (Cr\$ 2.000,00) 0,040 VRC (Cr\$ 200,00)	Cr\$ 200,00 Cr\$ 20,00	Cr\$ 1.800,00 Cr\$ 180,00
VII - Certidões:			
a) de procuração	0,030 VRC (Cr\$ 150,00)	Cr\$ 15,00	Cr\$ 135,00
b) de escritura, primeira folha	0,030 VRC (Cr\$ 150,00)	Cr\$ 15,00	Cr\$ 135,00
c) por página que crescer	0,020 VRC (Cr\$ 100,00)	Cr\$ 10,00	Cr\$ 90,00
VIII - Pública-forma:			
a) primeira folha	0,030 VRC (Cr\$ 150,00)	Cr\$ 15,00	Cr\$ 135,00
b) por página que crescer	0,020 VRC (Cr\$ 100,00)	Cr\$ 10,00	Cr\$ 90,00
IX - Buscas:			
por dez (10) anos ou fração	0,010 VRC (Cr\$ 50,00)	Cr\$ 5,00	Cr\$ 45,00

Nota 1: Escrituras de contrato de financiamento dentro do Plano Nacional de Habitação, a metade das custas fixadas.

Nota 2: Nenhum acréscimo será devido pela transcrição nas escrituras, de alvarás, talões de sisa, certidões e outros papéis necessários à perfeição do ato, nem pela expedição de guias para recolhimento de tributos relativos às escrituras.

Nota 3: É vedada a cobrança de emolumentos devida por atos praticados em outros ofícios.

Nota 4: Tratando-se de permuta, as custas poderão ser cobradas como se fossem realizados dois atos em separado, incidindo sobre os valores dos bens de cada parte interessada.

TABELA XII
ATOS DOS OFICIAIS DO REGISTRO CIVIL

	Total	Contr. à C.P.C.	à Serventia
I — Averbções (compreendidos todos os atos, inclusive certidão):			
a) de sentença de nulidade ou anulação de casamento, desquite, separação judicial ou divórcio; de ato de restabelecimento de sociedade conjugal; de escritura de ação; ou atos que a dissolvam	0,100 VRC (Cr\$ 500,00)	Cr\$ 50,00	Cr\$ 450,00
b) de alteração de nome e retificação de assento	0,100 VRC (Cr\$ 500,00)	Cr\$ 50,00	Cr\$ 450,00
II — Certidões de nascimento, casamento ou óbito:			
a) em breve relatório	0,040 VRC (Cr\$ 200,00)	Cr\$ 20,00	Cr\$ 180,00
b) verbo ad verbo — primeira folha por página que acrescer	0,030 VRC (Cr\$ 150,00)	Cr\$ 15,00	Cr\$ 135,00
c) havendo necessidade de busca, por 10 (dez) anos ou fração	0,020 VRC (Cr\$ 100,00)	Cr\$ 10,00	Cr\$ 90,00
	0,010 VRC (Cr\$ 50,00)	Cr\$ 5,00	Cr\$ 45,00
III — a) habilitação para casamento, inclusive o preparo de todos os documentos e certidão	0,500 VRC (Cr\$ 2.500,00)	Cr\$ 250,00	Cr\$ 2.250,00
b) justificação para dispensa de editais de proclamas, suprimen- tos de idade e de consentimento	0,100 VRC (Cr\$ 500,00)	Cr\$ 50,00	Cr\$ 450,00
c) casamento fora de cartório, excluída a despesa com a condu- ção que será dada pelo interessado	1,100 VRC (Cr\$ 5.500,00)	Cr\$ 550,00	Cr\$ 4.950,00
d) registro de editais recebidos de outro ofício, com fornecimen- to de certidão	0,100 VRC (Cr\$ 500,00)	Cr\$ 50,00	Cr\$ 450,00

Nota: É vedada a cobrança acumulada das alíneas "a" e "c" deste item III.

	Total	Contr. à C.P.C. :	à Serventia
IV -- Registro de Nascimento ou de Óbito com a primeira certidão:			
a) independente de despacho judicial, até o máximo de	0,100 VRC (Cr\$ 500,00)	Cr\$ 50,00	Cr\$ 450,00
b) mediante despacho judicial, até o máximo de	0,140 VRC (Cr\$ 700,00)	Cr\$ 70,00	Cr\$ 630,00
Nota: Qualquer que seja o valor arbitrado e cotado pelo Oficial do Registro Civil, dentro dos limites máximos permitidos pelo item III, a contribuição à C.P.C. será de 0,010 VRC (Cr\$ 50,00) e 0,014 VRC (Cr\$ 70,00), respectivamente.			
V -- Retificação de assento, à margem, mediante justificação com ou sem prova	0,140 VRC (Cr\$ 700,00)	Cr\$ 70,00	Cr\$ 630,00
VI -- Inscrição de casamento religioso	0,140 VRC (Cr\$ 700,00)	Cr\$ 70,00	Cr\$ 630,00
VII -- Registros: de emancipação, ausência, interdição, inclusive averbação e certidão	0,140 VRC (Cr\$ 700,00)	Cr\$ 70,00	Cr\$ 630,00
VIII -- Inscrição de opção e aquisição de nacionalidade, adoção e legitimação, inclusive certidão	0,140 VRC (Cr\$ 700,00)	Cr\$ 70,00	Cr\$ 630,00

TABELA XIII
ATOS DOS OFICIAIS DO REGISTRO DE IMÓVEIS

	Total	Contr. à C.P.C.	à Serventia
I -- Arquivamento de qualquer documento	0,016 VRC (Cr\$ 80,00)	Cr\$ 8,00	Cr\$ 72,00
II -- Averbções (inclusive a prenotação, a busca e arquivamento).			
a) de mudança de numeração, construção, reconstrução e demolição de prédios, de desmembramento e fusão de terreno, de alteração de nome em virtude de casamento, de viuvez, de separação ou divórcio consensual ou judicial litigioso, de retificação de averbação ou de registro e de matrícula, desde que tal retificação não importe na alteração do valor contratual	0,100 VRC (Cr\$ 500,00)	Cr\$ 50,00	Cr\$ 450,00
b) de liberação parcial de garantia hipotecária	0,400 VRC (Cr\$ 2.000,00)	Cr\$ 200,00	Cr\$ 1.800,00
c) de liberação total da garantia hipotecária	0,600 VRC (Cr\$ 3.000,00)	Cr\$ 300,00	Cr\$ 2.700,00
d) demais averbações atribuídas ao Registro de Imóveis, serão cobradas a metade das custas determinadas na Tabela XII, se importar em alteração dev alor.		10%	90%
III -- Buscas: cada 10 (dez) anos	0,010 VRC (Cr\$ 50,00)	Cr\$ 5,00	Cr\$ 45,00
IV -- Certidões:			
a) de registro ou de ônus real	0,040 VRC (Cr\$ 200,00)	Cr\$ 20,00	Cr\$ 180,00
b) negativa de propriedade	0,020 VRC (Cr\$ 100,00)	Cr\$ 10,00	Cr\$ 90,00

Nota 1: Nas certidões negativas de propriedade cobrar-se-ão mais 0,002 VRC (Cr\$ 10,00) por pessoa que exceder a uma, entendendo-se por pessoa o casal interessado.

Nota 2: Se as certidões mencionadas na alínea "a" deste item se referir a mais de um registro, cobrar-se-á mais 0,006 VRC (Cr\$ 30,00) por registro que exceder.

	Total	Contr. à C.P.C.	à Serventia
V – Registro no Livro 3 de Cédulas de Crédito Rural (Dec. Lei Federal 167, de 14.02.1967, art. 34, parágrafo único), de Cédula de Crédito Industrial (Decreto-Lei Federal 413, de 09.01.1969, art. 34, § 1º); de Cédula de Crédito à Exportação (Lei Federal 6313, de 16.12.1975, art. 3º); e de Cédula de Crédito Comercial (Lei Federal 6840, de 03.11.1980, art. 5º):	0,10%	0,01%	0,9%
	até 0,040 VRC (Cr\$ 200,00)		
	de 0,040 VRC a 0,100 VRC (Cr\$ 500,00)	0,02%	0,18%
	de 0,100 VRC a 0,200 VRC (Cr\$ 1.000,00)	0,03%	0,27%
	de 0,200 VRC a 0,300 VRC (Cr\$ 1.500,00)	0,04%	0,36%
até o máximo de 1/4 do valor referência previsto na Lei nº 6205, de 29 de abril de 1975.			
VI – Registro no Livro 2, de hipoteca cedular:			
a) da Cédula de Crédito Rural, o mesmo valor previsto no item V para o registro de cada imóvel;		10%	90%
b) das demais cédulas mencionadas no item V, o mesmo valor do item XIII.			
VII – Averbação das cédulas mencionadas no item V: 10% do preço fixado no citado item, até o máximo de 1/40 do valor de referência.		10%	90%
<p>Nota: No caso de registro de cédulas de Crédito Industrial, Comercial ou à Exportação, 50% dos emolumentos devidos pelo registro no Livro 3 caberão ao Oficial, devendo os restantes serem recolhidos pelo Serventário ao Banco do Brasil, a crédito do Tesouro Nacional (Dec. Lei Federal 413/69, art. 34, § 2º; Lei 6313/75, art. 3º e Lei 6840/80, art. 5º). Os emolumentos devidos pelas averbações previstas no item VII, serão integralmente recebidas pelo Oficial.</p>			
VIII – Registro de escrituras de pacto ante nupcial	0,100 VRC (Cr\$ 500,00)	Cr\$ 50,00	Cr\$ 450,00

	Total	Contr. à C.P.C.	à Serventia
IX - Incorporação e Condomínio:			
a) registro de incorporação imobiliária: metade do preço do item XIII, calculado sobre o valor do terreno e o custo global da obra (Lei Federal nº 4591, de 16.12.64, art. 32, "h").	0,400 VRC (Cr\$ 2.000,00)	10% Cr\$ 200,00	90% Cr\$ 1.800,00
b) registro de instituição de condomínio	0,400 VRC (Cr\$ 2.000,00)	Cr\$ 200,00	Cr\$ 1.800,00
c) registro de convenção de condomínio, qualquer que seja o número de unidades, incluindo o valor das averbações necessárias			
X - Registro de loteamentos:			
a) registro de loteamentos ou desmembramento, urbano ou rural, além das despesas de publicação de edital na imprensa, por lote ou gleba	0,010 VRC (Cr\$ 50,00)	Cr\$ 5,00	Cr\$ 45,00
b) intimação ou notificação, excluídas as despesas de publicação de edital e condução	0,070 VRC (Cr\$ 350,00)	Cr\$ 35,00	Cr\$ 315,00
Nota: Os emolumentos mínimos a serem cobrados na alínea "a", até 50 (cinquenta) lotes, serão de	0,400 VRC (Cr\$ 2.000,00)	Cr\$ 200,00	Cr\$ 1.800,00
XI - Recebimento de prestações previstas no Decreto-Lei nº 58, de 10.12.1937 e na Lei nº 6766, de 20.12.1979:			
a) pela abertura de conta e recebimento da primeira prestação	0,100 VRC (Cr\$ 500,00)	Cr\$ 50,00	Cr\$ 450,00
b) pelo recebimento sem abertura de conta, 1% do valor depositado		0,1%	0,9%
Nota: Os valores previstos neste item serão deduzidos da importância depositada pelos prestamistas.			
XII - Matrícula: no casos de unificação e desmembramento do imóvel, pela certidão	0,040 VRC (Cr\$ 200,00)	Cr\$ 20,00	Cr\$ 180,00
XIII - Registro de Título (inclusive buscas e matrícula):			
a) sem valor declarado	0,200 VRC (Cr\$ 1.000,00)	Cr\$ 100,00	Cr\$ 900,00
b) até 5,00 VRC (Cr\$ 25.000,00)	0,300 VRC (Cr\$ 1.500,00)	Cr\$ 150,00	Cr\$ 1.350,00
c) mais de 5,00 VRC até 10,00 VRC (Cr\$ 50.000,00)	0,500 VRC (Cr\$ 2.500,00)	Cr\$ 250,00	Cr\$ 2.250,00
d) mais de 10,00 VRC até 20,00 VRC (Cr\$ 100.000,00)	0,700 VRC (Cr\$ 3.500,00)	Cr\$ 350,00	Cr\$ 3.150,00
e) mais de 20,00 VRC até 40,00 VRC (Cr\$ 200.000,00)	0,900 VRC (Cr\$ 4.500,00)	Cr\$ 450,00	Cr\$ 4.050,00

	Total	Contr. à C.P.C.	à Serventia
f) mais de 40,00 VRC até 100,0 VRC (Cr\$ 500.000,00)	1,100 VRC (Cr\$ 5.500,00)	Cr\$ 550,00	Cr\$ 4.950,00
g) mais de 100,0 VRC até 200,0 VRC (Cr\$ 1.000.000,00)	1,300 VRC (Cr\$ 6.500,00)	Cr\$ 650,00	Cr\$ 5.850,00
h) mais de 200,0 VRC até 500,0 VRC (Cr\$ 2.500.000,00)	1,500 VRC (Cr\$ 7.500,00)	Cr\$ 750,00	Cr\$ 6.750,00
i) acima de 500,0 VRC (Cr\$ 2.500.000,00), mais 0,050 VRC (Cr\$ 250,00) por parcela de 100,0 VRC (Cr\$ 500.000,00), até o máximo de 3,000 VRC (Cr\$ 15.000,00)		10%	90%
XIV - Prenotação do título no protocolo	0,080 VRC (Cr\$ 400,00)	Cr\$ 40,00	Cr\$ 360,00
XV - As inscrições dos contratos de abertura de crédito, com garantia de penhor ou hipotecário para financiamento agrícola e pecuária com o Banco do Brasil S/A e Banco do Estado do Paraná S/A, pagarão a metade das custas previstas neste Regimento		1%	90%
XVI - Nos registros de formais ou certidões de partilha, as custas serão calculadas sobre o valor total dos bens sujeitos a registro no respectivo cartório.			
XVII - No título em que haja incidência do imposto de transmissão de bens imóveis e do direito a ele relativos, as custas poderão ser cobradas pela avaliação dada ao imóvel para aquela incidência, exceto se o título é lavrado em cumprimento a promessa de compra e venda registrada no registro de imóveis, no prazo de sessenta dias de sua lavratura.			
XVIII - Tratando-se de um só adquirente ou devedor num único título que versar sobre diversas unidades de um mesmo loteamento ou edifício condominial, as custas serão cobradas da seguinte forma: a) pelo registro da primeira unidade, custas integrais b) pelo registro de cada uma das demais unidades: 50% (cinquenta por cento) das custas integrais.		10%	90%
XIX - Serão reduzidas em 50% (cinquenta por cento) as custas devidas pelos registros relacionados com a primeira aquisição imobiliária, se do título constar expressamente essa circunstância e tiver havido financiamento pelo Banco Nacional de Habitação ou por seus agentes financeiros.		10%	90%
XX - Versando um título sobre a aquisição de um apartamento e uma garagem em edifício condominial e esta última unidade for considerada unidade autônoma, cada registro, advindo do título aquisitivo dessa unidade garagem	0,200 VRC (Cr\$ 1.000,00)	Cr\$ 100,00	Cr\$ 900,00

TABELA XIV
ATOS DOS OFICIAIS DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E PESSOAS JURÍDICAS

	Total	Contr. à C.P.C.	à Serventia
I — Registro integral de Contrato, títulos e Documentos com Valor Declarado:			
- até 2,000 VRC (Cr\$ 10.000,00)	0,050 VRC (Cr\$ 250,00)	Cr\$ 25,00	Cr\$ 225,00
- acima de 2,000 VRC até 10,00 VRC (Cr\$ 50.000,00)	0,100 VRC (Cr\$ 500,00)	Cr\$ 50,00	Cr\$ 450,00
- acima de 10,00 VRC até 60,00 VRC (Cr\$ 300.000,00)	0,150 VRC (Cr\$ 750,00)	Cr\$ 75,00	Cr\$ 675,00
- acima de 60,00 VRC até 100,0 VRC (Cr\$ 500.000,00)	0,200 VRC (Cr\$ 1.000,00)	Cr\$ 100,00	Cr\$ 1900,00
- acima de 100,0 VRC até 200,0 VRC (Cr\$ 1.000.000,00)	0,250 VRC (Cr\$ 1.250,00)	Cr\$ 125,00	Cr\$ 1.125,00
- acima de 200,0 VRC até 400,0 VRC (Cr\$ 2.000.000,00)	0,400 VRC (Cr\$ 2.000,00)	Cr\$ 200,00	Cr\$ 1.800,00
- acima de 400,0 VRC até 1000 VRC (Cr\$ 5.000.000,00)	0,600 VRC (Cr\$ 3.000,00)	Cr\$ 300,00	Cr\$ 2.700,00
Pelo que exceder de 1000,0 VRC (Cr\$ 5.000.000,00), até 10.000,00 VRC (Cr\$ 50.000.000,00), cada 20,00 VRC (Cr\$ 100.000,00) ou fração, 0,004 VRC (Cr\$ 20,00)		10%	90%
Nota: máximo de 3,000 VRC (Cr\$ 15.000,00)			
II — Registro integral de Títulos, Documentos ou Papel, sem valor declarado	0,030 VRC (Cr\$ 150,00)	Cr\$ 15,00	Cr\$ 135,00
III — Registro e entrega de Notificações, inclusive a certidão à margem do registro e no documento, além da condução:			
a) no perímetro urbano	0,070 VRC (Cr\$ 350,00)	Cr\$ 35,00	Cr\$ 315,00
b) no perímetro rural ou em local distante do Cartório mais de 5 (cinco) quilômetros	0,100 VRC (Cr\$ 500,00)	Cr\$ 50,00	Cr\$ 450,00
IV — Matrícula de Oficina Impressora, Jornal e outros periódicos	0,100 VRC (Cr\$ 500,00)	Cr\$ 50,00	Cr\$ 450,00
V — Inscrição de Pessoas Jurídicas de Fins Científicos, Culturais, Beneficentes ou Religiosos, inclusive todos os atos de registro e arquivamento	0,080 VRC (Cr\$ 400,00)	Cr\$ 40,00	Cr\$ 360,00

	Total	Contr. à C.P.C.	à Serventia
VI — Inscrição de Pessoa Jurídica de fins econômicos, inclusive todos os atos do processo, registro e arquivamento:			
- até 2,000 VRC (Cr\$ 10.000,00)	0,050 VRC (Cr\$ 250,00)	Cr\$ 25,00	Cr\$ 225,00
- acima de 2,000 VRC até 10,00 VRC (Cr\$ 50.000,00)	0,100 VRC (Cr\$ 500,00)	Cr\$ 50,00	Cr\$ 450,00
- acima de 10,00 VRC até 20,00 VRC (Cr\$ 100.000,00)	0,200 VRC (Cr\$ 1.000,00)	Cr\$ 100,00	Cr\$ 900,00
- acima de 20,0 VRC até 100,0 VRC (Cr\$ 500.000,00)	0,250 VRC (Cr\$ 1.250,00)	Cr\$ 125,00	Cr\$ 1.125,00
- acima de 100,0 VRC até 200,0 VRC (Cr\$ 1.000.000,00)	0,500 VRC (Cr\$ 2.500,00)	Cr\$ 250,00	Cr\$ 2.250,00
Pelo que exceder de 200,0 VRC (Cr\$ 1.000.000,00), até 4.000,0 VRC (Cr\$ 20.000.000,00), cada 20,0 VRC (Cr\$ 100.000,00) ou fração, 010 VRC (Cr\$ 50,00)		10%	90%
Limite máximo: 3,000 VRC (Cr\$ 15.000,00)			
VIII — Certidões e Buscas:			
a) Certidões	0,020 VRC (Cr\$ 100,00)	Cr\$ 10,00	Cr\$ 90,00
b) Buscas	0,010 VRC (Cr\$ 50,00)	Cr\$ 5,00	Cr\$ 45,00
Xerocópia ou fotocópia de documento lavrado ou arquivado no Cartório	0,005 VRC (Cr\$ 25,00)	Cr\$ 2,50	Cr\$ 22,50
IX — Microfilmagem do documento referido nesta Tabela, qual-quer que seja o número de páginas, mais	0,020 VRC (Cr\$ 100,00)	Cr\$ 10,00	Cr\$ 90,00
X — Autenticação procedida de acordo com a Lei Federal nº 5433, de 08 de março de 1968, regulamentada pelo Decreto nº 64.393, de 24 de abril de 1969:			
a) de microfilmagem, por rolo de 16 mm	0,050 VRC (Cr\$ 250,00)	Cr\$ 25,00	Cr\$ 225,00
b) de microfilmagem, por rolo de 35 mm	0,080 VRC (Cr\$ 400,00)	Cr\$ 40,00	Cr\$ 360,00
c) de cópia extraída de rolo de microfilme legalizado, por página ou fotograma	0,010 VRC (Cr\$ 50,00)	Cr\$ 5,00	Cr\$ 45,00

TABELA XV

ATOS DOS OFICIAIS DE PROTESTO DE TÍTULOS

	Total	Contr. à C.P.C.	à Serventia
I — Anotações ou Protesto			
a) até 0,250 VRC (Cr\$ 1.250,00)	0,012 VRC (Cr\$ 60,00)	Cr\$ 6,00	Cr\$ 54,00
b) mais de 0,250 VRC a 0,500 VRC (Cr\$ 2.500,00)	0,024 VRC (Cr\$ 120,00)	Cr\$ 12,00	Cr\$ 108,00
c) mais de 0,500 VRC a 0,750 VRC (Cr\$ 3.750,00)	0,032 VRC (Cr\$ 160,00)	Cr\$ 16,00	Cr\$ 144,00
d) mais de 0,750 VRC a 1,000 VRC (Cr\$ 5.000,00)	0,040 VRC (Cr\$ 200,00)	Cr\$ 20,00	Cr\$ 180,00
e) mais de 1,000 VRC a 1,500 VRC (Cr\$ 7.500,00)	0,060 VRC (Cr\$ 300,00)	Cr\$ 30,00	Cr\$ 270,00
f) mais de 1,500 VRC a 2,000 VRC (Cr\$ 10.000,00)	0,080 VRC (Cr\$ 400,00)	Cr\$ 40,00	Cr\$ 360,00
g) mais de 2,000 VRC a 3,000 VRC (Cr\$ 15.000,00)	0,110 VRC (Cr\$ 550,00)	Cr\$ 55,00	Cr\$ 495,00
h) mais de 3,000 VRC a 4,000 VRC (Cr\$ 20.000,00)	0,135 VRC (Cr\$ 675,00)	Cr\$ 67,00	Cr\$ 607,50
i) mais de 4,000 VRC a 5,000 VRC (Cr\$ 25.000,00)	0,160 VRC (Cr\$ 800,00)	Cr\$ 80,00	Cr\$ 720,00
j) acima de 5,000 VRC (Cr\$ 25.000,00), por 1,00 VRC (Cr\$ 5.000,00) ou fração, mais 0,010 VRC (Cr\$ 50,00), sendo 0,001 VRC (Cr\$ 5,00) à C.P.C. e 0,009 VRC (Cr\$ 45,00) à Serventia, até o máximo de 0,100 VRC (Cr\$ 500,00) à C.P.C. e 0,900 VRC (Cr\$ 4.500,00) à Serventia.			
Nota: Limite máximo: 1,000 VRC (Cr\$ 5.000,00)			
II — Intimação			
a) até 1,000 VRC (Cr\$ 5.000,00)	0,010 VRC (Cr\$ 50,00)	Cr\$ 5,00	Cr\$ 45,00
b) mais de 1,000 VRC a 3,000 VRC (Cr\$ 15.000,00)	0,020 VRC (Cr\$ 100,00)	Cr\$ 10,00	Cr\$ 90,00
c) mais de 3,000 VRC a 6,000 VRC (Cr\$ 30.000,00)	0,030 VRC (Cr\$ 150,00)	Cr\$ 15,00	Cr\$ 135,00
d) mais de 6,000 VRC a 10,00 VRC (Cr\$ 50.000,00)	0,040 VRC (Cr\$ 200,00)	Cr\$ 20,00	Cr\$ 180,00
e) acima de 10,00 VRC (Cr\$ 50.000,00)	0,050 VRC (Cr\$ 250,00)	Cr\$ 25,00	Cr\$ 225,00

	Total	Contr. à C.P.C.	à Serventia
III -- Cancelamento ou anulação de protesto ou averbação de pagamento: Metade das custas do nº I.			
IV -- Certidão:			
a) negativa (p/nome) e inteiro teor (por página)	0,020 VRC (Cr\$ 10,00)	Cr\$ 10,00	Cr\$ 90,00
b) relatório breve, por ato	0,015 VRC (Cr\$ 75,00)	Cr\$ 7,50	Cr\$ 67,50
V -- Busca por dez anos ou fração	0,010 VRC (Cr\$ 50,00)	Cr\$ 5,00	Cr\$ 45,00
VI -- Autenticação de ato praticado ou de documento em poder da Serventia	0,006 VRC (Cr\$ 30,00)	Cr\$ 5,00	Cr\$ 25,00

TABELA XVI
ATOS DOS CONTADORES, PARTIDORES, DISTRIBUIDORES E DEPOSITÁRIOS
PÚBLICOS

	Total	Contr. à C.P.C.	à Serventia
DOS CONTADORES			
I - Conta de qualquer natureza	0,018 VRC (Cr\$ 90,00)	Cr\$ 9,00	Cr\$ 81,00
II - Conta de juros, correção monetária e prêmios; além do previsto no item I, cada papel, por ano ou fração	0,005 VRC (Cr\$ 25,00)	Cr\$ 2,50	Cr\$ 22,50
Nota: Sendo o cálculo de juros compostos, ou correção monetária e juros parcelados, as custas serão cobradas em dobro.			
III - Cálculo, em qualquer processo, de imposto sobre a transmissão de propriedade inter-vivos ou causa-mortis; de quaisquer outros impostos ou taxas; de liquidação em inventário e arrolamento, sejam quantas forem as sucessões; e operações necessárias à formação de ativo e passivo, com base no monte-mor, na arrematação, adjudicação, remissão ou valor apurado, 0,001 VRC por 1,000 VRC (Cr\$ 5,00 por Cr\$ 5.000,00), sendo o mínimo de e o máximo de	0,016 VRC (Cr\$ 80,00) 0,100 VRC (Cr\$ 500,00)	Cr\$ 8,00 Cr\$ 50,00	Cr\$ 72,00 Cr\$ 450,00
Contribuição à C.P.C. ; = 10%.			
IV - Conversão à moeda nacional ou estrangeira de cada papel de crédito, título da dívida pública, ação de companhia ou ins-tituições financeiras: por cálculo	0,005 VRC (Cr\$ 25,00)	Cr\$ 2,50	Cr\$ 22,50
V - Verificação ou conferência de crédito e contas em falência, concordata, concurso creditório e prestação de contas em geral: 0,001 VRC por 1,000 VRC (Cr\$ 5,00 por Cr\$ 5.000,00) ou fração, com o mínimo de e o máximo de	0,018 VRC (Cr\$ 90,00) 0,100 VRC (Cr\$ 500,00)	Cr\$ 9,00 Cr\$ 50,00	Cr\$ 81,00 Cr\$ 450,00

Total

Contr. à C.P.C.

à Serventia

Calculado sobre o valor apurado. Contribuição à C.P.C. = 10%.

VI - Certidão e Busca:
as mesmas custas atribuídas ao Distribuidor

10%

90%

VII - Emenda ou reforma de cálculo ou conta:
metade do estabelecido nos itens I a V.

10%

90%

Se a emenda ou reforma resultar de omissão ou erro do Contador,
nada perceberá.

DOS PARTIDORES

I - Esboço de partilha ou sobrepartilha:
10% (dez por cento) das custas atribuídas ao Escrivão da Vara
em que estiver sendo processado o feito.

1%

9%

II - Rateio, pelo que houver, as mesmas custas do item I.

III - Emenda ou reforma de esboço de partilha ou sobrepartilha:
metade das custas atribuídas no item I. Se a emenda ou refor-
ma resultar de omissão ou erro do Partidor, nada perceberá.

Nota: As custas serão contadas sobre o valor do monte-mór.

IV - Busca:
cada 10 (dez) anos ou fração, as mesmas custas atribuídas ao
Distribuidor

10%

90%

V - Certidão:
as mesmas custas atribuídas ao Distribuidor

10%

90%

DOS DISTRIBUIDORES

	Total	Contr. à C.P.C.	à Serventia
I -- Distribuição para o foro, judicial, 1% (um por cento) das custas atribuídas aos Escrivães. À C.P.C. = 10%. Limite mínimo Limite máximo	0,016 VRC (Cr\$ 80,00) 0,050 VRC (Cr\$ 250,00)	Cr\$ 8,00 Cr\$ 25,00)	Cr\$ 72,00 Cr\$ 225,00
II -- Distribuição de escritura, títulos para protesto ou de título relativo a direitos reais imobiliários, que se destinem à matrícula nos Offícios de Registro de Imóveis	0,016 VRC (Cr\$ 80,00)	Cr\$ 8,00	Cr\$ 72,00
III -- A verbação à margem da distribuição de oposição, embargos de terceiros, assistência em mandado de segurança ou qualquer primeira intervenção no curso da lide, por petição	0,016 VRC (Cr\$ 80,00)	Cr\$ 8,00	Cr\$ 72,00
IV -- Baixa ou retificação de distribuição	0,016 VRC (Cr\$ 80,00)	Cr\$ 8,00	Cr\$ 72,00
V -- Busca em processos, livros de cartório ou papéis arquivados, qualquer que seja o número de livros ou série de livros nela compreendidos ou de papéis arquivados, relativos ao mesmo imóvel, ação, assunto ou nome: por período de 10 (dez) anos.	0,010 VRC (Cr\$ 50,00)	Cr\$ 5,00	Cr\$ 45,00
VI -- Certidão extraída de autos, livros ou documentos: a) primeira folha b) por folha que exceder	0,020 VRC (Cr\$ 100,00) 0,010 VRC (Cr\$ 50,00)	Cr\$ 10,00 Cr\$ 5,00	Cr\$ 90,00 Cr\$ 45,00

Nota 1: As custas acima se referem à certidão por pessoa, não havendo qualquer acréscimo se for solicitada a menção de seu nome por extenso e abreviado, de solteira ou de casada, bem como de espólio ou massa falida correspondente à mesma pessoa.

	Total	Contr. à C.P.C.	à Serventia
Nota 2: Se for expedida por processamento de dados, as custas serão acrescidas de 10%.			
Nota 3: Nas certidões fornecidas em autos de processos criminais, com antecedentes de réus, a requerimento do Ministério Público ou "ex-Officio", poderão ser cotadas as custas do item VI desta Tabela, as quais serão pagas ao final, no caso de condenação.			
VII -- Preenchimento de guias para recolhimento de taxa judiciária ou de quaisquer outros impostos ou taxas	0,004 VRC (Cr\$ 20,00)	Cr\$ 2,00	Cr\$ 18,00
DOS DEPOSITÁRIOS PÚBLICOS			
I -- De valores, títulos da dívida pública, ações, letras hipotecárias, debêntures, dinheiro, peças de ouro, prata, jóias e pedras preciosas: sobre o valor nominal, importância ao final apurada, cotação oficial ou avaliação, até o máximo de 0,800 VRC (Cr\$ 4.000,00)	2%	0,2%	1,8%
II -- De imóveis, urbanos ou rurais: sobre a avaliação, importância afinal apurada e, na falta destas, pelo valor da causa, até o máximo de 2,00 VRC (Cr\$ 10.000,00)	2%	0,2%	1,8%
III -- De móveis, veículos automotores, artigos de comércio e quaisquer outros objetos perecíveis: sobre a avaliação, importância afinal apurada e, na falta destas, pelo valor da causa, até o máximo de 2,00 VRC (Cr\$ 10.000,00)	4%	0,4%	3,6%
IV -- Via férrea, linha telefônica, e telegráfica, empresa de luz, água e outros serviços públicos, ou dos materiais empregados em seu funcionamento; empresas e estabelecimentos comerciais, industriais e agrícolas; sementeira ou plantação: sobre o produto líquido dos bens administrados, até o máximo de 2,00 VRC (Cr\$ 10.000,00)	2%	0,2%	1,8%

	Total	Contr. à C.P.C. :	à Serventia
V – Sobre os rendimentos brutos produzidos pelos bens depositados: Além dos emolumentos desta Tabela, mais	10%	1%	9%
VI – Pela administração de imóveis rurais ou urbanos depositados, o triplo do item II.		10%	90%
VII – Nos Executivos Fiscais, quando houver depósito, as custas serão calculadas sobre o valor da dívida fiscal.		10%	90%
VIII – Pela guarda de bens: a) veículos automotores, além das custas previstas no item III, por mês ou fração, sobre a avaliação, importância ao final apurada e, na falta destas, pelo valor da causa b) demais bens: além das custas previstas no item III, por mês ou fração, sobre a avaliação, importância ao final apurada e, na falta desta, pelo valor da causa	0,5% 1%	0,05% 0,1%	0,45% 0,9%
IX – Certidão e Busca: as mesmas custas atribuídas ao Distribuidor		10%	90%

Nota 1: As custas acima não incluem outras despesas necessárias e comprovadas com a guarda, remoção, fiscalização, conservação e administração dos bens depositados, que serão pagas depois de aprovadas pelo Juiz.

Nota 2: As despesas com eventuais seguros, rateadas proporcionalmente aos bens guardados em depósito, mais as previstas no item VIII, serão cobradas mensalmente.

Nota 3: Não será expedido mandado de levantamento de penhora, arresto ou sequestro, sem o comprovante, nos autos, de recolhimento das custas fixadas nesta Tabela e das despesas feitas com os bens depositados.

Nota 4: Quando, sobre qualquer bem penhorado, recaírem outras penhoras, perceberá o depositário, além das custas referentes à primeira, mais a metade de cada uma das demais, cujo valor será rateado entre os diversos feitos, limitado o valor do dobro do prêmio.

TABELA XVII
ATOS DOS AVALIADORES JUDICIAIS

	Total	Contr. à C.P.C.	à Serventia
I -- Avaliação de ações de companhias, debêntures, títulos semelhantes e aluguéis ou rendas:			
por 0,200 VRC (Cr\$ 1.000,00) ou fração	0,002 VRC (Cr\$ 10,00)	Cr\$ 1,00	Cr\$ 9,00
Emolumento máximo	0,100 VRC (Cr\$ 500,00)	Cr\$ 50,00	Cr\$ 450,00
À C.P.C. = 10%. (dez por cento)			
II -- Avaliação de imóveis e outros bens:			
a) até 1,000 VRC (Cr\$ 5.000,00)	0,050 VRC (Cr\$ 250,00)	Cr\$ 25,00	Cr\$ 225,00
b) até 4,000 VRC (Cr\$ 20.000,00)	0,200 VRC (Cr\$ 1.000,00)	Cr\$ 100,00	Cr\$ 900,00
c) até 10,00 VRC (Cr\$ 50.000,00)	0,400 VRC (Cr\$ 2.000,00)	Cr\$ 200,00	Cr\$ 1.800,00
d) até 20,00 VRC (Cr\$ 100.000,00)	0,600 VRC (Cr\$ 3.000,00)	Cr\$ 300,00	Cr\$ 2.700,00
e) até 100,0 VRC (Cr\$ 500.000,00)	0,800 VRC (Cr\$ 4.000,00)	Cr\$ 400,00	Cr\$ 3.600,00
f) até 200,0 VRC (Cr\$ 1.000.000,00)	1,000 VRC (Cr\$ 5.000,00)	Cr\$ 500,00	Cr\$ 4.500,00
g) de 200,0 VRC em diante, mais 0,5% até o máximo de 2,000 VRC (Cr\$ 10.000,00)		10%	90%
À C.P.C. = 10% (dez por cento).			

Nota: É vedada a cobrança progressiva das custas desta Tabela.

TABELA XVIII
ATOS DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA

	Total	Contr. à C.P.C. :	Ao Servidor
I - Autos de qualquer natureza, inclusive os atos complementares	0,070 VRC (Cr\$ 350,00)	Cr\$ 35,00	Cr\$ 315,00
II - Citações, intimações ou notificações, por pessoa, inclusive certidão	0,100 VRC (Cr\$ 500,00)	Cr\$ 50,00	Cr\$ 450,00
III - Contra-fé por pessoa	0,010 VRC (Cr\$ 50,00)	Cr\$ 5,00	Cr\$ 45,00
IV - Pelos atos que praticarem nas sessões do Júri, inclusive certidões para ordenação de processos, de cada dia de sessão	0,100 VRC (Cr\$ 500,00)	Cr\$ 50,00	Cr\$ 450,00
V - Condução:	0,050 VRC (Cr\$ 250,00)	Cr\$ 25,00	Cr\$ 225,00
a) dentro do perímetro urbano			
b) fora do perímetro urbano, será usada Tabela fixada pelo Juiz Diretor do Forum, em Portaria, ouvidos os demais magistrados em exercício na Comarca e atendidas as peculiaridades locais.			

Nota 1: Além dessas taxas, as despesas de condução somente poderão ser cotadas se devidamente especificadas e se contiverem o "de acórdão" do advogado da parte interessada na diligência. Se houver pagamento antecipado, o Oficial de Justiça lançará a cota, com a observação de que as custas já foram pagas e por quem.

Nota 2: É vedado o lançamento, na conta de custas dos autos, de valor superior àquele fixado em Portaria do Forum, na forma do item V.

TABELA XIX
ATOS DOS PORTEIROS DE AUDITÓRIO

	Total	À C.P.C.	À Serventia
I - Certidão: os mesmos emolumentos dos escriturões.			
II - Pregão:			
a) efetuado em audiência	0,010 VRC (Cr\$ 50,00)	Cr\$ 5,00	Cr\$ 45,00
b) efetuado fora de audiência	0,020 VRC (Cr\$ 100,00)	Cr\$ 10,00	Cr\$ 90,00
III - Perventagem nas arrematações, adjudicações ou nas remissões ou restantes requeridos antes da praça ou depois desta: sobre o valor dos objetos arrematados, adjudicados ou remidos, 2% até o máximo de 0,400 VRC (Cr\$ 2.000,00)	2%	0,2%	1,8%

TABELA XX
ATOS DOS PERITOS E ARBITRADORES

	Total	Contr. à C.P.C.	Ao Servidor
I -- Arbitramento:			
a) de multa ou de liquidação de objeto sobre o qual tiver de determinar a multa	0,010 VRC (Cr\$ 50,00)	Cr\$ 5,00	Cr\$ 45,00
b) de responsabilidade para especialização da hipoteca legal	0,010 VRC (Cr\$ 50,00)	Cr\$ 5,00	Cr\$ 45,00
II -- Corpo de Delito:			
a) quando depender de exame médico ou cirúrgico	0,100 VRC (Cr\$ 500,00)	Cr\$ 50,00	Cr\$ 450,00
b) quando não depender desses exames	0,050 VRC (Cr\$ 250,00)	Cr\$ 25,00	Cr\$ 225,00
III -- Exames:			
a) de sanidade	0,100 VRC (Cr\$ 500,00)	Cr\$ 50,00	Cr\$ 450,00
b) de sanidade mental, arbítrio do Juiz, que terá em vista a observação mais ou menos longa, de 0,040 VRC (Cr\$ 200,00) até 0,300 VRC (Cr\$ 1.500,00)		10%	90%
c) cadavérico, físico ou químico, se o exame preceder à execução	0,300 VRC (Cr\$ 1.500,00)	Cr\$ 150,00	Cr\$ 1.350,00
d) radioscópico, a arbítrio do Juiz, de 0,040 VRC (Cr\$ 200,00) até 0,300 VRC (Cr\$ 1.500,00)		10%	90%
e) radiográfico, a arbítrio do Juiz, de 0,010 VRC (Cr\$ 50,00) até 0,150 VRC (Cr\$ 750,00)		10%	90%
f) de escrituração mercantil, a arbítrio do Juiz, de 0,018 VRC (Cr\$ 90,00) até 0,150 VRC (Cr\$ 750,00)		10%	90%
g) de documentos, livros ou firmas, para verificação de falsidade ou de qualquer outro fato, a arbítrio do Juiz, de 0,010 VRC (Cr\$ 50,00) até 0,200 VRC (Cr\$ 1.000,00)		10%	90%
h) não especificado neste número	0,050 VRC (Cr\$ 250,00)	Cr\$ 25,00	Cr\$ 225,00

TABELA XXI
DO INQUÉRITO POLICIAL
ATOS DAS AUTORIDADES POLICIAIS

	Contr. à C.P.C. :	Ao Servidor
I — Ao Delegado de Polícia e Sub-Delegado, pela sua intervenção em todos os atos do Inquérito, metade das custas taxadas para os Promotores Públicos (nº I da Tabela VII).	10%	90%

OFÍCIO 111/81-G.P. Curitiba, 04 de dezembro de 1981.
Senhor Governador:

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei aprovado em Sessão Plenária do Tribunal, realizada nesta data, visando criar a Carteira de Previdência Complementar dos Servidores da Justiça e as Fontes de custeio para cumprimento de suas finalidades; instituir o Valor de Referência de Custas; alterar dispositivos da Lei 6149/70 e estabelecer outras providências.

A exposição de motivos que o acompanha, bem diz da importância, necessidade e oportunidade da proposição que, uma vez transformada em lei, será de grande valia ao Poder Judiciário.

Na hipótese de convocação extraordinária da Assembléia Legislativa, solicito a Vossa Excelência que, com sua costumeira atenção, inclua a presente matéria como objeto de deliberação.

Valho-me do ensejo para reiterar a Vossa Excelência os meus protestos de alta estima e consideração.

(a) HELIANTHO G. CAMARGO
Presidente do Tribunal de Justiça

Ofício Circular 03/81 Curitiba, 23 de novembro de 1981
Senhor Desembargador:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para conhecimento e sugestões, o incluso anteprojeto de lei que tem por objetivo a criação da Carteira de Previdência Complementar dos Servidores da Justiça e as fontes de custeio para constituição de seus Fundos Permanente e de Reserva; a instituição de um Valor de Referência de Custas para Reajustes futuros; a alteração das disposições da Lei 6149/70 (Regimento de Custas) além de outras providências.

A finalidade dessa Carteira será proporcionar a complementação das aposentadorias dos servidores da Justiça e as pensões devidas a seus beneficiários através da formação de um Fundo Auxiliar de Previdência (FAP), bem como conceder outros auxílios previdenciários.

Tais benefícios serão mantidos pela dedução do percentual de dez por cento das custas pagas às serventias do foro judicial e extra-judicial, na forma constante dos anexos que integram o anteprojeto.

Para esse fim, procedeu-se a adaptação do texto e das tabelas da Lei 6149/70, dentro da realidade e nomenclatura atuais, acrescentando-se para efeito desse cálculo, os dez por cento das custas devidas pelas serventias à formação dos Fundos.

Levou-se em consideração, para a confecção das novas tabelas, não só os índices de alteração do poder aquisitivo da moeda, conforme sugestões apresentadas por Serventuários da Justiça, como também a urgente necessidade de correção de algumas tabelas cujos valores básicos permaneceram na sua forma primitiva desde a edição da Lei 6149/70, em 09 de setembro de 1970, enquanto que os valores de incidência foram corrigidos de início, anualmente e, nos últimos anos, semestralmente, causando irreparáveis distorções, inclusive a ponto de gerar, no momento, graves problemas de ordem social.

Daí a doughty corregedoria da Justiça, ao autorizar através do Provimento número 328, de 12/11/81, a atualização dos valores das custas, haver feito constar expressamente desse ato, que se tratava de reajuste concedido a título provisório, até que o presente anteprojeto seja transformado em lei.

Assim, no que diz respeito ao Regimento de Custas, procurou-se nessa adequação de valores, fazer com que os atos e feitos de pequeno valor, tivessem suas custas amenizadas com a alteração dos limites das tabelas, já superadas, para valores atualizados, por uma questão de Justiça social.

Citamos como exemplo, a incidência de custas previstas

pelo provimento número 317/81, vigente até 30 de outubro próximo passado, para a lavratura de uma escritura de compra e venda de imóveis no valor de Cr\$ 50.000,00, que orçava em Cr\$ 3.871,00, pela alteração proposta. Importará em Cr\$.. 3.000,00, enquanto que uma incidência de Cr\$ 4.000,00, recairá sobre os atos que tiverem por objeto imóveis nos valores entre Cr\$ 50.000,00 e Cr\$ 100.000,00.

No tocante ao registro de imóvel do mesmo valor, Cr\$.. 50.000,00, o Provimento 317/81, autorizava a cobrança de custas no valor de Cr\$ 3.926,00, enquanto que, no anteprojeto, a incidência será de Cr\$ 2.500,00, propondo-se a cobrança de Cr\$ 4.500,00 para o registro de imóveis na faixa de Cr\$.. 100.000,00 a Cr\$ 200.000,00, tendo em vista que, em suas tabelas, aparecem novas figuras de atos sujeitos ao pagamento de custas.

Em compensação, nas tabelas dessas serventias, a partir desse ajustamento inicial, segue uma progressão que poderá atingir até um limite máximo de Cr\$ 15.000,00, superado em Cr\$ 3.000,00 o limite que seria permitido pela atualização das custas vigentes em setembro de 1970 (Lei 6149/70), em quatro mil por cento, percentual esse, resultante de demonstrativo apresentado pelos próprios serventuários.

Outra reforma procedida, diz respeito à correta aplicação dos percentuais previstos nas tabelas, reajustada de forma equívoca no correr dos anos, ocasionando, por exemplo, que o depositário público seja autorizado a perceber 17,54 por cento e 36,41 por cento sobre os valores dos imóveis enumerados nos itens II e III da Tabela XVI do Regimento de Custas, quando deveriam perceber dois por cento e quatro por cento, respectivamente, conforme consta da Lei 6149/70.

Essas distorções fizeram com que se propusesse a adoção de tabelas progressivas para os feitos cíveis, baixando-se assim, com algumas medidas paralelas, tais como a eliminação de custas proporcionais para ações não contestadas e a elevação de 5 por cento nas alíneas "a" e "c", do item XIV "falências e concordatas" da tabela IX, que diz respeito aos atos dos escrivães do Cível, a equivalência de suas receitas, dentro dos propósitos primordiais deste anteprojeto.

Foi prevista também, nestes casos, a flexibilidade necessária para o cumprimento das obrigações das serventias para com a Carteira de Previdência.

Para gerir os Fundos previdenciários, deverá ser formado um Conselho cujos membros serão indicados na forma prevista pelo artigo sexto, do anteprojeto.

Parte da arrecadação será empregada na programação do FUNREJUS, ora em formação.

Encaminho, outrossim, para melhor análise do anteprojeto por Vossa Excelência, cópia do Provimento número 317/81, da Corregedoria da Justiça com os valores das custas vigentes até 30/10/81, esclarecendo-lhe que, pelo Provimento número 328/81, de 12/11/81, que também acosta o presente, essas custas foram reajustadas, provisoriamente, em todos os seus itens, em mais 40,78 por cento.

Na elaboração do anteprojeto, procurou-se deixar exposto, em vários dispositivos, a possibilidade de remanejamento das tabelas, no correr dos anos, para evitar-se possíveis distorções com a finalidade de conservar o equilíbrio objetivado por este plano de lei.

A adaptação do Regimento de Custas à realidade atual, mediante a criação da Carteira de Previdência Complementar dos Servidores da Justiça é antiga reivindicação, não só dos serventuários, mas de todos aqueles que labutam nos meios forenses de nosso Estado.

Dada a relevância, recorro a Vossa Excelência, para que, com sua inestimável colaboração, examine e ajude a aprimorar o presente estudo, que certamente será de grande valia ao Poder Judiciário.

Valho-me do ensejo para reiterar a Vossa Excelência,

minhas expressões de estima e consideração.

(a) HELIANTHO G. CAMARGO

Presidente do Tribunal de Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 164/81

PARECER:

Oriundo de Mensagem Governamental o presente projeto de lei tem por finalidade criar a Carteira de Previdência Complementar dos Servidores da Justiça, estabelecendo as fontes de custas para o cumprimento das suas finalidades e dá outras providências.

Analisando-se a matéria sob o seu aspecto legal e constitucional a que é chamada a opinar esta Comissão de Justiça, temos que a proposição encaminhada pelo Sr. Governador quanto a sua iniciativa está plenamente nos termos constitucionais, não havendo qualquer óbice que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada, nos termos do ofício do Sr. Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça, que acompanha a Mensagem, detalhadamente nos oferece a oportunidade da matéria ora em exame, bem como a justeza para as alterações propostas na Lei 6149/70.

Porém, em consulta com a classe interessada nesta lei nos proporcionou a oportunidade para introduzirmos algumas alterações que a seguir explicitaremos.

O projeto em si, define, como de praxe, a sua finalidade e objetivo fundamental.

A Carteira ficará sob a administração do IPE, portanto, órgão vinculado ao Poder Executivo, cujo Presidente daquele instituto é de livre escolha do Governador do Estado, razão legal há, pois, que se altere o artigo quinto para que o Presidente dessa Carteira seja também da livre escolha e nomeação pelo Chefe do Poder Executivo.

Por impropriedade de nomenclatura, sugere-se a alteração do art. 6º

Alteram-se os incisos I e II do art. 11, para que se atenda ao fulcro do projeto que é a criação da "Carteira de Previdência Complementar dos Servidores da Justiça e as fontes de custeio para cumprimento de suas finalidades" (súmula), de sorte a que os recursos advindos das custas dos serventuários não remunerados pelos cofres públicos, sejam integralmente aplicados na referida Carteira, para "pagamento de complementações de aposentadorias e pensões, bem como dos auxílios diversos". (art. 11, inciso I), e se destinem apenas à "execução dos programas especiais aludidos no art. 2º, item IV" os recursos originados pelas deduções previstas no art. 10, inciso II, tendo em vista que tais recursos são oriundos das custas devidas aos órgãos do Poder Judiciário, ou sejam das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada, que obviamente não se integram como filiados automáticos ou compulsórios àquela Carteira, nem tampouco os respectivos Secretários, pois estes, como funcionários remunerados pelos cofres públicos, têm regime especial de Previdência.

Por consequência de coerência legal, alteram-se então o artigo 12 e o artigo 13 do Projeto.

O artigo 20 passa a ter nova redação, para ajustar-se ao espírito do projeto, que é o de parametrar o Valor de Referência de Custas às Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, que sabemos, são índices oficiais e um instrumento julgado pelo próprio Governo Federal como adequado e legítimo de correção das distorções provocadas pela inflação.

O art. 22 tem suprimida a expressão "conservar", porque é de se entender que o seu objetivo será o de reativar, isto é, renovar, restaurar, aí sim, para se equilibrar aos parâmetros das correções das ORTN.

Quando o projeto prevê alterações de artigos da Lei 6149/70, altera-se com o substitutivo o art. 13 daquela lei, de

maneira a se dar guarida ao que se debateu nesta Assembléia, quando da apresentação do Projeto de Lei 38/81, de autoria do Deputado Gilberto Carvalho, e que foi convertido na Lei 7499/81, de 01 de outubro de 1981; pois, com a edição deste projeto em lei, ficará sanada a dificuldade encontrada atualmente pelo IPE no pagamento de pensões e auxílios à classe dos serventuários da Justiça não remunerados pelos cofres públicos, nada mais justo, porém, que, a par das contribuições previstas no artigo, seja repassada à Associação dos Serventuários da Justiça, de onde provêm as importâncias às Associações ali mencionadas, "quantum", devido pelo inciso IV da Tabela VIII.

Ainda emenda-se o artigo 49 daquele diploma legal, de número 6149, para guarda coerência à aplicação dos índices das ORTN aplicados ao V.R.C., também às Tabelas constantes do projeto, de sorte a que não sejam passíveis de corrosão devido ao processo inflacionário.

Altera-se a redação do art. 24, do projeto, tendo em vista que se articulará nas disposições transitórias a revogação do art. 1º da Lei nº 7499, e seu parágrafo. E também porque houve uma impropriedade legal ao se mencionar no texto do projeto o artigo 34, que não guarda nenhuma correlação com o texto articulado.

O Art. 30 e seu parágrafo único é suprimido integralmente, não havendo sido efetuado o procedimento atuarial para se saber tecnicamente o valor que representará a aplicação da alíquota de cinco por cento sobre as custas dos serventuários da Justiça, cuja dedução será destinada à formação da Carteira ora criada, o próprio projeto expressa dúvidas sobre isso. Prevê no seu corpo a dedução de 5 por cento; estipula nas disposições finais e transitórias, que será dez por cento em um período definido, mas, emenda em parágrafo, que este prazo poderá ser reduzido por fatores supervenientes. Aceitar-se-á então a dúvida, Mais adequado é que permaneça a alíquota de cinco por cento, justificando-se também que a Carteira funcionará no REGIME DE REPARTIÇÃO, (art. 28), e tecnicamente é de se concluir que a Carteira terá suporte suficiente, no apazado para o estipêndio das complementações devidas, sem que se faça necessário qualquer reparo no art. 10 e incisos do referido projeto.

Quanto à revogação do art. 1º e seu parágrafo, da Lei 7499, de 01 de outubro de 1981, se impõe tendo em vista a nova redação dada pelo projeto e emendas ao art. 13, da Lei 6149/70.

Passa, por consequência, o art. 30 a ter a redação proposta no Substitutivo.

O art. 31 tem suprimidas as expressões como menciona, pois, prevendo o projeto como parâmetro para a correção de V.R.C., as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, como índice oficial do Governo Federal, será improvável o que se prevê no texto, quanto às partes, Porém, é sabido que inúmeras serventias da Justiça padecem hoje de condições sofríveis de manutenção, algumas, inclusive, nem funcionando regularmente, tendo em vista a insuficiência de recursos para sua manutenção, prejudicando sobremodo a distribuição dos serviços aos seus jurisdicionados.

O art. 32 é emendado. Sabe-se que dos atos notariais, o reconhecimento de firmas e autenticações de documentos, bem como das serventias a expedição de certidões são pouco representativos, em termos de custas e emolumentos. Daí, pretender desprezar-se a aplicação de deduções desses atos, adensando uma razão significativa, também, para tanto, que seria a dificuldade de se proceder à fiscalização com referência específica a esses atos praticados. Eles não são registrados, nem distribuídos. Extremamente pois, dificultoso, um procedimento burocrático de controle e factualmente, anti-econômico.

O ANEXO deste projeto, de que trata o seu artigo 24 com as modificações introduzidas pelas emendas apresentadas, passa a ter nova redação nas Tabelas ali definidas, conforme

apresentadas pelo Projeto Substitutivo.

Com a efetivação da alíquota de cinco por cento a ser aplicada aos valores das custas das Serventias, das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada, e dos respectivos Secretários, os valores da contribuição à Carteira de Previdência Complementar dos Servidores da Justiça passam a ser diversos dos mencionados no projeto, havendo, pois, que alterá-los nas Tabelas do Anexo.

De outra parte, houveram algumas impropriedades quanto à destinação desta contribuição àquela Carteira, como, v.g., a destinação a ela de custas destinadas a Juizes de Paz (Tabela VI), e as destinadas aos Atos do Ministério Público (Tabela VII—; nem Juiz de Paz nem Promotor Público poderão ser, como define imperativamente o projeto, filiados àquela Carteira, pois têm regime distinto de benefícios. Por consequência, naquelas Tabelas VI e VII foram eliminadas tais contribuições.

As alterações propostas também em Tabelas dos Valores básicos, previstos no art. 15 do projeto, visaram proporcionar ajustes e adequar o projeto à situação atual, pois, a Lei de Custas, está defasada de onze anos, e este projeto e substitutivo pretendem agora equilibrar os vencimentos dos Serventuários da Justiça às demais classes funcionais.

Com isso, apresentamos o nosso parecer favorável, opinando-se pela Aprovação, na forma da Emenda Substitutiva que anexo apresentamos.

Sala das Comissões, em

(aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente
GABRIEL SAMPAIO — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 164/81

P A R E C E R:

A Mensagem Governamental 131/81, cria a Carteira de Previdência Complementar dos Servidores do Poder Judiciário, instituído no valor de Referência de Custas, e altera dispositivos da Lei 6149, de 09/12/70, e dá outras providências.

Sob o ângulo da competência desta Comissão, a matéria não apresenta qualquer dificuldade já que se ajusta aos cânones da administração financeira.

Face ao exposto, o parecer é favorável.

Sala das Comissões, em

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA — Relator

— Em discussão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Este projeto de lei vem à consideração desta Assembleia Legislativa, por duas grandes razões.

Uma delas, é buscar o aperfeiçoamento da realidade da cobrança de custas judiciais, seja no foro judicial ou extra-judicial das escriturarias. E o outro aspecto, é específico da criação da Carteira de Previdência Complementar dos Servidores da Justiça.

É sabido, Sr. Presidente, que diversos servidores da Justiça ao se aposentarem, deixam de receber uma remuneração condigna com sua posição na vida social. E de manter uma subsistência também compatível com o nível de vida que vinha levando durante o tempo de serviço. Desde 1975, quando para aqui viemos, Sr. Presidente, tratamos principalmente, no entendimento com outros Deputados e, principalmente o Deputado Gilberto Carvalho, de chegar numa fórmula que embasasse esta

situação dos serventuários e pudesse elaborar uma lei que ajustasse essa anormalidade vivida, muitas vezes, com trauma, dentro das famílias dos serventuários da Justiça que se aposentaram.

Já são seis anos, para sete anos, Sr. Presidente, de luta de vários Parlamentares. E esse trabalho que o Poder Judiciário, através do Governo, em mensagem, encaminha a esta Assembleia, representa uma aspiração das mais legítimas dos serventuários da Justiça.

Entretanto, Sr. Presidente, vinculou-se no espírito da mensagem, a qual capeia a proposta do Poder Judiciário, a cobrança de custas judiciais a um percentual que seria pago pelas partes, carreando assim, como forma de remuneração desta aposentadoria, um percentual, dizia, das custas pagas a todas as escriturarias, seja do foro judicial ou extra-judicial.

Entretanto, Sr. Presidente, o substitutivo, este projeto sendo apreciado pela douta Comissão de Justiça, em poucos dias desfaz o espírito e os entendimentos havidos, não só com as partes interessadas, muitas das quais satisfeitas e que recentemente, encaminhou ao próprio Governo do Estado, um arrazoado fundamentado em números, em dados, em estatísticas, fundamentado inclusive em exemplos absolutamente indiscutíveis.

No entanto, com todo o respeito que tenho, embora não tivesse participado, mesmo sendo Vice-Presidente da Comissão, desta reunião, que adotando um voto critério, buscou o atendimento de apelos isolados de serventuários da Justiça que depois de tantos anos, e a bem da verdade, muitos dos quais efetivamente não tinham condições de sustentar o regimento de custas, violentado no custo desta inflação absurda, que impede o próprio desenvolvimento do País.

Entretanto, Sr. Presidente, o substitutivo altera o próprio espírito do projeto original.

No meu fraco entender, já que a C.C.J., em suas permanentes tergiversações, tem adotado critério dos mais divergentes. Neste caso, Sr. Presidente, não poderia ter acolhido — com o devido respeito a todos os membros da CCJ, senão mediante um exame apurado da questão.

Vejam, Sr. Presidente, Srs. Deputados, altera e subverte, no meu entendimento, aquele percentual apregoado no projeto original, de 10 por cento de desconto das custas, os quais seriam carregados para esta Carteira de Aposentadoria. O substitutivo altera de 10 para cinco por cento. E o que é pior, alterou substancialmente o valor das custas, que seriam pagas, principalmente, na elaboração de escrituras e de registros, nas matrículas dos registros de imóveis.

É verdade que no Regimento de Custas anterior precisava, evidentemente — nós apregoávamos aqui muitas vezes com outros Deputados a necessidade de um ajustamento à realidade atual do processo inflacionário. Entretanto, Sr. Presidente, a “toque de caixa” foi feito, data vênica, um substitutivo e apresentado.

De nossa parte, faço até um apelo, principalmente aos Deputados da Oposição, mas também aos eminentes Deputados do PDS, porque se permitirmos, como já ocorreu no problema da institucionalização da taxa judiciária, se permitirmos num processo legislativo, a indiscussão dos temas mais polêmicos, estaremos aqui apenas convalidando vontade de parcela da população do Estado do Paraná.

Digo, Sr. Presidente, com a convicção de profissional talhado no dia a dia, sabendo dos problemas que afligem hoje a população que acorre à Justiça, para buscar a distribuição da Justiça, esta, precisa ser, em seu ato inicial, justa na cobrança das taxas das partes que acorrem à ela, que buscam-na, para satisfazerem as necessidades humanas e o relacionamento com os demais cidadãos.

Neste particular, Sr. Presidente, principalmente observando-se o projeto encaminhado para este Poder, citarei alguns

exemplos: escrituras de compra e venda, cujas custas iniciais foram apresentadas com o valor mínimo, quando não há valor declarado no ato, a quantia de Cr\$ 1.000,00, e gradativamente, se chegaria ao teto de Cr\$ 8.000,00 por escritura.

No projeto substitutivo, Sr. Presidente - e chamo a atenção de Vossa Excelência para um erro que existe na Ordem do Dia. Nela não consta o substitutivo, induzindo Deputados em erros, porque não consta todos os valores que o substitutivo traz.

Aí está a Ordem do Dia, que foi pesquisada, e eu há poucos momentos atrás, tomei conhecimento da alteração, porque não constavam da mesma as modificações de todos os anexos constantes de valores das tabelas que o substitutivo traz.

Esta, Sr. Presidente, já por si só seria uma preliminar de nulidade da apreciação deste projeto, nesta oportunidade.

Sr. Presidente, vejo, na alteração que foi feita para se chegar a esses números, cuja crítica modesta estamos fazendo. As custas de cartórios, eu me ateno mais às escrituras e a registros civis de nascimento, os assentos de nascimento e de óbitos, que são coisas impositivas, são atos obrigatórios de todos os cidadãos.

Nasceu, tem que registrar, e o projeto apregoa, que o valor mínimo, ou melhor, poderá ser cobrado até Cr\$... 500,00 o ato de registro de nascimento.

Entretanto, não disciplina / de que forma poderia ser cobrada esta quantia, ficando ao arbítrio do próprio titular do Ofício.

Sabe-se, Sr. Presidente, que numa população absolutamente carente como é, cerca de 60 por cento na Nação brasileira, especialmente no interior e mormente no Norte Pioneiro, onde há famílias que não têm possibilidade de pagar sequer a condução para fazer o registro dos filhos, e que se aproveitam agora do processo político-eleitoral para se transformar no veículo de corrupção dos mais execráveis que se pode ter. E todos os Deputados percebem diuturnamente esse problema.

Entretanto, Sr. Presidente, isto poderia ser resolvido mediante uma presença do próprio Juiz que tem condições de normatizar este processo dentro da esfera jurisdicional. Mas eu dizia, Sr. Presidente, que nas escrituras, o valor das escrituras até mil cruzeiros, Cr\$ 551,00, este era o valor inicial no Regimento através do Provimento 317. O valor máximo que chegava em torno de Cr\$ 4.000,00, passou, através deste Provimento, a ser de Cr\$ 5.500,00.

Freqüentemente, assistimos cartórios, principalmente do interior, a cobrar pelo ato de lavratura de um contrato de compra e venda definitivo, Cr\$ 10.000,00. E depois, como gentileza, dava um desconto de Cr\$ 3.000,00, extrapolando o próprio Regimento de Custas. Também não é possível que o Regimento ficasse em vigor com custas na base de Cr\$ 10,00, Cr\$ 12,00, Cr\$ 15,00 ou Cr\$ 19,00. É absolutamente insustentável.

Entretanto, o substitutivo extrapola, no meu entendimento, a liberalidade e cria uma situação de fato, difícil de ser resolvida pelas populações de baixa renda.

Como poderia, Sr. Presidente, ser resolvido, se uma escritura com valor mínimo será cobrado por este substitutivo de Cr\$ 1.000,00 que apregoava o projeto original, passa a ser cobrada, Cr\$ 1.500,00. E com um valor de Cr\$ 50.000,00, na venda, passa a ser Cr\$ 4.000,00 iniciais.

Sr. Presidente, não é possível que possamos estar tão distanciados da realidade; se o Poder Judiciário, através de uma Comissão, através de contatos com as escriturarias, de todos esses foros, pesquisou com muita cautela, com muito cuidado, e chegou nesta tabela de números comparativos e progressivamente é levado de acordo com a possibilidade de cada um ajustada no preço destes imóveis.

Não é possível que se resolva isto em poucas horas, atra-

vés de entendimentos ligeiros e obtidos inclusive - o que é muito normal, muito usual aqui na Assembléia - de última hora, se chegar comissões para ajustar os seus interesses.

Isto faz parte da prática democrática. Mas também não podemos ficar sob o tácio deste tipo de pressão. Uma pressão legítima, mas que na verdade, Sr. Presidente, precisa ser filtrada pelo Poder Legislativo. Porque aqui, Sr. Presidente, é que se condensam as divergências da própria sociedade. É evidente que hoje, com a mudança da Lei Orgânica da Magistratura, com a introdução da nova filosofia, evidentemente, que há um dispêndio financeiro muito grande para alguns cartórios. Mas também, sair de custas que hoje, ainda que estejam sobrevivendo, que hoje o máximo vai até Cr\$ 5.500,00 extrapolar para o substitutivo, permitir que elas cheguem a Cr\$ 45.000,00 e que a partir do ano que vem, a partir do mês de maio, sofrerá um acréscimo de 40 por cento previsível, Sr. Presidente, uma escritura custará Cr\$ 1.500,00, passará a mais de Cr\$.. 2.000,00. Depois vem o registro e é sabido que nos pequenos municípios, Sr. Presidente, onde há um grande número de atos de compras de imóveis, há um grande número de escrituras, que são lavradas diuturnamente. Evidentemente que vai criar um problema profundo na economia popular.

É para esse aspecto que chamo a atenção dos eminentes Srs. Deputados. Nós estaremos aqui, Sr. Presidente, a legislar. Não legislar com o espírito público que deve mover a todos nós. Mas legislaremos sob a emocionalidade de um determinado momento.

Nesse aspecto faço este apelo e deixo esta consideração e além disso, Sr. Presidente, além de elevar estes valores, ainda tem um aspecto importante dos 10 por cento que seriam carreados: o substitutivo corta de 10 para 5 por cento. E estes cinco por cento serão acrescidos nas custas em benefício dos serventuários titulares de cartórios de todos os livros.

Além disso, Sr. Presidente, tem algumas alterações que agora seriam praticamente difíceis de serem colocadas, porque são aspectos constitucionais, são aspectos legais, são injunções de outras leis já pré-existentes e que irão permanecer.

Seria muito difícil e o que nos contrange, Sr. Presidente, na esfera do Governo, é que o Governo usa do expediente, do prazo, quando não de sessões extraordinariamente convocadas para apreciar os projetos de maior relevância para a sociedade.

E os Deputados são mobilizados rapidamente. E agora nós estamos compreendendo porque não estavam havendo sessões, até a semana passada, porque precisava-se aglutinar todas as correntes que apoiassem os projetos do Governo, para aprovar os seus projetos, talvez com o interesse que o Governo tenha de fazê-la no afogadilho, não só a nível de Estado, mas a nível federal, isso acontece corriqueiramente.

E nós estamos a apreciar este mesmo processo na escala da ordenação federal, no Congresso Nacional.

E o apelo que deixo, Sr. Presidente, que é - não diria o apelo do Partido - mas um apelo de sensibilidade para o problema de natureza social e econômica das partes que desejam e procuram a justiça para satisfazer os seus conflitos, as suas aspirações e também receber dela, da própria justiça, o assentamento das suas pretensões.

Por esta razão, Sr. Presidente, da minha parte, entendendo que o substitutivo altera, e altera inclusive a arrecadação proposta, e não há competência para este Poder, por força dos dispositivos constitucionais, não há possibilidade, não há legitimidade, para que esta Assembléia altere percentuais de arrecadação, mormente em se tratando de arrecadação para satisfazer a Carteira de Aposentadoria, que é de interesse exclusivo do Estado e de iniciativa do Governo do Estado.

Por esta razão, Sr. Presidente, levanto esta questão de inconstitucionalidade do substitutivo, apresentado pela CCJ, e o meu voto, antecipadamente já declaro, será pela inconstitucio-

nalidade do substitutivo, mas, votaria se assim fosse apreciado pelo projeto original, porque traz não só o crivo da legitimidade da iniciativa, como também satisfaz a promoção feita pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa ao nobre Deputado Fidelcino Tolentino, de que, na sessão de hoje, será apreciado apenas o projeto; na sessão de amanhã, quando será apreciado o substitutivo, os Srs. Deputados terão todos os quadros publicados no avulso.

Em discussão o projeto.

Encerrada a discussão.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, da mesma forma em que, no Projeto de Lei 160/81, a Bancada do PMDB deixou a questão aberta. Nós, neste Projeto 164/81, também deixamos a questão em aberto, inclusive nesta primeira discussão que trata da constitucionalidade, reservando-nos para amanhã, fazer esta análise mais aprofundada, e então, proferir o voto de mérito.

Pessoalmente, este Deputado vota contrariamente com base nos motivos expostos pelo Deputado Fidelcino Tolentino mas a Bancada tem questão aberta para, pessoalmente, cada um dos Srs. Parlamentares do PMDB optar da melhor maneira que entender.

O SR. PRESIDENTE — Está em votação. Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao nobre Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estranho que o nobre Deputado Fidelcino Tolentino argumente que esse substitutivo foi feito a "toque de caixa".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, toda a Casa tem conhecimento que, há mais de oito anos, lutamos para que se regulamentasse um Regimento de Custas adequado, e que fosse criada uma Carteira de Previdência, para dar atendimento aos Serventuários da Justiça, porque sabemos que existe, aqui na nossa Capital, Serventuários que não têm, hoje, dois salários como aposentadoria, não têm, portanto condições de sobrevivência. Não se falando nas pensões que, algumas, não chegam a meio salário.

Pretendeu-se inicialmente, fazer-se o estudo através da Secretaria de Recursos Humanos, através da Secretaria da Justiça, através do Instituto de Previdência. Discutiu-se a criação do "Selo da Previdência" que foi julgado um retrocesso e que não poderia ser aprovada a sua criação.

Várias outras modalidades foram discutidas. Depois, através do Tribunal de Justiça, foi proposta esta mensagem encaminhada à Casa, no sentido de que se estudasse um novo Regimento de Custas. E nesse Regimento de Custas, houvesse uma dedução das custas para se formar a Carteira Complementar da Previdência.

Encaminhada esta mensagem, foram ouvidos os Serventuários de todas as Serventias: Registro Civil, Tabelionato, Distribuidor, todos foram ouvidos. E foi feito um Regimento à altura do que hoje acontece.

Sabemos que o último Regimento de Custas, aprovado no Paraná, foi em 1970. Há onze anos, portanto.

E sempre quando julga conveniente, o Tribunal através da Corregedoria, baixa um provimento, concedendo um aumen-

to de 20, 30 ou 40 por cento sobre as custas. Mas, nunca pensando no valor do imóvel. Como por exemplo, se uma escritura, de 5 a 10 mil, de 10 a 20, de 20 a 50, baixa-se um provimento aumentando as custas, mas o valor daquele imóvel continua sempre o mesmo.

Há onze anos continua o valor máximo de uma propriedade, como de Cr\$ 50.000,00, quando, hoje, já não mais existe este valor. O que foi feito agora é uma Tabela com Valor-Referência. Valor Referência de Custas de Cr\$... 5.000,00. E baseada nesse Valor Referência, tem uma percentagem, por cada ato. E para formação dessa Carteira Previdenciário, será tirada uma percentual de 5 por cento das custas do serventuário. E não da parte que contribui, quando a mensagem veio pedindo 10 por cento, reduzimos para cinco por cento.

Não vemos aí prejuízos às partes.

Sabemos hoje, que um Registro de Nascimento, de acordo com o Regimento de Custas, não chega a Cr\$ 100,00. Esta importância não paga nem o papel. Ainda tem que ser feita a lavratura no livro que se expedir a certidão, estatísticas, informações para o IBGE. Tudo sem qualquer alteração.

O que foi feito agora, foi um Regimento de Custas atualizado e seguindo aquilo que existe hoje, no Paraná, fizemos um levantamento nos Cartórios, quanto custa uma Escritura sem valor declarado. Sabemos que esse valor é da ordem de Cr\$ 1.000,00 a Cr\$ 2.000,00 - está aqui com Cr\$ 1.500,00, uma certidão de nascimento, não existe a contribuição para a Carteira da Previdência, para a expedição da certidão, de certidão de todos os cartórios extra-judiciais, evitando com isso, onerar as partes, evitando, com essa cobrança de taxa, para facilitar, fazer com que o serventuário possa atender os casos necessários, daqueles que não têm recursos para contribuir.

Mas, Sr. Presidente, esse trabalho, essa justificativa, foi feita ouvindo todos os serventuários; vou ainda, Sr. Presidente, pegar alguns dados com valor exato de cada pensão, junto ao IPE.

Esta Carteira será administrada pelo IPE, cuja indicação de três nomes haverá para compor o Conselho, três nomes indicados pelo Tribunal de Justiça, três nomes indicados pela Secretaria da Justiça, e um nome para Presidente, indicado pelo Governo do Estado.

Será uma maneira de garantir aqueles que dão as garantias a toda a família brasileira, quer na hora do nascimento, expedindo o seu registro, quer na hora de um inventário, quer em toda documentação.

É preciso que o serventuário tenha uma tranquilidade, uma segurança, para que possa garantir a documentação da família brasileira.

Mas, voltaremos ainda, Sr. Presidente, trazendo outros dados, se necessário for. Mas quero tranquilizar os nobres Companheiros desta Casa, dizendo que não foi feito, este trabalho, a "toque de caixa". Foi feito com muita seriedade, houve a participação dos serventuários, houve a participação da Secretaria da Justiça, e ouvidos os órgãos que deveriam ser ouvidos.

Por isso, faço um apelo a todos, pela aprovação desta mensagem, pela qual há mais de oito anos lutamos, para que o serventuário tenha uma lei condigna e à altura.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Em votação o projeto —
Aprovado.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 165/81, de autoria do Poder Executivo, (Mens. Govern. nº 133/81), incluso no Anexo I, Grupo P-Profissional, da Lei nº 7424, de 17 de dezembro de 1980, a categoria funcional de Assistente de Engenharia, padrão I, Código P-18, com oito (08) cargos. Pareceres Favoráveis da C.C.J., por maioria, e da C.F., por unanimidade. — Em votação.

O SR. LINEU TURRA — (Pela Ordem) Sr. Presidente, o Projeto de Lei 165/81, nós estamos constatando aqui que não foi incluído; está na Ordem do Dia, está em 1ª Discussão, e nós, nestas condições, fomos buscar aqui e ficamos impossibilitados de tomar conhecimento da matéria na íntegra, eis que não consta dos Avulsos.

Queremos saber de Vossa Excelência, como é que iremos votar a matéria?

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa informa ao nobre Deputado, que tomará todas as providências, para que seja publicado por ocasião de Segunda Discussão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, peço a Vossa Excelência que deixe registrado o meu voto, em Ata, e a minha declaração, o meu entendimento da inconstitucionalidade desse projeto, já que nós estamos discutindo neste primeiro turno, a sua inconstitucionalidade, como se vota também o Parecer da Comissão de Justiça, porque é ela que dá o Parecer sobre a constitucionalidade ou não.

Deixo consignado o meu voto, neste sentido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Em votação. — Aprovado.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 166/81, de autoria do Poder Executivo, (Mens. Govern. nº 134/81, que transforma a gratificação de produtividade de que trata o Art. 1º, da Lei nº 6569, de 25 de junho de 1974, em de representação para os Membros do Ministério Público, e em consequência, passar para 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento básico do cargo, a vantagem atribuída a esse título ao Procurador Geral da Justiça, pela Lei 7443, de 29 de dezembro de 1980. Pareceres Favoráveis da C.C.J., por maioria, e C.F., por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 166/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — A gratificação de produtividade de que trata o Art. 1º da Lei nº 6569, de 25 de junho de 1974, fica transformada para os membros do Ministério Público, em verba de representação, a qual, somada à vantagem atribuída a esse título, ao Procurador Geral da Justiça, pela Lei 7443, de 29 de dezembro de 1980, passa a ser de 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento básico do cargo.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor em 01 de janeiro de 1982, revogados os artigos 67 da Lei nº 5849, de 25 de setembro de 1968, e demais disposições em contrário.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 166/81

PARECER:

Oriundo de mensagem governamental, o presente projeto de lei tem por finalidade transformar a gratificação de produtividade de que trata o art. 1º da Lei 6569, de 25/06/74, em verba de representação para os Membros do Ministério Público, e em consequência, passar para 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento básico do cargo, a vantagem atribuída a esse título ao Procurador Geral da Justiça, pela Lei 7443, de 29.12.80.

Justificando a matéria, esclarece a mensagem que tal medida objetiva atribuir ao Ministério Público Estadual, tratamento equivalente ao já dispensado aos Membros da Magistratura por intermédio da Lei 7113, de 10/04/79, na conformidade da orientação que a esse respeito vem sendo adotada pela Legislação Federal, em vigor.

Analisando-se a proposição em tela, temos que nos termos legais e constitucionais a que é chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, a matéria com relação à sua iniciativa é da competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo.

Assim sendo, legal e constitucionalmente o projeto não encontra qualquer óbice que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa, deixando-se os demais aspectos para serem analisados pelas demais Comissões, que por certo o apreciarão.

Nestas condições, o nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 10 de dezembro de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente

GABRIEL SAMPAIO — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 166/81

PARECER:

A Mensagem Governamental 134/81, objetiva transformar a gratificação de produtividade em verba de representação aos Membros do Ministério Público, e passar para cinquenta por cento sob esse título atribuída ao Procurador Geral da Justiça, na forma da legislação.

A medida não oferece qualquer dificuldade de natureza financeira que exija maior exame. Ao contrário, encontra-se perfeitamente adequada aos seus fins.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente

GABRIEL MANOEL — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 169/81, de autoria do Poder Executivo, (Mens. Govern. nº 135/81), Reajuste com base no Salário Mínimo Regional, o valor das pensões concedidas às viúvas de ex-Deputados, conforme as Leis nºs 4763, de 05 de novembro de 1963, e 54/63, de 22 de novembro de 1963. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., na forma do SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 169/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — O valor da pensão mensal de que tratam as Leis 4763, de 05 de novembro de 1963, e 54/63, de 22 de novembro do mesmo ano, concedida às viúvas de ex-Deputados Estaduais, fica fixado com base no Salário Mínimo Regional, em relação ao tempo de mandato, na forma a seguir:

Tempo de Mandato	Salários mínimos
até 02 anos	03
de 02 a 04 anos	05
de 04 a 08 anos	06
mais de oito anos	08

Art. 2º — As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta das verbas próprias consignadas no Orçamento Geral do Estado.

Art. 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 169/81

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental 135/81, o projeto de lei que nos é dado à análise, pretende majorar o valor das pensões mensais concedidas às viúvas de ex-Deputados, conforme as Leis números 4763, de 05 de novembro de 1963, e 54/63, de 22 de novembro de 1963.

Examinando a matéria proposta, no seu aspecto legal e constitucional, temos que a iniciativa para tal proposição é de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo - artigo 47, inciso I, da Constituição Estadual.

Quanto ao mérito da proposta encaminhada, temos que a medida ensejará condições legais no sentido de se fazer reajuste com base no tempo de mandato do ex-Deputado, chegando até a oito salários mínimos, enquanto que o valor da pensão atual não ultrapassa a três salários mínimos regionais, medida que vai reajustar as citadas pensões de forma proporcional e equânime.

Cabe ainda, ressaltar que o presente projeto de lei vem atender sugestão proposta em requerimento aprovado por esta Casa em Sessão Plenária de 17 de novembro do corrente ano, e que foi encaminhado pela Presidência, ao Chefe do Poder Executivo.

Legal, constitucional e regimentalmente, a matéria não apresenta qualquer óbice que possa impedir a sua normal tramitação e aprovação por esta Casa.

Assim sendo, o parecer é Favorável, na forma do Substitutivo Geral que anexo apresentamos.

Sala das Comissões, em 15 de dezembro de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO - Presidente
WERNER WANDERER - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 169/81
EMENDA SUBSTITUTIVA

Art. 1º - O valor da pensão mensal de que tratam as Leis nºs 4763, de 05/11/63, e 54/63, de 22/11/63, concedida às viúvas de ex-Deputados Estaduais, fica fixado com base no salário-mínimo regional, em relação ao tempo de mandato, na forma a seguir:

Tempo de mandato	Salários Mínimos
até 02 anos	03
de mais de 02 até 04 anos	05
de mais de 04 até 08 anos	06
mais de 08 anos	08

Art. 2º - As viúvas dos ex-Presidentes e ex-Governadores do Estado do Paraná que tenham exercido o cargo por mais de um ano, passam a perceber 12 (doze) salários-mínimos.

Art. 3º - O cônjuge sobrevivente de ex-Parlamentar que perceber pensão do Fundo Estadual de Previdência Parlamentar - FEPPA, deverá ter descontado o valor da pensão que percebe do valor da pensão estipulada por esta lei.

Parágrafo único. No prazo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação desta lei, poderá o cônjuge sobrevivente que perceba pensão do FEPPA, optar pela pensão concedida pelo Poder Executivo.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta das verbas próprias consignadas no Orçamento Geral do Estado.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de dezembro de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO - Presidente
WERNER WANDERER - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 169/81

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental 135/81, tem por objetivo o presente projeto, adotar disposições no sentido de que o valor das pensões mensais concedidas às viúvas de ex-Deputados Estaduais, nos termos das Leis 4763, de 05 de novembro de 1963, e 54/63, de 22 do mesmo mês e ano, seja fixada com base no Salário Mínimo Regional.

Sobre a matéria, houve parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Quanto à parte financeira da matéria, objeto da análise por esta Comissão de Finanças, temos que o presente projeto está em condições de ser apreciado pelo Plenário.

Nestas condições, nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Substitutivo Geral apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 15 de dezembro de 1981.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO - Presidente
GABRIEL MANOEL - Relator

O SR. PRESIDENTE - (João Mansur) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Fagundes de Abreu, ocorrido em Terra Roxa. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ruben Valduga, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem Sérgio Augusto Peres da Silva, brutalmente assassinado no final da semana passada, na cidade de Londrina, por um policial. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações a todos os jornalistas do Estado, em função da comemoração, no dia de ontem, da data consagrada ao jornalista. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à União dos Escoteiros do Brasil, pela passagem, no último dia 04, da data dedicada à UEB. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações a todos os rádio-amadores do Paraná, em função da passagem, no último dia 05, do Dia do Rádio-Amador. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Squarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando do Plenário expressa manifestação para aprovar pedido ao DNER a fim de que seja retificada a Curva do Bonito, no Km-98 da BR-476, (São Mateus do Sul - Lapa), tendo em vista o elevado índice de acidentes que o atual traçado vem causando. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a criação de uma Coordenadoria do IPE, em Foz do Iguaçu. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente aos Srs. Ministros da Fazenda e dos Transportes, via telex, manifestando protestos contra a elevação de 90 por cento na Taxa Rodoviária Única - TRU, para o ano de 1982. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ruben Valduga, constante do expediente da Sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Presidente da República, Ministros da Justiça, da Fazenda, do Planejamento, Minas e Energia, dos Transportes, da Indústria e do Comércio, Presidente do Conselho Nacional de Trânsito e ao Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, apelando no sentido do parcelamento da Taxa Rodoviária Única em até três vezes, também para as taxas inferiores a Cr\$ 5.000,00. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Frie-

Curitiba, quarta, 16/12/81.

drich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a imediata intercessão do Governador do Estado, Secretaria da Agricultura, do BADEP, da SUNAB e do Ministério da Agricultura, objetivando solucionar a angustiante situação dos produtores de leite do Oeste do Paraná, bem como haja total empenho para que se viabilize a industrialização do produto, via cooperativas integradas, mediante aquisição do parque industrial de empresa privada que se acha em sérias dificuldades para cumprir com seus compromissos ante os produtores. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Túlio Zan- chet, constante do expediente de sessão anterior, solici- tando voto de congratulações ao Sr. Presidente da FAMEPAR, pelas medidas destinadas a uma mais plena autonomia muni- cipal. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albu- querque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior e Presidente da TELEPAR, reivindicando a instalação de um telefone públi- co a ser instalado em frente ao Mercado Marumbi no Bairro "Rincão São Francisco", no Município de Foz do Iguaçu. **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplausos à chapa "Mãos à Obra", vencedora das eleições para a UPES, em congresso realizado dias 14 e 15 do corrente, em Campo Mourão. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legisla- tivo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Du- mont, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente aos Srs. Presidente da República, Ministros da Agricultura, da Fazenda e do Planejamento, no sentido de que o Estado do Paraná seja também beneficiado com a Isen- ção da Taxa de Juros de Custeio de Financiamento do Trigo para a safra em curso, levando-se em consideração as grandes perdas sofridas por nossos agricultores com as geadas que asso- laram o Paraná no decurso deste ano. - **Aprovado.** - Ao Depar- tamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente de sessão anterior, solici- tando envio de expediente ao Sr. Corregedor da Justiça do Paraná, no sentido de que sejam tomadas medidas urgentes ob- jetivando restabelecer a perfeita harmonia na Comarca de Ibaiti, eis que o Juiz de Direito daquela comarca, por medidas arbitrárias e pessoais, vem interferindo na área de competência do Executivo. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legisla- tivo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albu- querque, constante do expediente de sessão anterior, solici- tando envio de expediente à Presidência da COPEL, reivindicando a instalação de iluminação pública nas ruas do bairro Jardim das Flores (Estrada Porto Meira), no município de Foz do Iguaçu. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sgua- rezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando en- vio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, sugerindo continuação das obras de pavimentação do trecho da rodovia que liga Planaltina do Paraná a Santa Izabel do Ivaí. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sgua- rezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando en- vio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, enfati- zando a necessidade da imediata execução das obras de pavimen- tação do percurso Santa Izabel do Ivaí - Umuarama, e constru- ção de ponte sobre o Rio Ivaí. - **Aprovado.** - Ao Departamen- to Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Du- mont, constante do expediente de sessão anterior, solicitando

envio de expediente aos Srs. Ministro da Agricultura, Presidente do Banco Central do Brasil e ao Presidente do Banco do Bra- sil, no sentido de que seja o feijão contemplado com a extensão Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, para mais dos meses: julho e novembro, para que possa contrabalançar com o preço de custeio da produção. - **Aprovado.** - Ao Depar- tamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Mes- sias, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao jornalista Dino Almeida, pela pas- sagem de seus 26 anos de jornalismo social. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cor- deiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pelo transcurso dos 26 anos de colu- nismo do jornalista Dino Almeida, e pela inauguração da mostra de colunáveis e fotografáveis a ser realizada no dia 30 do corren- te mês. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cor- deiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Direção da Federação dos Trabalha- dores do Comércio do Paraná, pela inauguração de sua sede nesta Capital, a ser realizada no dia 30 do corrente mês. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sam- paio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplausos ao Presidente da OAB, pelo lançamento do "OAB - Jornal - Maringá", da cidade de Maringá. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 350. aniversário da Independência do Líbano. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legis- lativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sgua- rezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando ao Tribunal Superior Eleitoral, que faça campanha de esclareci- mento do processo de votação - pelo rádio e televisão - nas elei- ções gerais de 1982. - **Aprovado.** - Ao Departamento Le- gislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Ki- rinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente aos Srs. Presidente da República, Ministro da Justiça, Presidente do Senado da República, Presidente da Câmara de Deputados e Líderes dos Partidos com assento no Congresso Nacional, encarecendo pronunciamento oficial des- sas autoridades, com relação à realização de eleições para Pre- feitos nas chamadas áreas de Segurança Nacional. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ruben Valdu- ga, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de sugestão aos Srs. Presidente da República, Ministros da Justiça, do Planejamento, da Fazenda, do Trabalho e da Pre- vidência Social, no sentido de liberação e legalização do chama- do "Jogo do Bicho". - **Aprovado.** - Ao Departamento Le- gislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Segurança Pública, em forma de pedido de informações, referente ao número de fugitivos das ca- deias do Estado do Paraná e demais itens. - Em votação.

O SR. JOSÉ TAVARES - (Para encaminhar) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não era minha intenção ocupar esta tribuna para justifi- car esse nosso pedido de informações, porque creio eu, que o interesse em se saber o que efetivamente vem ocorrendo no sis- tema penitenciário do nosso Estado, e por extensão nas cadeias

públicas do Paraná, é o interesse de todos nós; interesse do povo, da comunidade e de todos os Srs. Deputados aqui presentes.

Mas, na medida em que o requerimento anterior, que visava buscar as mesmas informações na área de Segurança Pública fora rejeitado, decidimos justificar aqui as razões que nos levaram a fazer tais indagações aos Secretários de Segurança Pública e Justiça do Estado do Paraná.

Tenho conhecimento, através da imprensa e de contatos que mantemos com determinadas autoridades na área da Secretaria de Segurança Pública, que inúmeras fugas têm ocorrido em todo o Estado do Paraná.

Fugas ocorrem na Penitenciária Central; fugas ocorrem na Colônia Penal Agrícola; fugas ocorrem na Prisão de Mulheres; fugas ocorrem no Manicômio Judiciário e em escolas correccionais e em todas as cadeias públicas do Paraná.

E o que é mais triste e é de se lamentar é que a maioria das fugas têm ocorrido com a participação de policiais, com favorecimento de maus policiais. E não temos sentido providências imediatas, enérgicas, por parte das autoridades, diante da escalada de fugas que ocorrem diariamente em nosso Estado.

Então, o que este Deputado pretende e pretendeu através daquele requerimento que fora rejeitado, é saber, pura e simplesmente o número de fugas que tem havido; por que é que ocorrem tantas fugas e quais as providências que as autoridades responsáveis têm tomado, diante dessas fugas?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, se um Deputado não tiver o direito, e se os Deputados do PDS não aprovam isso, e não dão o seu apoio para buscar essas informações, não é possível mais, então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, questionar nada, nesta Casa.

É um assunto que, no meu entendimento, não desmoraliza o Governo, não compromete o Governo, não prejudica nenhum dos Srs. Deputados do PDS.

Não posso entender por que razão, rejeitar um pedido de informações que visa, única e exclusivamente, buscar esclarecimentos a respeito de fugas de presos.

A imprensa tem noticiado, por muitas e muitas vezes, a participação de fugitivos da penitenciária, em assaltos, em roubos, em furtos. Então, não é possível que um Deputado não tenha o direito de procurar saber a quantas andam, efetivamente, as coisas no lado do sistema penitenciário de nosso Estado, e mais especificamente, relacionado com as cadeias públicas e a Delegacia de Vigilância e Captura do Estado do Paraná.

Sabemos que existem milhares de mandados de prisão na DVC. E sabemos também que nenhuma providência, nenhuma medida sensata, honesta, eficiente, tem sido tomada por parte da Polícia Civil, visando dar cumprimento àqueles mandados. E isso não é possível; quem sabe não está aí uma das causas do grande aumento da violência e da criminalidade em nosso Estado?

E o que este Deputado pretende?

Pretende fazer com esses mandados, que existem aos milhares na DVC, sejam pelo menos distribuídos à Polícia Militar, sejam pelo menos distribuídos às Delegacias do Interior, para se tentar pelo menos, botar as mãos em milhares de marginais soltos que andam por aí, livremente, pelas ruas de nosso Estado.

Agora, se ao Deputado não for dado o direito de determinado setor da administração pública, que todos nós sabemos, não anda bem, então, meus caros Companheiros, Deputados, creio que não há razão de estarmos aqui nesta Casa.

E é por esta razão que estou aqui apelando a Vossas Excelências, que compreendam o espírito da minha iniciativa. O que eu quero é ter dados exatos, concretos, oficiais, para que em cima desses dados possamos sugerir algum tipo de solução.

Não podemos ficar aqui dizendo que a violência, a crimi-

nalidade estão aumentando assustadoramente, sem tomarmos providências concretas. E uma das providências que poderemos tomar, para minimizar, quem sabe, essa escalada criminal, é fiscalizando os órgãos da Polícia e da Secretaria da Justiça, a fim de que cumpram, com mais eficiência, suas atribuições.

O que queremos é saber se as fugas que têm ocorrido no Paraná têm sido apuradas eficientemente. Se os policiais culpados, envolvidos, subornados, têm sido responsabilizados.

Ora, meu Deus do céu, se ao Deputado não for dado esse direito, então fica realmente difícil, Srs. Deputados, o exercício de um mandato.

Busca-se informações que visam, exclusivamente, atender aos interesses da comunidade. E essas informações são sonegadas.

Gostaria até de perguntar ao nobre Líder do PDS, qual ou quais as razões - se é que ele pode informar a esse Deputado - que o levou a orientar sua bancada para rejeitar um pedido de informações deste tipo. Porque, o que queremos, nobre Deputado, acho que já foi claro obter dados oficiais, para que, em cima desses dados, possamos sugerir algum tipo de sugestão.

Não é possível, todo dia ocorrem fugas. Todo dia temos notícias de presos que se evadiram e estão cometendo novos delitos. Temos notícias de presos que fogem com a conivência de determinadas pessoas ligadas às penitenciárias e às cadeias públicas. E não sabemos as providências que têm sido tomadas.

Eu, quando Delegado da DVC, tomei conhecimento, na época, de alguns milhares de mandados de prisão que existem naquela Delegacia, e sei que esses mandados não são redistribuídos. Então, o que adianta a Justiça condenar marginais, assaltantes, ladrões, assassinos, sendo que não se toma nenhuma providência concreta visando recolhê-los, prendê-los, enfim, confiná-los, retirando-os do convívio social?

Então, é isto que buscamos; buscamos dados concretos e informações precisas para que, em cima disto, através de um trabalho da Comissão de Segurança Pública, possamos apresentar sugestões. O que não podemos, de forma alguma, é acompanhar essa escalada crescente de fugas que ocorrem, e ficarmos de braços cruzados; o que não podemos, de forma alguma, é saber que existem milhares de mandados de prisão, engavetados e que não são cumpridos.

Então, a grande verdade, o que se quer nesta Casa, é mais uma vez, tentar exercer o direito da fiscalização que os Deputados têm, agora, se não pudermos obter essas informações através deste Poder, então eu não sei, realmente, o que é que estamos fazendo aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares. Rejeitado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela Ordem) Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ TAVARES — (Pela Ordem) Requeiro a Vossa Excelência a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados). Responderam à chamada nominal, 37 Srs. Deputados. Há "quorum" para votação.

Atendendo Questão de Ordem levantada pelo Sr. Deputado Nilton Friedrich, procederemos a verificação de votação do requerimento.

(É feita a verificação de votação).

08 Srs. Deputados aprovam; 24 Srs. Deputados rejeitam. Rejeitado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cyro Martins, constante do expediente de sessão anterior, solicitando sejam enviados ofícios aos Srs. Ministro da Aeronáutica, Chefe do Departamento de Planejamento da Aviação Civil, Diretor Técnico

da Varig - Rio Sul, Escritórios Administrativos da Varig- Porto Alegre, Diretor do Departamento Aéreo-Portuário da Secretaria de Transportes, reivindicando a instalação de uma linha aérea ligando Ponta Grossa com a capital de São Paulo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cherigate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações aos promotores dos XXXI Jogos dos Servidores Públicos, ao DER e ao Presidente da Comissão Organizadora de jogos desse órgão, Sr. Edgard Lesnau. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cherigate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando ao Sr. Secretário de Segurança Pública e Diretor da Polícia Civil a isenção de taxas e impostos cobrados às ligas e clubes amadores filiados. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Romero Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado pedido ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, para construção de uma escola primária de primeiro e segundo graus, na cidade de São Jorge do Patrocínio. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ruben Valduga, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente aos Srs. Governador do Estado e ao Secretário dos Transportes, sugerindo a inclusão dos Distritos de Paiquerê, Guaravera e Lerroville, no Município de Londrina, no Plano de Obras Rodoviárias de 1982. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado ao Sr. Governador, informações colhidas na imprensa e em outras fontes sobre graves atos de corrupção na administração municipal de Curitiba, que envolvem diretamente o Prefeito Jaime Lerner. — **Rejeitado.**

O SR. NESTOR BAPTISTA — (Pela Ordem) Solicito verificação de votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela Ordem) Antes que Vossa Excelência atenda o requerido, solicito a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e solicita do Sr. 1º Secretário, que proceda a chamada nominal.

(É procedida a chamada)

Responderam à chamada nominal, 47 Srs. Deputados. Atendendo solicitação feita pelo Sr. Deputado Nestor Baptista, a Mesa irá proceder a verificação de votação.

11 Srs. Deputados aprovam, 31 Srs. Deputados rejeitam. **Rejeitado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício às autoridades competentes, incluindo à Prefeitura Municipal de Curitiba, pedindo que intervenham de forma a evitar o agravamento do conflito social em Vila Formosa.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, o acordo feito publicamente na Prefeitura, em data de ontem, com elementos de todos os partidos, inclusive este requerimento, ficou sem objeto, portanto, prejudicado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela Ordem) Sr. Presidente, é que tempestivamente o requerimento não teve a aprovação da Casa, e é óbvio que até certo ponto já tem prejudicada a sua finalidade. Assim mesmo, com algumas restrições levantadas ainda ontem, por membros daquela comissão de moradores da Vila Formosa, entendemos também a necessidade de se retirar porque, ao menos em parte, a finalidade do requeri-

mento foi atendida, pois a Prefeitura pressionada, assumiu o seu compromisso social.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está retirado o requerimento pelo autor.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Educação, encarecendo a implantação de um estabelecimento de ensino de Segundo Grau no período noturno, junto à Escola Sebastião Saporiski, no Bairro de Abranches, nesta Capital. — **Aprovado.** —

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de pedido de informações ao Sr. Secretário da Segurança Pública, sobre quantas e quais são as sedes de Comarca cujos titulares de suas Delegacias de Polícia não são Delegados de Carreira e quais os motivos para a Secretaria não ter designado os de carreira para preencherem os ditos cargos, chamados de confiança. — **Rejeitado.**

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela Ordem) Sr. Presidente, requiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere.

(É feita a verificação).

08 Srs. Deputados aprovam; 25 Srs. Deputados rejeitam. **Rejeitado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cherigate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente aos Srs. Ministro da Agricultura, Governador do Estado, Presidente do Banco Nacional de Crédito Cooperativo SEA, e ao Diretor de Crédito Rural do Banco Central, encarecendo a liberação de recursos para financiamento da Usina Polivalente de esmagamento de oleaginosos da Cooperativa Agrícola de Cascavel - COOPAVEL. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo providências no sentido de se instalar, em Curitiba, na Vila Nossa Senhora da Luz, o ensino de Segundo Grau. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício à SUREHMA, encarecendo imediatas providências para sanar a poluição no conjunto habitacional Milton Luiz Pereira, em Campo Mourão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando pedido de informações ao Coronel Oswaldo Cruz, Diretor do DETRAN, com respeito ao desaparecimento de 6.981 Carteiras de Habilitação. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplausos ao jornal "Diário Popular" pela realização da promoção "Chuteira de Ouro", premiando os melhores desportistas do futebol paranaense. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à SANEPAR, encarecendo instalação da rede de água na Rua José Franco de Oliveira, no Bairro do Tarumã, nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando à Secretaria de Segurança Pública a devida atenção aos graves pro-

blemas de segurança que ocorrem em Palmas, bem como as deficiências materiais e humanas daquela Delegacia de Polícia. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações aos organizadores e participantes do III Encontro de Música Mensagem, promovido pela Paróquia Nossa Senhora da Conceição, Vila Fany. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Sr. Prefeito de Ibiporã, pelo 34o. aniversário do referido município. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Diretor-Presidente da COPEL, encarecendo medidas no sentido de determinar providências para dotar o Distrito de Porto São José, Município de São Pedro do Paraná, de iluminação pública. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Diretor-Presidente da TELEPAR, encarecendo para que sejam feitos estudos para instalação de aparelho telefônico de Cachoeira, Município de Quitandinha. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Diretor-Presidente da COPEL, no sentido de determinar estudos para eletrificação no Distrito de Cachoeira, Município de Quitandinha. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício aos Srs. Secretários dos Transportes e Diretor Geral do DER, encarecendo a construção de uma ponte sobre o Rio Tormenta, entre Boa Vista de Aparecida e Três Barras do Paraná, com vão de 20 metros aproximadamente, na localidade de linha São Lucas. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelton Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício ao titular da Delegacia de Ordem Social, no sentido de apurar denúncias de ações arbitrárias por parte de policiais desta Delegacia, contra o estudante Gilberto Fonseca, vice-Presidente da União Paranaense dos Estudantes, em 05 de novembro de 1981, durante ocorrência registrada sob o número 5737, desta mesma data. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex aos Srs. Ministros da Previdência Social e do Planejamento, encarecendo, com urgência, a liberação de recursos do INAMPS para a rede hospitalar de Londrina. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, encarecendo enérgicas providências com relação ao estranho comportamento do Delegado de Polícia de Quedas do Iguaçu, que prendeu arbitrariamente no interior de um ônibus, o Sr. Arlindo Gonçalves de Oliveira e seu filho, Néri G. de Oliveira, sob a falsa alegação de o mesmo pertencer a uma condenável seita religiosa, liderada por um oriental. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio

de expediente aos Srs. Secretário do Interior e Presidente da TELEPAR, no sentido de ser estudada a viabilidade de prazo de tolerância para pagamento das contas de telefone, sem qualquer acréscimo, entre o dia 25 a 10 do mês subsequente. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de apelo às entidades associativas dos municípios de todo o Estado, no sentido de estabelecer a isenção do pagamento da taxa de consumo de água para os consumidores de menos de dez metros cúbicos mensais. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja expedido telex aos Srs. Ministro da Agricultura, Presidente da Comissão de Financiamento da Produção e Presidente do Banco do Brasil, no sentido de que nova orientação seja encaminhada às agências do Banco do Brasil com relação aos empréstimos do Governo Federal, de milho, feijão, arroz e sorgo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando ao Sr. Secretário de Segurança, enérgicas providências contra o Delegado de Polícia de Quedas do Iguaçu, por estar atentando contra a liberdade religiosa com abuso de autoridade. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Agibert Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Comunidade Ucraniana de Prudentópolis e do Paraná, pela passagem de mais um aniversário de seu padroeiro, São Josafat. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Aírton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor ao radialista Luiz Carlos Martins, pelo lançamento do livro de sua autoria, intitulado "Agora e Sempre". — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício ao Sr. Secretário da Justiça, encarecendo as seguintes informações: quantas fugas ocorreram na Penitenciária Central do Estado; na Prisão Provisória de Curitiba; na Colônia Penal Agrícola Manoel Ribas; no Presídio de Mulheres e Manicômio Judiciário do Estado? Este pedido refere-se ao período que vai de 01 de janeiro de 1979 até a presente data. — **Rejeitado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo informações sobre a remessa de 5.200 sacas de cimento para a Prefeitura Municipal de Carlópolis. — **Em votação.**

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela Ordem) Gostaria que Vossa Excelência lesse na íntegra, porque parece-me que vários Deputados que subscreveram, mas particularmente este Deputado não lembra mais do teor desse importante pedido de informações.

Gostaria que Vossa Excelência solicitasse do Sr. Secretário a leitura, bem como o nome dos Deputados subscretores. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) A Mesa procederá a leitura na íntegra, do requerimento assinado por um único Deputado, José Domingos Scarpellini.

(É lido o requerimento).

O SR. NELTON FRIEDRICH — Gostaria de solicitar de Vossa Excelência, para que inclusive a assessoria da Mesa esclarecesse à Mesa do paradeiro de um outro requerimento similar, solicitando que seja feita abertura de inquérito policial contra o referido Prefeito e que foi subscrito pelos Deputados

Tadeu Lúcio Machado, Scarpellini e Gabriel Manoel, e com o apoio de uma série de Parlamentares, só para esclarecimento e conhecimento, porque nós estamos estranhando, ou se ainda está entre os demais requerimentos ou ele teve um sumiço particularizado durante este período.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) A Mesa informa ao nobre Deputado que está em votação o requerimento do Deputado Scarpellini.

Poderá depois, verificar se existe o outro requerimento que Vossa Excelência menciona.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, até por uma questão de economia de trabalho, porque os dois têm o mesmo sentido, praticamente.

O SR. PRESIDENTE — Em votação. — Aprovado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Requeiro verificação de votação.

O SR. JOSÉ TAVARES — (Pela ordem) Requeiro chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — Solicito do Sr. 1º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal).

Responderam à chamada nominal, 14 Srs. Deputados.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 17, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87 e 88/81.

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, e 116/81.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 160, 161, 165, 166 e 169/81.

Levanta-se a Sessão.